



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Ciências Sociais

Suellen Ferreira Guariento

**“A coisa tá ficando preta”: o enegrecimento do repertório de movimentos
de mães e familiares de vítimas de violência**

Rio de Janeiro

2023

Suellen Ferreira Guariento

“A coisa tá ficando preta”: o enegrecimento do repertório de movimentos de mães e familiares de vítimas de violência



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Lia de Mattos Rocha

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

G915 Guariento, Suellen Ferreira.
“A coisa tá ficando preta”: o enegrecimento do repertório de movimentos de mães e familiares de vítimas de violência / Suellen Ferreira Guariento. – 2023. 132 f.

Orientadora: Lia de Mattos Rocha.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Sociais.

1. Movimentos sociais - Rio de Janeiro (Estado) - Teses. 2. Violência policial - Rio de Janeiro (Estado) - Teses. 3. Violência contra negros - Rio de Janeiro (Estado) - Teses. 4. Mães negras - Teses. I. Rocha, Lia de Mattos. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Sociais. III. Título.

CDU 304:323.12

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Suellen Ferreira Guariento

“A coisa tá ficando preta”: o enegrecimento do repertório de movimentos de mães e familiares de vítimas de violência

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 29 de setembro de 2023

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Lia de Mattos Rocha (Orientadora)
Instituto de Ciências Sociais – UERJ

Prof.^a Dra. Paula Mendes Lacerda
Instituto de Ciências Sociais – UERJ

Prof.^a Dra. Adriana Vianna
Museu Nacional

Prof. Dr. Alexandre Magalhães
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof.^a Dra. Juliana Farias
Universidade de Brasília

Prof.^a Luciane Rocha
Kennesaw State University

Rio de Janeiro

2023

DEDICATÓRIA

À Gecilda Ferreira Guariento

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a minha família, minha base.

Dedico minha tese à minha querida mãe que se tornou eterna. Gecilda é minha referência de força, potência e resiliência. Agradeço ao meu querido pai Emílio Antônio por todo apoio, amor e exemplo de masculinidade cuidadora. Aos meus irmãos Michelle e Júnior, agradeço pelo amor e parceria incondicional. Agradeço minha tia Jô, mulher maravilha por quem nutro profunda admiração e também tia Adelaide, mulher guerreira. Agradeço às minhas queridas avós Carmen e Zelita por terem sido verdadeiras matriarcas da resistência.

Agradeço aos movimentos de mães e familiares de vítimas por todas as trocas e interlocuções ao longo de toda minha trajetória de pesquisa. Agradeço especialmente a Rede de Comunidades e Movimentos Contra Violência, ao Movimento Mães de Manguinhos, Movimento Moleque e Movimento Mães de Maio de São Paulo.

Agradeço imensamente à minha orientadora Lia de Mattos Rocha que não me deixou desistir do doutorado diante de tantas dores e lutos. Lia, gratidão imensa por todo apoio e respeito de sempre. Agradeço também aos colegas do grupo de Pesquisas Urbanas - Cidades/UERJ.

Agradeço às mulheres maravilhosas que seguraram a minha mão, minhas amigas irmãs, que constroem comigo cotidianamente a potência do afeto e da amizade entre mulheres. Olívia Françaço, Valéria Peçanha, Scheilla Nunes, Geisa Bordenave, Carol Ferraz, Nieves Martinez. Sou muito grata também por ter compartilhado a vida com as minhas queridas e inesquecíveis Marielle Franco e Raíza Siqueira. Minha saudade não cabe no peito. Agradeço aos meus queridos amigos Anderson Caboi, Gustavo de Queiroz, Thainã Medeiros, Guilherme Pontes e Augusto Brandão, por todo amor envolvido.

Agradeço com muito carinho à Leilah Landim por todo incentivo, apoio e amizade ao longo de todos esses anos.

Gostaria de agradecer especialmente a minha querida médica Karem Proença, por todo acolhimento, paciência e cuidado, sempre maravilhosa comigo. Agradeço a Dejany Santos por minhas primeiras experiências terapêuticas e pelo carinho nutrido depois do trabalho conjunto. Agradeço também a Williana Louzada por me acompanhar nos últimos anos e, também, aos meus queridos companheiros de grupo.

Agradeço a todas as pessoas que cruzaram meu caminho estabelecendo trocas e debates sobre meus temas de interesse, construindo juntas espaços de aliança, apoio e trabalho. Obrigada Tássia Mendonça, Rachel Barros, Monique Cruz, Ariana Kelly, Gláucia Soares. Agradeço às queridas Paula Kropf e Jussara Assis, companheiras de jornada na Universidade Federal Fluminense. Agradeço também ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ. Por fim, agradeço aos membros da banca examinadora, Adriana Vianna, Paula Lacerda, Juliana Farias, Alexandre Magalhães e Luciane Rocha, pesquisadores que admiro muito.

RESUMO

GUARIENTO, Suellen Ferreira. *“A coisa tá ficando preta”*: o enegrecimento do repertório de movimentos de mães e familiares de vítimas de violência. 2023. 132 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

O objetivo central desta tese é analisar a incorporação de uma leitura racializada da violência de Estado por movimentos de mães e familiares de vítimas. Através de incursões etnográficas, análise bibliográfica e documental apresenta a trajetória de três gerações de movimentos atuantes no Rio de Janeiro. A primeira geração nasce na década de 90 quando ganham repercussões as chamadas ‘chacinas’, a segunda geração se forma nos anos 2000 quando desenvolvem-se diferentes estratégias de protesto e denúncia pública por parte destes movimentos, e, a partir da segunda década dos anos 2000 nasce uma terceira geração marcada pela elaboração de práticas e gramáticas racializadas da violência de Estado cujo processo é chamado de ‘enegrecimento dos repertórios’ de luta. A passagem entre a segunda e terceira geração se configura como um contexto de ampliação dos debates públicos sobre questão racial no Brasil e a aproximação entre movimentos de mães e familiares, e, grupos de ativismo negro. A tese busca analisar como o enegrecimento se apresenta situacionalmente como parte de um conjunto de estratégias elaboradas em suas lutas por justiça ao longo dos últimos anos. O repertório enegrecido produzido por esses grupos aponta para uma ampliação de suas formas de atuação e denúncia contra violência de Estado no Brasil.

Palavras- chave: movimentos de mães e familiares; violência de Estado; enegrecimento.

ABSTRACT

GUARIENTO, Suellen Ferreira. “*A coisa tá ficando preta*”: the blackening of repertoires movements of mothers and relatives of its victims of violence. 2023. 132 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

This study aims at examining the incorporation of a racialized interpretation of state violence by movements of mothers and relatives of its victims. It deploys ethnographies, literature reviews, and document analyses to present the path followed by three generations of social movements from Rio de Janeiro. The first of them came about in the 1990s, in the aftermath of the events widely known as slaughters (chacinas). The second was formed in the 2000s, when these movements developed various protest and complaint strategies. Finally in the late 2000s came a third generation, marked by the reflection about practices and grammars of state violence, in a process called the blackening (enegrecimento) of their repertoires of struggle. The transition between the second and the third generations consists of a context of increasing public debates on the racial issue in Brazil and of a tightening of bonds between movements of mothers and relatives and groups of back activism. The dissertation provides an analysis of the way such blackening, from a situational perspective, is part of a set of strategies created in their struggles for justice over the years. The blackened repertoire produced by these groups indicates an expansion of the ways they oppose and denounce state violence in Brazil.

Keywords: movements of mothers and relatives; state violence; blackening.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Mães de Acari.....	40
Figura 2 –	Mães de Acari com secretário da Anistia Internacional entre 1992 e 2001 Pierre Sane.....	41
Figura 3 –	Manchete reportagem associando Mães de Acari às Madres Argentinas.....	41
Figura 4 –	Fotografias de recursos usados durante a manifestação de 2005.....	46
Figura 5 –	Materiais de divulgação das campanhas edições 2007 e 2017.....	47
Figura 6 –	Faixa elaborada pela Rede e Movimento Mães de Manguinhos.....	54
Figura 7 –	Caminhada Borel pela Paz 16 de abril de 2004 no Largo do Machado, Rio de Janeiro.....	55
Figura 8 –	Repertórios e contextos.....	57
Quadro 1 –	Menções da categoria "genocídio" no documento.....	71
Quadro 2 –	Alguns usos da categoria “racismo institucional” e “genocídio”.....	75
Figura 9 –	Faixas usadas no III Encontro Internacional de Mães e Familiares de vítimas do terrorismo de Estado, em Salvador, 2018.....	82
Quadro 3 –	Trecho de nota da Redes sobre mortes de mães.....	84
Figura 10 –	Faixas usadas no III Encontro Internacional de Mães e Familiares de vítimas do terrorismo de Estado em Salvador, 2018.....	94
Quadro 4 –	“Genocídio” para Lenkim e para a ONU.....	103
Figura 11 –	Ato realizado pelas mães no Centro do Rio em 19 de maio de 2017 por ocasião do 2º Encontro Nacional.....	109
Quadro 5 –	Imagens das redes sociais das candidatas.....	120

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	10
1	GERAÇÕES DE MOVIMENTOS CONTRA VIOLÊNCIA DE ESTADO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.....	27
1.1	A primeira geração de movimentos: contra o extermínio e as chacinas.....	30
1.2	A segunda geração de movimentos: ampliação da denúncia e organização em rede.....	42
1.3	Breve contextualização da passagem entre segunda e terceira geração.....	50
1.4	A terceira geração de movimentos: crítica à pacificação.....	53
2	O ENEGRECIMENTO DO REPERTÓRIO.....	58
2.1	CPI dos autos de resistência - situação 1.....	65
2.1.1	<u>Análise.....</u>	68
2.2	O encontro nacional de Salvador - situação 2.....	75
2.2.1	<u>Análise – A ampliação nacional do movimento.....</u>	82
2.3	Mães em audiência contra o "genocídio" - situação 3.....	85
2.3.1	<u>Análise.....</u>	90
2.4	A experiência do projeto "Educação, Empoderamento e Justiça" - Situação 4.....	94
2.4.1	<u>Análise.....</u>	98
3	O ENEGRECIMENTO DAS PERSONAGENS: MÃES COMO “MULHERES NEGRAS”	100
3.1	Genocídio: uma categoria com múltiplos usos.....	100
3.2	Mães de vítimas: o uso de "genocídio" pelas mães.....	111
3.3	Uma situação para pensar.....	116
3.4	Aproximações de Mães de vítimas e a pauta “mulheres negras”	117
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
	REFERÊNCIAS.....	126

INTRODUÇÃO

Apresentação do objeto e questão da tese

Esta tese analisa grupos organizados de mães e familiares de vítimas de violência promovida por agentes estatais em favelas e regiões periféricas. A partir de movimentos do Rio de Janeiro, procuro demonstrar como uma leitura racializada da morte de seus entes queridos tem sido produzida nos últimos anos. Os movimentos passam a enunciar publicamente uma relação direta entre o racismo e violência, sobretudo a violência policial contra jovens pobres e negros. Os assassinatos, desaparecimentos forçados e violações em instituições prisionais e socioeducativas têm sido denunciados como parte de um genocídio em curso, através de diferentes estratégias de denúncia, elaboradas ao longo do tempo, a partir dos diferentes contextos conjunturais e formatos de atuação. Estou chamando este processo de enegrecimento do repertório de luta.

Procuro demonstrar como, a partir de meados da segunda década de 2000, movimentos de mães e familiares de vítimas de violências incorporam a temática racial mais fortemente às suas modalidades de luta, embora haja indícios de que elementos de racialização já estivessem presentes em momentos anteriores. Proponho analisar as lutas destes grupos a partir de três gerações. A primeira geração formou-se durante a década de 1990, quando se tornaram públicos casos conhecidos como chacinas. A segunda surgiu em meados nos anos 2000 e, uma terceira, constituiu-se durante o período de ocupação de favelas do Rio de Janeiro pela polícia militar e forças armadas denominado como “pacificação”.

As gerações funcionam como recurso para auxiliar na contextualização das modulações de suas lutas. Trata-se de uma aposta analítica que organiza aspectos de continuidades e descontinuidades em suas ações coletivas. É um recurso metodológico utilizado para organizar e compreender diferentes momentos de suas lutas por justiça. Esta aposta certamente apresenta limites frente à complexidade das mobilizações, já que o enquadramento temporal e as características de cada geração deslizam pelo concreto de suas ações e são permeadas por camadas e sobreposições. No entanto, pode contribuir para a análise de sua atuação ao longo dos últimos a partir de um olhar focado na relação entre “questão racial” e as lutas nas cidades. Considero que este movimento é relevante para que a dimensão racial ultrapasse os limites de paisagem e contexto em pesquisas urbanas, mas que seja tomada como operador central na agência de pessoas negras e de origem periférica contra a violência.

A questão central da tese é compreender como a gramática de lutas contra a violência, promovida por mães e familiares, vem se atualizando a partir do léxico racial, tendo como

hipótese central que este processo tem relação com dois aspectos fundamentais quais sejam: a ampliação do debate público sobre a questão racial no Brasil, estimulada por políticas de Igualdade Racial e a aproximação entre movimentos negros “tradicionais”, grupos de mães e movimentos contemporâneos, como grupos de jovens, a partir da categoria genocídio. O uso da categoria articula diferentes perspectivas de ação política contestadoras que interpelam e denunciam instâncias governamentais como responsáveis por violências sistemáticas contra corpos negros e territórios pobres.

Defendo que, na passagem da segunda para terceira geração, movimentos de mães e familiares elaboram publicamente uma leitura racializada da violência, constituindo o que estou chamando de repertório enegrecido, constituindo mais uma das estratégias para ampliação da luta por justiça. Utilizo a noção de enegrecimento para trazer uma perspectiva de processo. Sendo assim, o enegrecimento é, portanto, um processo pelo qual os movimentos mobilizam um repertório racial para denunciarem a violência praticada por agentes estatais. Se na primeira geração, mobilizam uma linguagem de sentimentos capaz de politizar seu sofrimento, na segunda já são capazes de ampliar essa linguagem para novas estratégias de visibilidade e organização coletiva.

No contexto da terceira geração, trazem como novidade a incorporação explícita da temática racial, que é capaz de oferecer um forte elemento de explicação para que seus filhos tenham sido mortos. Suas vidas valem menos não apenas porque são pobres, moradores de regiões pobres, mas também porque fazem parte, em sua maioria, de um grupo étnico-racial historicamente visto como inferior. Nesse sentido, o repertório enegrecido é capaz de conectar diferentes grupos e, portanto, tanto mobiliza articulações quanto é formado a partir de aproximações entre familiares de vítimas de violência e ativismo negro.

Considero que este repertório amplia as denúncias contra agentes públicos promovendo, inclusive, espaços de interlocução com setores governamentais, como as audiências públicas. Além disso, o repertório enegrecido produz novas formas de reconhecimento público de mães e familiares como integrantes de uma população subjugada a diversas violações de direitos e à morte violenta. Os grupos de mães e familiares são capazes de mobilizar mais categorias de denúncia, como “genocídio”, para reivindicar a humanidade de seus filhos, dando inteligibilidade para um conjunto de violências que vão desde a negação do acesso a inúmeros direitos até o assassinato. Desta forma, conseguem inclusive ocupar outros espaços institucionais como aqueles que buscam discutir melhorias para preservação e qualidade de vida da população negra no Brasil. Sendo assim, compreendo que o repertório enegrecido amplia a

rede movimentalista dos grupos organizados de mães e familiares, aumentando sua visibilidade enquanto personagens fundamentais na denúncia contra a violência promovida pelo Estado.

Parto da ideia de que o Estado brasileiro regula conflitos sociais através de diferentes técnicas de governo, entre elas a produção da morte de grupos considerados indesejáveis ou vistos como ameaçadores e perigosos. Estou tratando especificamente do assassinato de jovens pobres, moradores de periferia, em sua maioria negros, como uma forma de atuação do Estado contemporâneo. Considero que no Brasil, mais especialmente no Rio de Janeiro, a gestão governamental dessas mortes têm sido cada vez mais naturalizada como “alternativa à criminalidade”. Frente a esse processo, mães e familiares de vítimas têm se organizado para dar rosto às estatísticas, nomear as vítimas, confrontar sua criminalização e trazerem suas histórias de vida em uma luta dramática mobilizada pelo sofrimento.

Estes grupos trazem sua dor para a cena pública e reivindicam o direito de suas famílias pertencerem a um regime democrático que, oficialmente, deve garantir a vida e a integridade física de todas as pessoas. No entanto, suas experiências reais são atravessadas justamente pelo ataque aos seus corpos, territórios e possibilidades de viver com dignidade. Por isso, em todo o país, diferentes grupos de mães e familiares estão elaborando formas de denúncia ao Estado e seu caráter oficialmente democrático.

Conforme já mencionado acima, parto de grupos atuantes no Rio de Janeiro para demonstrar o enegrecimento como processo, formado a partir da expansão do debate público sobre questão racial no Brasil com a implementação de políticas de promoção da Igualdade racial, mais especificamente a partir de 2003 com a criação da Secretaria de Promoção de Políticas para Igualdade Racial durante o primeiro governo Lula (2003-2007). E, também, a aproximação de mães e familiares com grupos de ativismo negro. Cabe destacar o papel da “juventude negra” na expansão da categoria "genocídio" mobilizada em diversos espaços institucionais incentivados pelo governo federal, como os Encontros Nacionais de Juventude. Compreendo que esse contexto mais amplo criou um ambiente favorável para que movimentos de familiares se aproximassem de grupos que reivindicam há décadas políticas específicas para a população negra e, também, denunciam a morte como mecanismo intencional utilizado pelo Estado contra essa população.

Se considerarmos o Estado a partir de uma perspectiva de longo prazo, compreendemos que muitas práticas violentas que conhecemos hoje são parte do seu processo de formação e origem colonial. Enquanto “soberano” o Estado define quem deve viver, morrer, administrando a vida através de inúmeras formas de dominação. O extermínio em massa, assassinatos, tortura,

castigos, estupros são partes constitutivas da história brasileira e países submetidos à experiência colonial. Este modelo de expansão da Europa pelo mundo instrumentalizou a existência humana de diferentes grupos e destruiu corpos de populações inteiras (MBEMBE, 2018).

A busca por riqueza pressupunha o aniquilamento e ou controle das populações nativas, “descobertas”, vistas como primitivas. Negros, indígenas, povos ameríndios e outros tantos povos não-europeus tornaram-se objeto de ações violentas para a construção de sua suposta civilidade. Além da violação de corpos e a eliminação física, a asfixia das diferentes expressões culturais junto ao apagamento das resistências são recursos recorrentes utilizados pelo Estado para estabelecer o poder ao longo da história.

Concordo com Lemões (2017) quando afirma que essas ações, constituídas no período colonial, ainda são latentes atualmente, pois fazem parte de projetos de dominação marcados pelo racismo e pelo discurso oficial de combate à criminalidade. São projetos que acionam categorias discriminatórias baseadas na classificação hierárquica entre pessoas e grupos. Essas classificações orientam decisões oficiais sobre quem será objeto de integração, compaixão ou extermínio.

O conceito de necropolítica desenvolvido pelo filósofo camaronês Achille Mbembe nos ajuda a refletir sobre o papel da morte como um elemento para governar pessoas e populações. A partir da noção de “racismo de Estado”, o autor aponta como se constrói a relação entre a vida e a morte nas sociedades contemporâneas neoliberais. Para Mbembe (2018), a produção da morte e do terror se constituem como a principal forma de governar, e esse terror tem suas origens na formação de dominação colonial. Essa perspectiva dialoga e ultrapassa o conceito de biopolítica desenvolvido por Michel Foucault, que se desenvolve a partir da ideia de que as tecnologias de poder no mundo moderno estavam centradas na manutenção e no controle da vida e, não da morte.

Em sua obra, o autor francês analisa as diferentes formas de governar pessoas ao longo da história. Em suas primeiras elaborações aponta para como foram desenvolvidas diversas técnicas para administrar os indivíduos a partir de seus corpos. Para Foucault esse processo ocorreu ao longo dos séculos XVII e XVIII quando, segundo o autor, são desenvolvidas tecnologias capazes de produzir um corpo apropriado e disciplinado para o trabalho, respondendo a necessidade da ascendente sociedade capitalista moderna que se formava no período.

O poder tinha como principal foco a vigilância, o controle e administração do corpo do indivíduo. A esse poder, Foucault chamou de poder disciplinar. Com as transformações ocorridas pela industrialização, esse poder ganha outro patamar, e passa então a ser aplicado globalmente, não mais apenas sobre o corpo, mas ao conjunto dos homens e mulheres, ou seja, ao ser humano enquanto espécie, ser biológico vivo que constitui uma humanidade. Entre os séculos XVIII e início do XIX, a humanidade como uma multiplicidade foi sendo objeto de diferentes formas de controlar a vida, como o controle dos nascimentos, das mortes e até de doenças. Assim foi sendo produzido o que o autor chamou de uma “biopolítica da espécie humana”.

A biopolítica é, portanto, um conceito elaborado para compreender como o poder é exercido sobre a vida. Para Foucault, a vida e a morte não são fenômenos do acaso, mas sempre estiveram dentro do campo político, já que o súdito ou pessoa submetida a um poder soberano se mantém viva ou morta em função justamente da prerrogativa que tem esse poder de definir quem morre e quem vive. O direito de soberania é o direito de fazer morrer ou deixar viver. Para Foucault (2010) é justamente porque o soberano pode matar que exerce o poder sobre a vida. É esse direito de matar que contém a base de direito de vida e morte.

O poder sobre a vida foi se dando de diferentes formas ao longo da história, e se reorganiza a partir do século XIX com o surgimento de diferentes tecnologias. Nasce todo um campo de intervenção que passa pela medicina e até pelas instituições filantrópicas, cuja função é produzir padrões através de imposições. A partir dessas práticas, a soberania passa a estabelecer o direito de fazer viver e o direito de deixar morrer. Mecanismos como estatísticas e medições são fundamentais para conhecer e controlar a população. São mecanismos reguladores para manterem um equilíbrio global da população. Esses mecanismos estabelecem como a vida da população será vivida, mantida e prolongada. Trata-se de tecnologias regulamentadoras da vida. No entanto, não se destinam a todos, pois alguns são deixados para morrer. Para Foucault, o corte que define quem deve viver e quem deve morrer é estabelecido pelo “racismo de Estado”.

O “racismo de Estado” é o elemento capaz de justificar a morte como recurso para manutenção da vida. Para que alguns vivam, outros precisam morrer. Nessa direção, a concepção de raças foi fundamental para produzir a hierarquização da espécie humana entre inferiores e superiores. Segundo Foucault (2010, p. 306): “o racismo é indispensável como condição para tirar a vida de alguém, para poder tirar a vida dos outros. A função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo

racismo¹. O racismo opera em duas funções: fragmentando o contínuo biológico que é a espécie humana, e promovendo relação positiva dos homens com a morte. Para Foucault há então uma concepção de que, quanto mais algumas pessoas morrem, mais outras podem viver em paz. Segundo o autor, as origens desta concepção são anteriores à modernidade, ela já se apresenta na “lógica guerreira” presente em outros tempos históricos. Na lógica guerreira o poder de viver está no massacre do inimigo. A morte do inimigo não se torna apenas a garantia da segurança pessoal, mas também uma forma de tornar a vida mais “sadia” e “pura”. E quem são os inimigos? Todos aqueles considerados degenerados, anormais, desviantes, cuja morte garantiria mais vida para os demais da espécie. São esses a serem abatidos.

Essa lógica vai ganhando novos contornos com a consolidação do regime neoliberal. Para Mbembe surgem novas formas de regulação nas sociedades neoliberais contemporâneas, incapazes de integrar um contingente enorme de pessoas. A necropolítica se constituiu como uma forma de gestão da vida a partir da produção contínua da morte. Esse processo, presente na experiência colonial, e, portanto, fruto de um projeto moderno de dominação, se expande para todo o mundo. Neste sentido, a soberania moderna nada mais é do que um processo de instrumentalização da existência humana, destruição material de corpos e populações e, portanto, um ciclo de produção do terror.

Para Mbembe a escravidão moderna pode ser vista como uma das primeiras experimentações biopolíticas. A condição de escravo é uma forma de morte em vida, já que é transformado em coisa², portanto, mais uma característica da desumanização que a escravidão produziu em diferentes continentes, especialmente nas Américas e na África. Para Mbembe é no espaço da colônia onde o exercício do poder soberano se dá na margem da lei, pois é um local onde controles e garantias de ordem judicial podem ser suspensos. O que seria exceção, torna-se a lógica contínua de governar.

O terror suspende a lei, mata cruelmente e é aceito como mecanismo de governo, mas não dispensa a burocracia, os papéis e as normas. A burocracia se mantém como parte desta

¹ Foucault chega a afirmar que o racismo é um elemento vital e indispensável para que a vida do outro possa ser tirada pelo exercício soberano de matar. Isso pode ocorrer de forma direta ou indireta, através do assassinato, mas também da morte política, expulsão, rejeição, entre outras. Foucault (2010) afirma que o racismo assegura a função de morte na economia do biopoder. Então, o racismo moderno se caracteriza pela associação entre racismo e tecnologias de poder garantindo o funcionamento do Estado e o exercício do seu poder soberano a partir do uso da raça. Foucault (idem) traz o exemplo do nazismo como sociedade onde o biopoder e o direito de o soberano matar foi generalizado.

² De fato, a condição de escravo resulta de uma tripla perda: perda de um “lar”, perda de direitos sobre seu corpo e perda do estatuto político. Essa tripla perda equivale a uma dominação absoluta, uma alienação de nascença e uma morte social (que é a expulsão fora da humanidade) (MBEMBE, 2018, p.27).

economia geral de dominação. A soberania se constitui sobre um território, inscrevendo novas relações sociais e espaciais onde a vida é subjugada ao poder da morte. O soberano pode matar a qualquer tempo, já que a colônia é o espaço dos inferiores. Os conflitos neste espaço, as guerras coloniais não seguem uma direção de apaziguamento, ao contrário, é a “paz” que assume contornos de uma “guerra sem fim”. Por isso, Mbembe afirma que não faz sentido distinguir guerra e paz na experiência colonial.

O caminho teórico de Mbembe nos inspira a pensar a forma como a gestão da morte ocorre nas periferias brasileiras. A morte violenta vem sendo um elemento corriqueiro, mas especialmente no estado do Rio de Janeiro, vem ocorrendo a partir de discursos oficiais que acionam as noções de guerra já há muito tempo. Acionando essa retórica de combate, o investimento estatal em segurança pública segue focado em ações cada vez mais bélicas. Seja no período colonial, durante a ditadura civil militar ou após o processo de redemocratização do Brasil, a lógica guerreira segue cruel sobretudo contra pobres e pretos.

Essa lógica é militarizada, orienta as políticas de segurança nacional e de segurança pública em diversos países, sobretudo na América Latina (SANJURJO e FELTRAN, 2015). A militarização pode ser compreendida como um processo de justificativa moral e ideológica criado para trazer a noção de “campo de batalha” para dentro das cidades. Essa racionalidade militar passa a ser usada como forma de governo em espaços urbanos, denominada de “urbanismo militar” por Graham (2016). A guerra vai se tornando um fundamento da ordem social e política contemporânea onde apresenta-se nas cidades um modelo colonial de organização e gestão da vida urbana (MAGALHÃES, 2020).

Nesta lógica, as ações militarizadas deixam rastros de sangue e corpos no chão enquanto um conjunto de rotinas institucionais, policiais e judiciárias é mobilizado para fazer morrer alguns e deixar morrer outros, constituindo o que Vianna (2018) sugere chamar de “necrogovernança”. Nesta lógica define-se quais vidas contam como vidas e quais mortes são dignas de lamento público (SANJURJO e FELTRAN, 2015). O trabalho feito pelos movimentos de mães e familiares é justamente denunciar esta lógica transformando seu luto em práticas de luta política.

Tomo como referência a perspectiva de Vianna e Magalhães (2019) sobre as formas de resistência que o movimento de familiares vem elaborando frente à destruição da vida que os dispositivos de governo produzem. Para os autores, os movimentos de mães e familiares têm elaborado modos de fazer a vida nas cidades, em contraposição ao “desfazimento da vida”, isto é, conjuntos de práticas e ações que produzem a desorganização, desestruturam e, no limite,

eliminam certos modos de viver, determinadas formas de vida. Para os autores, a destruição da vida tem sido central para dispositivos contemporâneos de governo. Entretanto, têm sido elaboradas linhas de resistência enquanto modulações do agir coletivo, onde entrecruzamentos e sobreposições são produzidos dependendo da conjuntura e das condições de possibilidade que cada momento oferece.

A denúncia pública, é uma das modulações do agir coletivo e tem sido uma estratégia fundamental realizada para produzir modos de afirmação da vida. Para os autores, a construção das denúncias públicas implica vivenciar uma experiência incômoda sofrida por quem faz a crítica ou por comoção pelo destino do outro. No caso dos movimentos analisados, a experiência da morte violenta de seus filhos e familiares organiza uma ação coletiva que desloca o sofrimento do privado para o público. Assim, as mães e familiares confeccionam o luto público de suas vítimas entrecruzando a politização dessas mortes e a afetivização permanente das vidas que, uma vez perdidas, precisam ser reconhecidas em seu valor (VIANNA e MAGALHÃES, 2019).

Ao analisarem movimentos de mães e familiares, Vianna e Farias (2011), afirmam que suas ações partem de um repertório de experiências e recursos políticos que circulam através de redes ativistas e se replicam em dinâmicas de aprendizado e solidariedade, e, que, a partir de determinados momentos e, movidas por condições específicas, passam a ser ver como parte de um coletivo. Sendo assim, os movimentos de mães e familiares seguem produzindo diferentes formas de atuar ao longo dos anos produzindo repertórios e modalidades de ações frente a destruição da vida na cidade.

Favelas e violência no Rio de Janeiro

As favelas foram constituídas historicamente como espaços violentos e marcados por uma alteridade negativa em relação ao restante da cidade. Cabe ressaltar brevemente como foram tratadas como um “problema” até que fossem sendo naturalizadas como espaços de morte nas grandes cidades, assim como outras áreas empobrecidas. Os espaços de moradia de populações pobres e negras são socialmente vistos e tratados como causa da violência e, seus moradores, agentes. Portanto, as estratégias de manutenção da ordem incluem diferentes dispositivos de controle desses espaços, entre eles, a produção de mortes respaldada pela narrativa da guerra contra bandidos. Assim sendo, no caso do Rio de Janeiro, a guerra é um eixo de intervenção fundamental na vida da cidade, justamente porque a produção de mortes no

cotidiano se transformou, há muito tempo, em uma maneira de geri-la (LEITE e BIRMAN, 2018 apud MAGALHÃES, 2020).

No Rio de Janeiro as favelas nascem no final do século XX, quando a população pobre passou a ocupar morros próximos a comércios, fábricas e casas de famílias abastadas, em busca de trabalho (LEITE, 2012). Há uma forte crise de moradia no início do século que, segundo Valladares (2005) ocorreu em função de um crescimento populacional não absorvido pelo mercado imobiliário, até então focado em prédios direcionados para atividade econômica. A dimensão da moradia e do acesso à terra se apresenta para Machado da Silva (2010) como o que articula a produção das favelas como um problema, já que se expandem a partir de conflitos que surgem no início do processo de urbanização.

Para o autor formou-se um mercado de terras na cidade como produto de conflitos entre proprietários, sem a interferência dos trabalhadores, ou seja, dentro da lógica do capitalismo, os conflitos se deram no âmbito do mercado imobiliário com pouca interferência no mundo do trabalho. Portanto, o acesso à habitação a partir da remuneração pelo trabalho (salário) tornou-se uma questão muito tempo depois do surgimento das favelas.

Aos poucos as favelas foram sendo “descobertas” por escritores, intelectuais, jornalistas, médicos e funcionários de governo. Os primeiros produziram sua imagem da favela como uma espécie de microcosmo dentro da cidade, um mundo diferente e oposto à cidade formal. Um espaço com sua cultura específica, regras de convivência, costumes e modo de viver³. Já a precariedade das primeiras habitações criou uma representação negativa da favela como locus de degradação e pobreza (VALLADARES, 2005). A imagem das favelas foi sendo associada ao atraso, à sujeira e à desordem, já que foram ocupadas majoritariamente por populações pobres. Inúmeras intervenções foram feitas no sentido de “conhecer” as favelas, mensurá-las, catalogar em dados oficiais e administrar seus moradores.

Os discursos higienistas do período deram conta de legitimar práticas criminalizadoras das populações que ocupavam favelas e cortiços. Esses espaços eram chamados de habitações anti-higiênicas e foram consideradas um entrave para o progresso. As remoções frequentemente foram executadas como solução (VALLADARES, 2005). Os moradores de favelas eram vistos pejorativamente como moralmente inferiores, pois constituíam para a opinião pública grupos

³ Valladares (2005) aponta para um mito fundador da favela a partir de uma certa associação desses territórios como a cidade de Canudos, então popularizada pela obra de Euclides da Cunha *Os Sertões*. No texto, a cidade de Canudos é descrita como sertão em oposição ao litoral, assim como as favelas estavam sendo vistas pelos seus primeiros observadores como um mundo que contrastava com a cidade. Temos de lembrar que no início do século, o Rio de Janeiro como capital do país passava por inúmeras reformas urbanas voltadas a embelezar a capital nos moldes europeus.

criadores de suas próprias normas, cultura, regras de convivência e, por isso, burlavam as leis e questionavam autoridades públicas. As favelas foram se tornando o espaço de moradia dos pobres e negros da cidade. Trabalhadores, malandros, capoeiras, prostitutas e tantos outros. As favelas eram um incômodo para a urbanidade da cidade (BURGOS, 2006) e como um problema a ser resolvido foram, durante muito tempo, alvo de inúmeras tentativas de remoção.

Para Machado da Silva (2010), a raiz estrutural do “problema da favela” estaria justamente na já mencionada relação frouxa entre habitação e salário, expressando-se em diferentes intervenções do Estado através de políticas públicas, quanto através dos movimentos de seus moradores. Para o autor, o conflito em torno da habitação se deslocou da esfera da produção para uma fragmentação da questão habitacional em lutas segmentadas de “apropriação da cidade”. As lutas de seus moradores foram construídas em torno de uma autopercepção tanto como público de programas e políticas sociais, quanto como categoria social que têm seus próprios interesses. As propostas para resolução do “problema da favela” passaram tanto por ações que visavam por diferentes iniciativas de controle e regulação.

Se no início do século a solução para o problema era a extinção das favelas (VALLADARES, 2005), a partir de meados dos anos 70, com o gradual processo de abertura política, o “direito a ter direitos” trazido pelos “novos movimentos sociais” colocava as favelas e periferias enquanto sujeitos no campo da política. No final da década já se ampliaram os serviços públicos oferecidos para suas populações. A “favela-problema” tornava-se “favela-solução” (VALLADARES, 2005) através do processo de participação dos favelados em seus movimentos organizados.

Existe uma extensa bibliografia que analisa as intervenções da administração pública, mas também os movimentos de organização e resistência de seus moradores. O que é comum na maioria das análises é a compreensão de que há um tratamento estatal específico para esses territórios, caracterizado por serviços precários, práticas clientelistas, ações violentas por parte da polícia e desrespeito aos direitos civis de seus moradores (LEITE, 2012).

As grandes mobilizações pelo fim da ditadura civil militar (1964-1985) e pela reivindicação de movimentos por direitos ressoavam no debate público e acadêmico sobre o futuro do país, em uma expectativa de ampliação dos direitos de cidadania, inclusive os “direitos humanos⁴” (LEITE, FRIDMAN e MACHADO, 2005). Os conflitos em torno do tema

⁴ Deslocados os conflitos de classes para o campo da política institucional, como o retorno do processo eleitoral e da democracia representativa, a defesa dos interesses populares passou a ser formulada com o problema dos direitos humanos expressão que fundia o tópico das “liberdades democráticas” (os direitos civis e políticos) com a “questão social” (os direitos sociais) que dominou a agenda pública até os anos 1970, subordinando-a sua dimensão jurídica. Esta foi a forma que, no bojo da redemocratização brasileira, assumiu a perspectiva igualitária

dos direitos humanos e da segurança pública emergiram fortemente. Ainda na década de 1980 espalhou-se o debate sobre “procedimentos de repressão ao crime” a partir de uma radicalização. Por um lado, argumentos que criticavam a violência ilegítima e institucionalizada do Estado e, por outro, a crescente violência empregada por criminosos. As políticas de Segurança Pública foram seguindo uma tendência vinda do regime militar, orientadas pela perseguição aos chamados “inimigos internos”, ou seja, todos aqueles que atentam contra a ordem, como criminosos e traficantes alocados nas regiões pobres urbanas.

Durante a década de 1980, a política de segurança transitou entre um breve período controverso de reconhecimento oficial dos direitos humanos de seus moradores e ação bélica e violenta das polícias. Leonel Brizola (PDT) foi eleito governador do estado do Rio de Janeiro em 1983. Sua campanha trouxe como proposta uma política de segurança orientada no respeito aos direitos humanos. Silva (2012) destaca o ineditismo de Brizola ao propor uma política diferente do modelo hegemônico vigente durante a maior parte da história brasileira, aquele centrado na repressão. Lembremos que, neste período, o processo de abertura política ainda estava em processo e a segurança pública era profundamente marcada pela lógica repressiva dos governos militares. O paradigma proposto pelo governo Brizola estaria aparentemente deslocado da realidade violenta que se apresentava com o aumento acelerado da taxa de crimes e homicídios (SILVA, 2012).

O início do governo Brizola foi marcado por inúmeras tensões, inclusive em setores da polícia. Os debates sobre o tema foram muito radicalizados em torno dos argumentos que criticavam a violência institucionalizada dos aparelhos de segurança e aqueles que apontavam para a repressão violenta a criminosos comuns. Entre as mudanças estabelecidas durante o governo Brizola ocorreu a descentralização da polícia militar para que não fosse mais subordinada ao exército. Além disso, Brizola criou duas secretarias distintas, separando as funções das polícias, a Secretaria de Polícia judiciária e Direitos Civis, responsável pela polícia civil e, a outra, ligada à Polícia Militar. Além disso, a gestão brizolista criou quatro conselhos que incluíam a participação da sociedade civil no tema da segurança (conselho de segurança pública; conselho de justiça e direitos humanos; conselho superior de Polícia Militar e Conselho Superior de Polícia). Essas iniciativas também buscavam responder às denúncias públicas que apontavam para atividades ilícitas da polícia como, por exemplo, o jogo do bicho, a intensa repressão a detentos nas prisões e, sobretudo, o tratamento violento dado aos moradores pobres.

e includente que marcou a ideologia dominante durante boa parte da industrialização brasileira (LEITE, FRIDMAN e MACHADO, 2005, p. 231).

Brizola proibiu a invasão de casas nas favelas e periferias sem mandado judicial. A perspectiva geral que orientou seu governo esteve centrada na ideia de que a violência deveria ser combatida com políticas públicas e não com repressão. Segundo Silva (2012) o novo paradigma não conseguiu se materializar em ações concretas e eficazes de combate à criminalidade. Brizola chegou a ser acusado de receber dinheiro ilícito e compactuar com práticas de corrupção. O governador foi atacado por diversos grupos, entre eles, setores progressistas e de esquerda. O PDT, partido do então governador, não conseguiu encampar seu candidato para a eleição seguinte, e foi vencido por Moreira Franco do PMDB que governou entre 1987 e 1990.

O novo governo agiu na contramão do que foi construído pelo governo anterior propondo uma política de segurança mais eficiente em termos de cumprimento da lei e fortalecimento da autoridade de órgãos policiais. Seu discurso destacou a importância de garantir segurança aos cidadãos: “a alegação central era a de que o governo deveria agir de maneira severa e com firmeza, a fim de tomar as rédeas da situação pretensamente caótica que se estabelecera” (SILVA, 2012, p. 221). Para os moradores de favelas e regiões pobres seu governo foi um retrocesso, já que as incursões e abordagens policiais seguiram cada vez mais violentas, e a segurança prometida aos demais não foi realizada. O governo de Moreira Franco termina em 1991, início de uma década marcante para o recrudescimento da violência no Rio de Janeiro e a radicalização das ações armadas contra a população mais pobre.

Esta polarização de “soluções” para a violência ampliou-se na década de 1990, quando o Rio de Janeiro passou a fazer parte do circuito internacional do tráfico de drogas. A lógica do confronto contra traficantes tornou-se hegemônica, e a polícia adotou progressivamente uma “política de extermínio” (MISSE, 2011). O governo Marcello Alencar (1995-1999) foi emblemático nesse sentido, pois ficou marcado pela naturalização das execuções em favelas a partir de um discurso de tolerância zero contra a criminalidade. O governador implementou a emblemática “gratificação faroeste”⁵, que oferecia bônus salarial para policiais que fossem avaliados pelo bom desempenho ou por atos de bravura que incluíam matar supostos bandidos.

Além das ações oficiais de governo, a atuação de policiais matadores em “grupos de extermínio” também promove inúmeras mortes. Estes grupos podem ser compostos por funcionários, ex-funcionários da Segurança Pública ou até mesmo militares. Conforme aponta o pioneiro trabalho de Alves (2003) ao analisar a presença de grupos de extermínio na Baixada Fluminense, organizaram-se ainda na década de 1960, operacionalizando mortes com aparato

⁵ Decreto estadual 21.753/1995.

policial, e com apoio de grupos econômicos e políticos locais. A partir dos anos de 1980 se autonomizam e proliferam. Já na década de 1990 avançam para ocupar espaços de poder através de relações clientelistas e ameaças sobre as populações locais. Grupos conhecidos como “polícia mineira” também se fizeram presentes inicialmente. Estes grupos vendiam segurança para comerciantes e depois passavam a oferecer “proteção” a moradores contra a ameaça de grupos de traficantes (CANO e DUARTE, 2012). Esses grupos seguem sendo responsáveis por inúmeras tragédias como as chacinas. Esses assassinatos tornaram-se um símbolo assustador da violência de Estado em tempos democráticos no Brasil.

Caminhos da pesquisa

A pesquisa se deu a partir das minhas diferentes posições no campo. As relações de confiança com as mães e familiares foi sendo estabelecida ao longo dos últimos anos nos cruzamentos entre pesquisa, engajamento e trabalho. Minha primeira aproximação com esse tipo de movimento aconteceu entre 2006 e 2007 quando ainda era estudante de graduação, no âmbito de um projeto de pesquisa na Baixada Fluminense. Neste momento tive acesso à então Associação de Familiares de Vítimas de Violência (AFAVIV), grupo que reunia mães e familiares da Chacina da Baixada. A Chacina da Baixada ocorreu no dia 31 de março de 2005, promovida por policiais integrantes de um grupo de extermínio. Nesta Chacina 29 pessoas foram assassinadas entre os municípios de Queimados e Nova Iguaçu⁶.

A partir da Baixada Fluminense conheci mães e familiares de favelas do Rio de Janeiro que apoiavam as mobilizações por justiça na região. Desde então segui acompanhando manifestações, reuniões, encontros e eventos públicos. Pela minha assiduidade nos espaços, fui sendo reconhecida como uma "apoiodora", ou seja, uma espécie de aliada na luta. Ao longo de todos esses anos estabeleci relações de afeto e confiança que me permitiram acessar espaços de convivência e os eventos públicos no lugar de quem observava, mas também produzia algum tipo de intervenção nas situações em que se colocavam publicamente, carregando materiais, faixas, panfletos, fotografando e estando disposta a contribuir de alguma forma em cada situação.

Nunca fui uma militante do movimento, muito embora estava evidente meu posicionamento de apoio àquela luta. Eu não era “mãe de vítima”, mas enquanto uma pesquisadora de origem popular, me sentia acolhida. Eu vinha de um bairro popular na zona oeste e tinha familiares na Baixada Fluminense. Ser uma mulher negra não parecia ser um

⁶ Desenvolvi reflexões iniciais sobre o fórum de organizações locais em Guariento (2009).

elemento determinante para ter mais ou menos acesso em campo, inclusive, outros pesquisadores também vistos como "apoiadores", eram pessoas brancas. Esta alteridade parecia relevante nos momentos públicos, atos, julgamentos e manifestações, afinal, demonstrava-se que o movimento de mães e familiares de vítimas também era apoiado por pessoas que não tinham sido diretamente afetadas pela violência estatal, contribuindo para maior visibilidade do movimento. Vianna e Farias (2011) analisam movimentos compostos por mães a partir do que reconhecem como seu enredamento nas dinâmicas de luta dos movimentos, transitando entre cenas variadas e convocadas a se colocarem como parte desses corpos coletivos, embora sempre com uma cisão definitiva entre quem perdeu um familiar de forma violenta e quem não tinha essa experiência ímpar de dor.

Entre 2011 e 2012 passei a colaborar como pesquisadora de uma organização não governamental onde trabalhei até 2018 com temas relacionados à Segurança Pública, mobilizações, violência, avaliação e monitoramento de projetos. Três iniciativas foram significativas para que eu desenvolvesse o interesse pelo tema da tese. A primeira foi minha participação na avaliação do projeto A Cor da Cultura (ACDC), executado pelo Canal Futura, com apoio da então existente Secretaria de Promoção de Políticas para a Igualdade Racial (SEPPIR), criada em 2003 e, também, da Fundação Palmares. O projeto tinha como objetivo contribuir para efetivação da Lei 10.639/03, que previa a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira nos currículos escolares. O ACDC consistia na realização de encontros formativos com professores da rede pública de ensino com a facilitação de movimentos e organizações negras selecionadas através de edital público. Além dos encontros, o projeto previa a distribuição de materiais para utilização em sala de aula.

Integrei a equipe responsável pela avaliação da terceira edição do projeto ACDC realizada nos estados do Espírito Santo, Pará, Rio Grande do Sul e Maranhão. Realizei entrevistas com professores da rede pública, gestores de secretarias de governo e militantes envolvidos com movimentos negros nos estados do Pará, Maranhão e Espírito Santo. Além disso, facilitei a realização de grupos de discussão com alunos de professores formados pelo projeto. Nestas andanças, financiadas pela organização para qual eu trabalhava⁷, tive contato com militantes negros de diferentes gerações, fiz amigos no estado do Pará e, frequentemente, recebia notícias de casos violentos e chacinas. Estas relações ampliaram meu olhar sobre as facetas da violência nos diferentes estados do Brasil, já que minha experiência sempre esteve muito centrada no Rio de Janeiro. Este trabalho também me permitiu conhecer diversos espaços

⁷ O Instituto de Estudos da Religião (ISER).

de ativismo negro e, também, a oportunidade de apresentar os resultados da pesquisa para então Ministra da Igualdade Racial Nilma Lino Gomes em Brasília.

Uma segunda iniciativa importante para a construção da tese foi o projeto Educação, Empoderamento e Justiça (EEJ) executado pela Anistia Internacional, em articulação com movimentos de familiares de vítimas do Rio de Janeiro e de São Paulo e colaboração do ISER. O projeto EEJ envolvia a realização de oficinas de formação para mulheres afetadas pela violência, além do apoio financeiro e institucional para realização de atividades pelos movimentos que integravam. Ao longo de dois anos, contribuí com a produção de conteúdo, facilitação das oficinas e, também, na avaliação do projeto.

Fui responsável por apoiar a elaboração dos materiais para a oficina sobre racismo e segurança pública. Certamente, a condição de mulher negra e as relações de proximidade com os movimentos ajudam a construir as mediações necessárias para que o projeto fosse executado, afinal, a presença de uma pesquisadora negra expressava uma preocupação institucional com uma equipe mais diversa e o compartilhamento de experiências por quem já viveu “na pele” situações de discriminação racial.

No terceiro ano do projeto, já não tinha mais vinculação institucional, mas fui convidada pelo coordenador para participar de seu terceiro e último ano. Pude circular por espaços entre Rio e São Paulo, conheci mais familiares de vítimas, e comecei a perceber que estava sendo produzida uma fala pública racializada sobre violência do Estado, tanto por parte das militantes do movimento, quanto pelas ONG 's com as quais tinha contato. O tema da tese foi nascendo a partir dessa percepção e do interesse por compreender como a dimensão racial estava aparecendo entre grupos que eu já conhecia e acompanhava há tanto tempo. O tema estava entrelaçado com meus próprios processos de subjetivação, já que também minha identificação étnico-racial enquanto pessoa negra, se tornava elemento fundamental do meu repertório pessoal e político enquanto ser humano no mundo.

A familiaridade com os grupos antes do período de pesquisa para a tese abriu caminhos, impactando positivamente meus acessos, mas também impôs desafios para o recorte da pesquisa diante do conjunto de dados que já vinha acumulando ao longo do tempo. Os dados etnográficos utilizados como evidências para o argumento da tese concentram-se entre 2016 e 2019, período que corresponde ao recorte temporal delimitado como a terceira geração dos movimentos de mães e familiares. As gerações precedentes atuaram em conjunturas anteriores e, portanto, são recuperadas por análise bibliográfica, muito embora, em diversas situações de campo, tenham sido recuperadas pelas memórias de participantes mais contemporâneos. Estas

narrativas compuseram minhas notas de campo e funcionam como dados complementares, portanto, o escopo metodológico combina incursões etnográficas, observações diretas, análise bibliográfica e alguns documentos produzidos pelos próprios movimentos.

Assim como Farias, Lago e Filho (2021) acredito que a postura engajada na pesquisa, simultaneamente, constrói e é construída por um compromisso com os movimentos, sobretudo na produção de um conhecimento comprometido com seu protagonismo, já que são compostos pela população que mais sofre os efeitos da brutalidade estatal. Considero de maneira transversal a centralidade do corpo e modos como é racializado e generificado no trabalho de campo (CASTRO, 2022) e, por isso, a tese é expressão do lugar social de gênero, raça, classe no espaço urbano⁸.

A organização da tese

A tese é desenvolvida em três capítulos. O primeiro capítulo objetiva apresentar a trajetória de movimentos de mães e familiares no Rio de Janeiro. Elaboro um caminho para visualizarmos as três gerações nem uma perspectiva de processo. Neste capítulo apresento alguns casos de repercussão pública e algumas características de cada geração. Cabe retomar o que já foi dito em outro momento. A delimitação das gerações funciona como um recurso para análise e não como fronteira rígida de diferenciação entre elas, as sobreposições se impõem pelas próprias práticas dos movimentos apontando para continuidades e discontinuidades.

O segundo capítulo percorre por situações expressivas do enegrecimento do repertório dos movimentos e busca analisar aspectos presentes em cada situação. Este capítulo apresenta dados etnográficos que evidenciam modos de produção e acionamento do repertório enegrecido. O terceiro capítulo discute a incorporação de categorias como “genocídio” em

⁸ Cabe ressaltar alguns aspectos de contexto deste trabalho. A conjuntura de realização da tese foi bastante desafiadora, já que meu período de doutorado encontrou uma conjuntura muito adversa (2015-2023). Ao longo destes anos, o Brasil vivenciou o golpe de forças conservadores contra a presidenta eleita pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Dilma Rousseff, dando origem ao seu *Impeachment* em 2016. No âmbito estadual, três governadores do Rio de Janeiro foram presos por crimes de corrupção. A crise fiscal que assolou o estado gerou efeitos nas condições materiais da minha pesquisa, pois o financiamento de minha bolsa foi da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Em 2018, Jair Messias Bolsonaro foi eleito presidente do Brasil pelo Partido Social Liberal (PSL) representando um projeto político de extrema direita, explicitamente defensor de práticas violentas e pautas conservadoras. Neste mesmo ano, a vereadora Marielle Franco, eleita pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) foi brutalmente executada no Rio de Janeiro. Marielle representava pautas em defesa dos direitos humanos e grupos socialmente discriminados. O assassinato representou mais uma faceta da violência política no Brasil. Em 2020, o mundo foi surpreendido pela pandemia de COVID-19 deixando milhares de vítimas. Segundo o Ministério da Saúde, 700 mil pessoas morreram pelo coronavírus até março de 2023. Estes acontecimentos impuseram dificuldades para meu processo de escrita acadêmica.

momentos de atuação pública dos grupos de familiares, e reflete como a vocalização da condição de “mulher negra” vem sendo parte deste repertório.

Busco contribuir para que a dimensão racial não seja apenas elemento de contexto, mas um operador analítico central capaz de ampliar perspectivas, destacar a agência de pessoas negras e periféricas na contemporaneidade, e contribuir para o próprio o enegrecimento das agendas de pesquisa.

1. GERAÇÕES DE MOVIMENTOS CONTRA VIOLÊNCIA DE ESTADO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Neste capítulo procuro demonstrar como o campo formado por movimentos de mães e familiares de vítimas de violência do Estado vem produzindo diferentes estratégias de luta. Proponho olhar para os contextos de formação desses movimentos como impulsionadores de determinados repertórios. A causa primeira de sua existência é a "luta por justiça", e essa luta foi ganhando diferentes formas, a depender de como o assassinato de jovens estava sendo denunciado pelos próprios movimentos. Ou seja, o conjunto de estratégias utilizadas por esses grupos se construiu a partir de diferentes contextos.

Proponho analisar o percurso de mobilização dos movimentos em três gerações, formadas a partir do contexto em que a violência policial se expressa na narrativa dos movimentos de familiares, ora como ações de extermínio, ora como expressão da lógica bélica da política de segurança pública, e ora como parte de um projeto intencional do Estado para eliminar a população jovem negra. O surgimento de diferentes grupos de mães pode ser compreendido quando olhamos para o contexto de violência, e como vão sendo formadas as estratégias de luta desenvolvidas pelos seus familiares. O contexto define quais e como serão utilizados diferentes recursos, compondo diferentes repertórios ao longo do tempo.

Minha perspectiva neste primeiro capítulo é trazer alguns aspectos de cada contexto e alguns elementos de seus repertórios. Nessa direção não pretendo comparar as formas de atuação das gerações, mas trazer alguns contrastes que nos ajudem a compreender continuidades e novidades destas lutas. Compreendo que cada geração segue trazendo novas contribuições na medida em que permanecem elementos das gerações anteriores. Não há uma relação de ruptura entre elas, mas formas de luta que vão sendo elaboradas de acordo com as situações que se apresentam. A lógica contínua da violência estatal sobre favelas e regiões periféricas da cidade se atualiza, assim como os movimentos de resistência.

Para organizar os movimentos em gerações, me inspiro na noção de repertório de Charles Tilly. Para o autor, repertórios de ações coletivas correspondem a uma dada maneira de se fazer política em determinado período histórico. Assim, um repertório é um conjunto de formas de ação, um aglomerado de instrumentos usados em função dos interesses de coletividades. A escolha por um ou outro instrumento depende do contexto e de quem está envolvido. Nessa direção, para Charles Tilly existem determinados padrões de ação coletiva que são compartilhados entre as pessoas que se mobilizam como entendimentos, memórias e

acordos. Esses entendimentos vão sendo recriados pelos próprios sujeitos e, por isso, vão ganhando uma dimensão performática⁹. Ao longo dos anos, os movimentos de mães vão se utilizando de diferentes recursos para fazerem sua luta. As mães vão assumindo o que Leite (2004) já apontava como protagonismo e visibilidade no campo dos direitos humanos.

Contrastando as três gerações podemos observar que a primeira delas inaugura a linguagem dos sentimentos, trazendo para a praça e o espaço público o rosto das vítimas estampado no corpo de mulheres em sofrimento. Cartazes e camisetas se tornaram recursos de visibilidade para mulheres que choram publicamente o assassinato de seus filhos. É nesse primeiro momento que o Estado passa a ser interpelado como violador de direitos, especialmente, pela ação ilegal de policiais em grupos de extermínio. O cenário de guerra e medo que se configura no período tornou-se o contexto de encontro dessas mulheres com outros familiares de vítimas, mas também organizações de defesa de direitos. A formação de uma linguagem dos sentimentos, conectada à condição materna, colocou mulheres pobres faveladas como protagonistas de um novo modo de fazer política, qual seja, aquele em que o luto é o elemento disparador para a entrada na vida pública.

A partir da segunda geração, as chacinas seguem como resultado do padrão violento da ação policial, mas desta vez as mães das vítimas das chacinas que ocorrem a partir dos anos 2000 já se organizam para além da denúncia, trazendo de maneira mais enfática a discussão sobre as operações policiais e a centralidade da polícia como agente das mortes de jovens. A partir dessa segunda geração, o repertório traz ainda mais a favela para o centro, colocando o território como elemento central do repertório.

O território vai sendo entendido como lugar da violência direcionada, o espaço no qual a polícia é incentivada pela política de segurança pública a atuar de maneira bélica e letal. Ao trazerem a favela para o centro, as incursões policiais tornaram-se pauta central das lutas, colocando ainda mais no centro a denúncia contra a criminalização das regiões pobres da cidade e de seus moradores. Este é o momento das grandes faixas, as letras grandes, as frases de impacto, frases bilíngues, onde a linguagem dos sentimentos vai seguindo encorpada pela condição de favelado como aspecto central para a denúncia.

Diferentemente da primeira geração, a segunda vislumbrou alguma mudança no horizonte da política de segurança pública a partir da eleição de Lula em 2003. A promessa de

⁹ Repertórios são criações culturais aprendidas, mas eles não descendem de filosofia abstrata ou tomam forma como resultado da propaganda política; eles emergem da luta. [...] Em qualquer ponto particular da história, contudo, elas [as pessoas] aprendem apenas um pequeno número de maneiras alternativas de agir coletivamente (TILLY, 1995, p. 26, apud ALONSO, 2012, p.26).

novas ações no campo da segurança pública através do Programa Nacional de Segurança e Cidadania (PRONASCI). Pautou-se nos maiores níveis de participação da sociedade civil através de conferências e as possibilidades de criar programas de redução da letalidade policial. Recebendo investimentos do governo federal, o estado do Rio de Janeiro implementou neste período as ações de "pacificação" colocando as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP's) como expressão de uma nova polícia. No entanto, ao longo desta geração, o que se seguiu no contexto da geração seguinte, permaneceu a lógica do extermínio, ainda que tenha ocorrida a diminuição de mortes e tiroteios em algumas favelas.

A terceira geração produz uma linguagem afinada ao contexto de denúncias em torno do assassinato de jovens que começa a ganhar fôlego na agenda institucional, com destaque para a atuação da "juventude negra", mas também nas ruas a partir das "jornadas de junho de 2013". A denúncia contra a violência policial nas manifestações colocou asfalto e favela no mesmo campo de criminalização, qual seja, a associação dos manifestantes à desordem e a ameaça. A atuação das UPP's enquanto estruturas policiais mantenedoras da lógica violenta contra a população pobre das favelas foi denunciada por essa geração, também capaz de ampliar o diálogo com instâncias estatais, assim como a segunda geração já realizava.

Outra dimensão fundamental do repertório dessa terceira geração é a de que, para além de toda a envergadura nacional e internacional do movimento, as mães passaram a trazer os temas do cuidado e da saúde como centrais, apontando para seus processos de adoecimento após viverem a experiência de terem seus filhos assassinados. O adoecimento e até a morte de algumas mães foi trazendo o debate do direito à vida também para quem vivencia o luto por uma morte provocada pela polícia. É nesta geração que se consolida a reivindicação por reparação e um entendimento racializado da violência sofrida.

Os assassinatos e o extermínio foram se aproximando de uma categoria política historicamente mobilizada por movimentos negros, a noção de "genocídio". Os movimentos de mães começaram a colocar a cor de seus filhos como um aspecto determinante para a vitimização, e o racismo passa a ser tematizado como uma das causas da ação violenta do Estado no Brasil. É este processo de enegrecimento da luta por justiça que analiso no segundo capítulo.

1.1. A primeira geração de movimentos: contra o extermínio e as chacinas

A primeira geração de mães e familiares de vítimas tinha como um dos focos de denúncia o assassinato de jovens por grupos de policiais matadores. A brutalidade das práticas desses grupos teve repercussão nacional no início da década de 1990 com os casos conhecidos como chacinas. A definição da palavra chacina no dicionário revela a desumanização das vítimas. Chacina significa assassinato coletivo, ação de matar muitas pessoas ao mesmo tempo; massacre. Ação de abater e de esquartejar um bovino ou suíno separada em postas, curada e salgada. Chacinar significa “assassinar, matar, eliminar”, portanto não se trata apenas de tirar a vida, mas de eliminar os corpos (FREITAS, 2000)¹⁰.

Conforme vimos na introdução, as inúmeras demandas pela recomposição da ordem na década de 1990 colocou os moradores de favelas e periferias como grandes ameaças, especialmente os mais jovens. A Chacina de Acari é um caso emblemático que explicita a lógica violenta de fazer desaparecer corpos indesejáveis que, assim como os assassinatos, estavam sendo nomeados publicamente como extermínio. A Chacina de Acari foi um dos primeiros eventos trágicos a dar visibilidade nacional e internacional ao assassinato de jovens pobres pela polícia. A tragédia mobilizou a criação do primeiro movimento de mães e familiares de vítimas de violência oriundo de favelas.

Na madrugada do dia 26 de julho de 1990, onze jovens moradores da região de Acari, zona norte da cidade, foram levados por homens encapuzados no município de Magé, localizado na Baixada Fluminense. Os jovens com idades entre 17 e 32 anos estavam no sítio da avó de um deles quando foram levados. A viagem teria sido uma alternativa para despistar policiais que extorquiam algumas das vítimas. Os jovens foram colocados dentro de uma kombi e um carro, e nunca mais apareceram.

Entre as vítimas estavam as adolescentes Viviane Rocha da Silva de apenas 13 anos, Rosana Sousa Santos e Cristiane Souza Leite, ambas de 17 anos. Entre os rapazes, Luiz Henrique da Silva Eusébio, Hudson de Oliveira Silva e Edson Souza Costa. Os três tinham 16 anos de idade. Também foram levados Antônio Carlos da Silva e Wallace Oliveira do Nascimento, de 17 anos. Os mais velhos do grupo eram Hédio Oliveira do Nascimento de 30 anos, Moisés Santos Cruz, de 26 anos, e Luiz Carlos Vasconcelos de Deus, de 32 anos.

¹⁰ O ponto central quando falamos em “chacina”, se refere assim, a dois vieses fundamentais: morte e grande quantidade de corpos. Não basta que os corpos sejam mortos, eles têm que ser aniquilados, cortados em postas, supliciados, desaparecidos, tirados de circulação (FREITAS, 2000, p. 92).

Segundo Nobre (1994), Moisés, Luiz Carlos e Wallace praticavam assaltos de carga na Avenida Brasil, e eram obrigados a repassar parte dos ganhos para policiais da região. Esses policiais integravam um grupo de extermínio conhecido como “Cavalos Corredores”. As vítimas foram à Magé, onde ficaram no sítio dona Laudicéia, avó de Wallace, uma senhora de 74 anos à época. Durante a madrugada, a porta da casa foi arrombada e homens entraram na casa. O sequestro tornou-se notícia e a cobertura jornalística apresentava diferentes versões para o caso (ARAÚJO, 2007), mas a participação do grupo de extermínio chamado “Cavalos Corredores” estava sendo confirmada¹¹.

A Chacina ocorreu no início da década de 1990, período em que o tema do assassinato de adolescentes, jovens e crianças estava sendo tematizado por organizações da sociedade civil, e que nos anos seguintes seguiu produzindo repercussão pública por conta de mais duas chacinas. Conforme afirmam Alvim (1992 apud ALVIM e PAIM, 2004), a ideia de extermínio já vinha ganhando repercussão com a constatação pública do aumento progressivo do assassinato de crianças e adolescentes no final da década de 1980. Quando os adolescentes e jovens tornaram-se publicamente vítimas de grupos de matadores, a categoria foi sendo cada vez mais usada. A autora também destaca as particularidades de quem pratica esse tipo de crime. Em geral, policiais, membros de forças militares e seguranças privados, que possuem técnicas para matar pessoas. Assim, o extermínio pressupõe a profissionalização dos assassinos e, em geral, as vítimas recebem uma grande quantidade de tiros e/ou são alvejados na cabeça, depois de já terem sido submetidos a outras violências como tortura, espancamentos e xingamentos.

Segundo Minayo (1990) dados colhidos por várias organizações da sociedade civil apontavam para uma tendência ascendente no processo de extermínio de adolescentes e crianças entre os anos de 1984 e 1989, período de intensa mobilização pelos seus direitos em torno da elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O ECA trouxe a ideia de que todas as crianças e adolescentes devem ser protegidos integralmente pelo Estado e pela sociedade, independentemente de suas práticas — lícitas ou não —, pois são consideradas sujeitos em desenvolvimento.

Conforme aponta Feltran (2011) o ECA representou uma ruptura normativa radical com o paradigma da legislação anterior que punia e tutelava os “desviantes”. O ECA trouxe a perspectiva da proteção integral e não da culpabilização. Seguindo a tendência de lutas pela redemocratização, organizações que atuavam pela defesa dos direitos de crianças e adolescentes

¹¹ O grupo teria esse nome porque teriam como forma de conduta entrar na favela como uma tropa, fazendo muito barulho. O grupo teria inclusive a participação de um parlamentar.

ressaltaram a importância da criação de mecanismos de participação social para formulação e efetivação das políticas voltadas para esse público. Com a promulgação do ECA em 1990 criaram-se órgãos participativos nas esferas municipal, estadual e federal, e uma rede de proteção a crianças e adolescentes no Brasil. É neste contexto que avançam as discussões públicas sobre o assassinato de jovens e adolescentes. No Rio de Janeiro, destaco a campanha “Parem de matar nossas crianças”. A campanha ilustra esse contexto de visibilidade em que o assassinato de jovens, crianças e adolescentes vai sendo pautado como extermínio. Em 1989 foi encomendado pela *Defense For Children International*, organização vinculada às Nações Unidas, um relatório sobre a situação de assassinatos de jovens e adolescentes. Segundo Freitas (2000) o Jornal do Brasil afirmou que entre 1978 e 1995 pelo menos 25 chacinas ocorreram no Rio de Janeiro deixando 178 mortos, dentre eles 43 menores de idade e, na maioria dos casos, sem punição dos responsáveis.

A violência no Rio de Janeiro tornou-se uma grande questão na década de 1990. A criminalidade violenta vinha crescendo por conta de conflitos em torno do tráfico de drogas, envolvendo disputas entre grupos armados. Neste período surgiram as primeiras facções cariocas de criminosos, conectadas a cartéis internacionais e que possibilitaram a entrada massiva da cocaína no mercado brasileiro. Conforme aponta Leite (2005), o tráfico de drogas foi se tornando oligopolizado, movimentando bilhões de dólares em circuitos que envolviam a comercialização de drogas no atacado, lavagem de dinheiro e o tráfico de armas. As facções foram desenvolvendo estratégias de controle sobre os territórios onde atuavam como a ponta de distribuição de drogas para toda a cidade, quais sejam, os “loteamentos clandestinos”, favelas e bairros periféricos (LEITE, 2005).

Os conflitos entre os grupos armados, destes com a polícia, os tiroteios, balas perdidas e assaltos nas ruas foram construindo um cenário de medo e insegurança, tendo como representação a concepção do Rio de Janeiro como uma cidade “em guerra”. Segundo Leite (2012) essa concepção foi gestada a partir de uma série de episódios violentos que foram produzindo um sentimento de insegurança diante do que se apresentava como risco para a integridade física e patrimonial dos moradores de parte da cidade. Entre esses episódios estavam os assaltos, sequestros, tiroteios, rebeliões em presídios, instituições socioeducativas, entre outros. Estes eventos provocaram uma sensação de medo generalizado e crescente demanda por ordem pública por diferentes grupos sociais, especialmente, as classes médias e altas. Essa demanda foi então construída a partir de uma leitura que excluía os direitos de cidadania dos favelados, já que se entendia que a origem da violência na cidade estava nas favelas.

Generalizou-se uma "cultura do medo" profundamente marcada por uma visão estigmatizada da favela como berço da criminalidade. O medo foi se tornando chave de leitura sobre a violência urbana e suas possíveis soluções (SOARES, 1996). Criou-se uma representação de que a cidade estava em guerra, pois estaria dominada pela criminalidade. O espaço dos cidadãos estaria ameaçado pela marginalidade. Esses cidadãos obviamente não eram moradores de favelas, considerados igualmente perigosos tanto pelas forças estatais quanto por moradores de regiões abastadas da cidade. Assim, conforme aponta Leite (2012), a demanda por mais segurança foi elaborada por uma leitura particularista da cidadania, onde a favela é representada como território da não cidadania, submetida a uma força concorrente ao Estado e que, portanto, a responsabilidade estatal de proteção de seus moradores estaria diluída pela "situação de guerra".

Os episódios violentos ganharam grande repercussão na mídia e foi produzida uma visão do Rio de Janeiro como uma "cidade partida". O termo foi cunhado pelo jornalista Zuenir Ventura, e tornou-se uma representação recorrente no imaginário sobre a cidade. Essa noção produzia uma oposição entre classes médias e populações de favelas e periferias, propagando a ideia de que o Rio estava dividido entre "morro" e "asfalto". O primeiro como o berço do crime e da barbárie que assolava toda a cidade. O asfalto ameaçado pelo mal que o morro representava. Conforme aponta Leite (2012) os diversos eventos violentos como rebeliões em presídio, arrastões nas praias, tiroteios e assaltos produziram um sentimento de forte insegurança e uma demanda forte por ordem. Para a autora, produziu-se um dispositivo matriz de referência para discursos que reforçam a alteridade como ameaça e legitimam práticas de controle repressivo sobre as favelas, chamado pela autora de "metáfora da guerra".

O conflito social estava sendo representado como uma guerra, e, portanto, o repertório simbólico da guerra apontava para um confronto entre inimigos, posicionados em lados opostos, onde no limite, o extermínio se colocava como uma das estratégias para a vitória. Os adolescentes e jovens pobres, moradores de favelas e periferias se tornaram os principais alvos. A Chacina de Acari foi só mais uma expressão brutal da forma como a guerra estava destinada a determinados grupos. Não é à toa que as chacinas seguiram ocorrendo. Em 1993 policiais sequestraram três jovens que costumavam dormir nas proximidades da Igreja da Candelária, no centro do Rio de Janeiro. Depois de assassinar dois deles, os homens voltaram aos arredores da Igreja e atiraram contra mais de 50 crianças e adolescentes que estavam no local (SOARES, MOURA e AFONSO, 2009). O caso ficou conhecido como Chacina da Candelária. O caso

ganhou intensa repercussão e produziu inúmeras reações, entre elas, a formação do movimento Candelária Nunca Mais¹², composto por familiares e outros ativistas de defesa de direitos.

Neste mesmo ano, 21 pessoas foram assassinadas no dia 29 de agosto na favela Vigário Geral. Neste caso, a violência teria começado em uma praça nos arredores da favela quando policiais incendiaram trailers e depois seguiram para as execuções na favela. A chacina teria sido motivada por vingança depois que quatro policiais militares teriam sido assassinados por traficantes locais. Os policiais encapuzados mataram aleatoriamente, e, também, oito pessoas da mesma família.

A brutalidade das chacinas repercutiu, a violência tornou-se um grande problema social e diversos grupos se mobilizaram pelo fim da violência. No caso da Chacina de Acari, as mães das vítimas começaram a busca por informações sobre o que realmente tinha acontecido e exigiram respostas das autoridades. Como tratava-se de um caso de desaparecimento, aos poucos as investigações davam conta de que os jovens foram assassinados. Diante da perda, as mães das vítimas formaram um grupo. São elas: Vera Lúcia Flores, Edméia Silvia Euzébio, Denise Vasconcelos, Euzilar Joana da Silva Oliveira, Ana Maria da Silva, Laudicena Oliveira Nascimento, Ednéia Santos Cruz e Maria das Graças do Nascimento. Entre aquelas que mantiveram-se participando mais ativamente, tornando-se lideranças, destacam-se Marilene, mãe de Rosana, Vera Lúcia, mãe de Cristiane e Edméia, mãe de Gunga¹³.

Elas pressionaram por agilidade nas investigações e pela busca dos corpos. Na busca pelos corpos, as Mães de Acari acompanharam as investigações de perto junto com a polícia e participaram de escavações feitas em diferentes regiões de Magé. Araújo (2007) afirma que muitos desses locais eram conhecidos como lugares de desova de corpos e tinham nomes paradigmáticos como “Curva da morte”, “Estrada fim da picada”. A atuação das Mães de Acari foi ganhando diferentes formas de apoio e, aos poucos, foram se relacionando com organizações de defesa de direitos humanos.

Segundo Freitas (2000), um dos primeiros momentos de organização foi uma reunião realizada na sede da Secretaria de Segurança Pública. Depois os encontros passaram a ser

¹² Para mais informações sobre o movimento ver: <http://www.facebook.com/candelarianuncamais> e <https://www.instagram.com/movimentocandelaria/>. Também é possível identificar as diferentes organizações da sociedade civil que apoiaram e constituem o movimento em: <http://www.cedecarj.org.br/2020/07/24/27-anos-candelaria-nunca-mais/>.

¹³ Na versão de Nobre (1994) Arcílio, pai de Rosana, tinha um amigo que participava da organização chamada CEAP e através dele, as mães conheceram estas e outras organizações. Cabe destacar que tanto Freitas (2000) quanto Araújo chamam atenção para polêmicas em torno da relação entre Mães de Acari e CEAP em função de divergências e questões relativas a própria produção do livro escrito por Carlos Nobre. Entretanto, a bibliografia aponta para a relevância do CEAP no apoio às Mães de Acari.

realizados na casa de Edméia. Nobre (1994) descreve o momento que teria sido o primeiro ato público do movimento, realizado em frente à sede da polícia civil do Rio de Janeiro.

A manifestação reuniu cerca de 200 moradores de Acari, militantes de direitos humanos, militantes do movimento negro, sindicalistas e parlamentares [...]. Usando faixas e cartazes, os manifestantes exigiam o encontro dos cadáveres e a investigação do caso, a fim que os assassinos fossem presos, julgados e punidos (NOBRE, 1994, p.123).

As mães de Acari foram ganhando visibilidade e formando um movimento de tipo novo no Brasil democrático. Trouxeram a maternidade e o luto para o centro da política de mulheres vindas das favelas. Através do luto elas foram se tornando agentes sociais e políticos que passaram a interpelar o Estado em razão do seu sofrimento (ARAÚJO, 2008). Aos poucos, foram ganhando visibilidade e apoio de diferentes organizações. A luta das mães ganhou apoio até mesmo de personalidades como Michelle Miterrand, primeira-dama francesa, que veio ao Brasil para um encontro com elas em 1992. A primeira-dama chegou a prefaciá-lo o primeiro livro sobre o caso Acari (NOBRE, 1994) onde exalta a luta de mães que perderam seus filhos de forma violenta em diversos países.

O movimento das Mães de Acari era inédito no Rio de Janeiro, mas a prática política a partir do sofrimento de mães de vítimas de violência do Estado não. Na Argentina, no final da década de 1970, formou-se o movimento *Madres de la Plaza de Mayo*. O movimento nasceu em 1977 depois que mães começaram a se reunir na Plaza de Mayo, localizada em frente à sede do governo federal, exigindo saber o que tinha acontecido com seus filhos. O desaparecimento foi um dos principais recursos utilizados pela ditadura argentina (1976-1983) para enfrentar seus opositores e tornou-se uma questão pública a partir do movimento das Madres (SANJURJO, 2013). Essas Madres foram pejorativamente chamadas “*Las Locas de Plaza de Mayo*”, pois denunciaram o desaparecimento como uma prática do governo ditatorial exigindo “memória, verdade e justiça”, e assim, ocupavam a praça semanalmente, apresentando tal exigência. Ao longo do tempo o movimento ganhou legitimidade e conquistas importantes conforme aponta Sanjurjo (2013).

No Brasil, a organização de familiares de vítimas de violência de Estado no Brasil vinha se constituindo a partir da denúncia contra crimes cometidos durante a ditadura militar (1964-1985), especialmente, crimes de tortura, desaparecimentos e assassinato de militantes contrários

ao governo. Não é novidade, especialmente na América Latina, a formação desse tipo de movimento em função de suas experiências ditatoriais¹⁴.

O ineditismo do movimento Mães de Acari nos convoca a apontá-las como primeira geração favelada de familiares contra violência de Estado. Isso não significa afirmar a inexistência de processos de organização contra a violência da polícia ao longo da história de mulheres faveladas. Quero aqui enfatizar que, apenas a partir das Mães de Acari, o luto e a maternidade se encontram como elemento central da atuação política de mulheres periféricas.

A condição materna foi cerne da luta por justiça dessa primeira geração e, embora se estenda às gerações seguintes de maneiras distintas, foi a partir dessa primeira geração que se construiu a categoria “mãe de vítima da violência”, renovando uma modalidade de ação política tida como tradicionalmente feminina (LEITE, 2004), qual seja, aquela em que o sentimento é o caminho para a política¹⁵.

Longe de ser um fato isolado, o acionamento da condição de mãe como elemento de autoridade moral em atos políticos nos fala de trânsitos relevantes entre cenários contemporâneos: entre dor pessoal e causas coletivas; entre sofrimentos e direitos; entre formas e dimensões distintas do luto (VIANNA e FARIAS, 2011. p.83).

As Mães de Acari abrem porta para um tipo de movimento que foi se estruturando ao denunciar a interrupção da maternidade em função da violência promovida por agentes estatais. Esse é um elemento central desse tipo de movimento, qual seja, as relações de parentesco, especialmente, a relação mãe e filho. A luta das Mães de Acari foi sendo gestada a partir de uma “maternidade partida” (ARAÚJO, 2007) e, foi justamente o reconhecimento social deste vínculo tido em nossa sociedade como primário e primordial, que fez com que o movimento fosse ganhando visibilidade. Conforme aponta Araújo (2007, p. 60): “elas operam com a lei do parentesco, recorrendo aos laços primordiais (mãe-filho) para se apresentar como uma espécie

¹⁴ Quase dez anos depois do fim do regime militar no Brasil, o governo Fernando Henrique Cardoso criou a Comissão sobre mortos e desaparecidos políticos (CEMDP). Em 2002 foi criada uma Comissão de Anistia com intuito de pensar medidas de « reparação », além de projetos nesse campo como “Direito à memória e a verdade” pela Secretaria de Direitos Humanos da presidência da república, “Marcas da memória”, este pela comissão de Anistia. Apenas em 2011 foi criada a Comissão Nacional da Verdade (CNV) responsável por apurar violações de direitos humanos durante a ditadura. A partir de 2015 a CNV começa um processo de esvaziamento das pautas sobre violências cometidas durante o regime, assim como o desmonte da institucionalidade construída até então (PEDRETTI, SANTOS e ALBERGARIA, 2018).

¹⁵ Leite (2004) chama atenção para a existência do Movimento Feminino pela Anistia entre 1975 e 1979 e Freitas (2000) também destaca outros momentos em que mães estiveram em cena, como por exemplo, no caso da estilista Zuzu Angel e dos movimentos de cunho conservador como a Marcha pela Família e Liberdade. Certamente durante o período de consolidação dos movimentos urbanos no Brasil diversos grupos de mulheres mães vindas de diferentes lugares da cidade, incluindo as periferias foram protagonistas de lutas que interpelavam o Estado, mas não se pode afirmar que nesses movimentos a condição de mãe era cerne da atuação no campo da política.

de procuradores legitimados pelos laços consanguíneos”. Pela primeira vez, a relação mãe e filho estava sendo colocada como cerne da denúncia de mulheres faveladas contra a violência de Estado. Elas se tornam "agentes sociais e políticos que passam a interpelar o Estado em razão do sofrimento” (ARAÚJO, 2007, p.13).

A experiência do sofrer foi se construindo como principal elemento de produção dessa nova identidade social e política no Brasil conhecida como “mães que lutam” (FREITAS, 2000) ou “mães de vítimas de violência” (LEITE, 2004). Como a estigmatização de territórios periféricos está intimamente ligada à criminalização de seus moradores, a fala pública e a demonstração do sentimento é forma de conferir humanidade para seus filhos, trazendo narrativas sobre quem eram e como foram abatidos. Essa foi tornando-se uma das estratégias de luta por justiça. A partir de suas emoções e sentimento de indignação foram produzindo sua organização política.

A experiência de terem a maternidade interrompida de forma violenta mobilizou as Mães de Acari para acessarem o espaço público em busca de legitimidade e reconhecimento público para sua dor. A “maternidade partida” (ARAÚJO, 2007) dessas mulheres, ou seja, a interrupção forçada e violenta da experiência materna, tornou-se propulsora de uma luta política. O útero, como órgão responsável pela gestação, ganha sentido próprio sendo capaz de sentir as dores da ausência de quem nasceu a partir dele. A maternidade partida como experiência no corpo, une diferentes mulheres produzindo laços de solidariedade, transformando mulheres enlutadas em “mães que lutam” (FREITAS, 2000).

Ao falarem em nome de uma ordem doméstica que foi desfeita brutalmente pelo assassinato dos filhos, elas (e eles, no caso de demais familiares) trazem o feminino não como marca de significação das relações que se romperam, bem como da violência ilegítima que as destruiu. Levam, assim, a "casa" para a cena de protesto, através do que seria o seu "centro exemplar" simbólico: a própria maternidade (VIANNA e FARIAS, 2011, p. 94).

Nesta luta os recursos utilizados pelas mães nos falam de uma política feita através das emoções, onde a perda e a dor são vistas como mais intensamente experimentadas por quem é mãe. Essas mulheres são consideradas os personagens mais legítimos das lutas contra violência em função dessa dor que, na experiência da condição de mãe, seria maior do que todas as outras. Barreira (2001) destaca a centralidade da dimensão do gênero, pois existe uma percepção valorativa do papel feminino na vida social que coloca as mulheres como as principais mobilizadoras dos sentimentos, aquelas que possuem o poder simbólico de serem uma espécie de portadoras de princípios universais como o direito à vida, por exemplo. Elas acabam por ter

um poder de exprimir linguagens relacionadas ao sofrimento a partir de valores considerados acima de qualquer suspeita.

Leite (2004) afirma que essa forma de fazer política é uma modalidade de ação tida como tradicionalmente feminina, onde os símbolos mais expressivos e com maior legitimidade são as imagens da dor, da indignação, da persistência e, por isso, são ações que vão ganhando credibilidade. Essa modalidade de ação baseada em uma linguagem dos sentimentos já aparece em outros movimentos, como os das mães argentinas, e mesmo no Brasil, por familiares de presos políticos. No entanto, Leite (2004) afirma que quando a principal modalidade de violência praticada pelo Estado desloca-se dos aparatos ditatoriais para a violência policial, muitas mães e mulheres desenvolvem estratégias dentro dessa linguagem para lutarem por justiça. Barreira (2001) chama a atenção para como essa forma de agir politicamente conjuga sentimentos em diferentes rituais, linguagens de denúncia, palavras de ordem e ações. É justamente esse conjunto de rituais, linguagens e ações que compõem o que entendo como repertório dos movimentos.

No caso da primeira geração esse repertório mobiliza fotografias dos filhos em diferentes tamanhos expostos em cartazes, camisetas, orações, manifestações religiosas e encontros silenciosos com choro em praça pública. Ao acompanhar as Mães de Acari, Araújo (2007) aponta para variadas estratégias destacando a própria fala pública que narra a dor como um elemento que compõe esse repertório. No entanto, os elementos dessas falas não continham uma narrativa de sofrimento apenas, também falavam da negação de direitos e do não acesso à justiça. Para além disso, essa geração também estabelece o que o autor chamou de "práticas reivindicativas de justiça" como a relação com outras organizações como forma de conseguir apoio à causa e produzir a denúncia internacional para pressionar as autoridades brasileiras. Para dar visibilidade e repercussão ao caso e à luta por justiça, também lançaram mão da denúncia através dos meios de comunicação. Houve ainda uma perspectiva de registro da história do movimento como forma de denúncia, através da publicação de um livro sobre as mães, escrito por um jornalista colaborador de uma das organizações apoiadoras do movimento.

Todos os recursos tão arduamente mobilizados pelas mães na construção de seu repertório de luta não impediram mais uma tragédia entre elas. Três anos após o sequestro dos jovens, Edméia da Silva Euzébio, uma das mães, foi assassinada no centro do Rio de Janeiro. Edméia voltava de uma visita ao presídio Hélio Gomes, onde supostamente um detento teria informações sobre o desaparecimento. Edméia e uma outra mulher que estava no local, Sheila Conceição, foram assassinadas por homens que passaram atirando de dentro de um carro. A

execução de Edméia não parou o movimento. Em 1994 as relações estabelecidas com organizações de direitos humanos levaram as Mães de Acari para um encontro internacional de familiares de desaparecidos, realizado na França. O documento final do encontro é expressivo desta modalidade de ação que estamos analisando, pois destacou a condição materna como elemento de união entre mulheres de diferentes origens sociais e nacionais (FREITAS, 2000). Em 1996, com o apoio da Anistia Internacional, visitaram países europeus como estratégia para chamar a atenção da Organização das Nações Unidas (ONU) e pressionar internacionalmente o Estado brasileiro ¹⁶.

O processo sobre o assassinato de Edméia se arrastou por anos. A denúncia contra os supostos assassinos, entre eles um ex-policia militar e um ex-deputado estadual, só foi aceita pela Justiça em 2011. Em 2014 ocorreu a primeira audiência do caso e até junho de 2015, quando completou 22 anos de seu assassinato, o crime ainda não tinha sido julgado (Anistia Internacional, 2015). Em 2008, Vera morreu em casa aos 59 anos por complicações de um quadro clínico de diabetes e hipertensão. Dois anos depois as investigações sobre o desaparecimento de Acari foram encerradas por falta de provas, não havendo denúncia contra responsáveis (Anistia Internacional, 2015). Em 2012, Marilene faleceu aos 60 anos depois de uma internação por conta de um tumor maligno¹⁷.

A luta das Mães de Acari tornou-se referência e inspiração para outros movimentos¹⁸. Ainda na década de 90 nasceu o movimento Mães da Cinelândia. Mulheres de diferentes regiões da cidade ocupavam as escadarias da Câmara Municipal do Rio de Janeiro semanalmente com cartazes e fotos de pessoas desaparecidas, mobilizando a linguagem dos sentimentos. As Mães de Acari chegaram a frequentar as escadarias e manterem relações com diversas mães¹⁹. Ainda

¹⁶ No livro “Mães de Acari: uma história de luta contra impunidade” (1994) produzido pelo jornalista Carlos Nobre, essa dimensão fica evidente logo no prefácio realizado pela então primeira-dama Francesa Danielle Miterrand. A ex-primeira-dama comoveu-se com o caso e veio ao Brasil conhecer as Mães de Acari. Seu apoio contribuiu para a visibilidade internacional do movimento e participação das Mães de Acari no encontro em Paris. No prefácio do livro, a ex-primeira-dama afirma que existe um sentimento universal que torna todas as mulheres iguais pelo amor infinito que uma mãe dirige ao seu filho.

¹⁷ Para uma homenagem às mães de Acari e outras familiares falecidas ver exposição virtual realizada pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA), sala 7 *In Memoriam*. Disponível em: expo.abant.org.br/sala-7-in-memoriam.

¹⁸ Ver as seguintes matérias: <https://oglobo.globo.com/celina/maes-de-acari-inspiram-luta-por-justica-30-anos-apos-chacina-24584840>; <https://www.geledes.org.br/25-anos-da-chacina-de-acari-expoe-crise-aguda-do-sistema-de-justica-criminal-no-brasil/>; <http://memorialdademocracia.com.br/card/maes-de-acari-lutam-pelos-filhos-mortos>.

¹⁹ Entre 150 e 180 mães que se reuniram durante 5 anos, todas as segundas feiras à tarde, nas escadarias da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, para um protesto em que ostentavam cartazes com fotos de seus familiares, faixas com pedidos de informação, e realizavam denúncias. (LEITE, 2004, p. 158). Em seu trabalho,

que as causas dos desaparecimentos fossem as mais diversas, essas mulheres demonstravam relações de solidariedade e identificação por terem sua maternidade interrompida bruscamente²⁰.

O repertório produzido pela primeira geração segue nas gerações seguintes, entretanto, agregam novos elementos à luta por justiça como, por exemplo, outras formas de nomear o assassinato de jovens e estratégias de atuação coletiva envolvendo mães de diferentes lugares do país.

Figura 1 - Mães de Acari



Fonte: Memorial da democracia²¹. Autor desconhecido.

Leal (2019) mostra algumas articulações entre Mães da Cinelândia, Mães de Acari e familiares de pessoas desaparecidas em outros estados do Brasil.

²⁰ As Mães da Cinelândia ganharam ainda mais visibilidade quando foram retratadas na novela *Explode Coração* da rede globo de televisão. A autora da novela teve sua filha de Glória, Daniela Perez assassinada pelo namorado Guilherme de Pádua. Embora as circunstâncias do caso e o perfil da vítima (feminicídio e a vítima sendo de classe média, branca e atriz de televisão), os pedidos de justiça feitos pela autora a partir de sua condição materna acabaram convergindo com o contexto de luta das mães periféricas dando visibilidade a sua luta.

²¹ Disponível em <https://memorialdademocracia.com.br/card/maes-de-acari-lutam-pelos-filhos-mortos>.

1.2 A segunda geração de movimentos: ampliação da denúncia e organização em rede

Formada em meados dos anos 2000, a segunda geração de movimentos ampliou o repertório da geração anterior através da formação de uma rede envolvendo familiares de diferentes regiões da cidade, e até do país. Neste período sua luta por justiça mobiliza fortemente o tema da criminalização dos territórios periféricos. Os movimentos desenvolvem uma crítica pública à brutalidade das operações policiais e à continuidade das chacinas promovidas por policiais. A luta por justiça enfatiza cada vez mais a responsabilidade do Estado na produção da violência. A "paz" é apontada como um horizonte social e territorialmente delimitado às áreas nobres da cidade, às custas de práticas violentas nas periferias.

A segunda geração seguiu tendo de estabelecer novas estratégias de ação, diante da continuidade dos casos de chacinas e a ampliação dos investimentos governamentais em grandes intervenções policiais. Esses casos seguiram como parte constitutiva da democracia brasileira, ora como fruto da ação de grupos de extermínio, ora por operações policiais, que, sobretudo a partir de 2010, foram convertidas em chacinas (GENI, 2022). A tendência de continuidade desses massacres demonstra a banalização da vida de jovens pobres e negros por parte dos agentes estatais. Ao longo de todo esse tempo, outros casos "emblemáticos" ganharam notoriedade nos anos 2000 seguindo como mobilizadores da organização de grupos de mães e familiares²².

Em 16 de abril de 2003 quatro jovens foram executados na favela do Borel, zona norte do Rio de Janeiro, durante uma operação da Polícia Militar. As vítimas foram impedidas de se identificarem e foram atingidas na cabeça, tórax, braço e antebraço. O documento da polícia que analisa os cadáveres, chamado laudo cadavérico, afirmou que houve “alta energia cinética” na saída dos disparos, demonstrando que foram executados à “queima roupa”²³. Os policiais envolvidos alegaram “legítima defesa”, e, por isso, os assassinatos foram tratados como “autos de resistência”. O caso ficou conhecido como Chacina do Borel²⁴.

O “auto de resistência” foi uma denominação criada a partir da ideia de “exclusão de ilicitude”, concepção presente no código penal brasileiro, especificamente no artigo 23 que

²² Nesta matéria do jornal Lemon Diplomatique é possível acessar uma linha do tempo dessas chacinas e os marcos de criação de alguns movimentos. Ver: <https://diplomatique.org.br/chacinas-e-criacao-de-movimentos-sociais-de-maes-no-rj/>.

²³ Para mais informações sobre o caso ver: https://wiki.favelas.com.br/index.php?title=Chacina_do_Borel.

²⁴ Para mais informações sobre a chacina ver Dicionário de Favelas Marielle Franco: https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Chacina_do_Borel.

afirma que não há crime quando o agente policial mata por “necessidade”, “legítima defesa” e no cumprimento do seu dever legal e exercício do direito. O código penal brasileiro vigente foi criado na década de 1940, e embora tenha sofrido algumas alterações em 1984, segue mantendo sua lógica seletiva. Por muitos anos, a letalidade policial foi invisibilizada por esse recurso que também já é bastante problemático, pois parte da criminalização da vítima, considerada um potencial suspeito que, ao resistir à atuação policial, foi abatido. Em grande parte desses casos as vítimas são assassinadas por tiros a curta distância e em regiões do corpo como cabeça e peito. Isso significa que foram executadas.

Segundo dados do Instituto de Segurança do Rio de Janeiro, órgão responsável por produzir e analisar dados oficiais da política de segurança, mais de 10.000 casos desse tipo foram contabilizados entre 2001 e 2011 (MISSE, 2011). Para mães e familiares das vítimas, em grande parte desses casos, os “autos de resistência” tornaram-se uma forma de acobertar homicídios cometidos por policiais. Cabe ressaltar que neste período, as ações bélicas contra traficantes em favelas cresceram em função de uma intensa política de confronto, gerando um progressivo aumento dos autos de resistência (RIBEIRO, DIAS e CARVALHO, 2008).

No final de 2003, outra chacina vitimou jovens, desta vez na Baixada Fluminense. O caso ficou conhecido como Chacina da Via Show. Os jovens Rafael e Renan Medina Paulino, Bruno Muniz Paulino e Geraldo Santanna Azevedo desapareceram depois de irem até a casa de shows. Eles foram vistos pela última vez no estacionamento do local. Quatro dias depois seus corpos foram encontrados com marcas de tortura e tiros na cabeça dentro de um poço em uma fazenda abandonada no município de Duque de Caxias. Os assassinos foram policiais que, na noite do crime, trabalhavam como seguranças privados.

Dois anos depois, também na Baixada, 29 pessoas foram mortas por um grupo de extermínio entre os municípios de Queimados e Nova Iguaçu²⁵. A Chacina da Baixada foi até então a maior chacina do estado do Rio de Janeiro. Em comum aos três casos, a participação de policiais e a intensa mobilização dos familiares que, além de levar à condenação de alguns dos acusados, foram aproximando e produzindo uma rede de relações que, mais tarde, formaria uma rede nacional com diferentes integrantes por todo o país. Neste período formaram-se a Associação de Familiares de Vítimas de Violência (AFAVIV) na Baixada e a Rede de Comunidades contra violência no Rio de Janeiro (Rede).

A Rede nasce como reação à chacina do Borel. As primeiras mobilizações surgiram em torno da elaboração de um documento por parte dos moradores exigindo justiça, com o apoio

²⁵ Analisei o fórum que se formou a partir da Chacina em Guariento (2009).

de organizações não governamentais e da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro (FARIAS, 2007). Com a mediação dessas organizações, a mobilização dos familiares das vítimas, juntamente com a associação de moradores, fez com que o documento chegasse às esferas federais.

A iniciativa levou inicialmente o nome de “Comissão da paz do Borel”. A comissão organizou uma caminhada em 2003 em uma das principais ruas do bairro da Tijuca. Na favela, cartazes com o nome e a profissão das vítimas junto com a pergunta: “Posso me identificar?”. O questionamento fazia referência à impossibilidade de moradores de favelas serem abordados de forma não violenta pela polícia. Não ser capaz de se identificar expressava a lógica da política de segurança orientada pela prática de atirar primeiro e perguntar depois.

A repercussão da mobilização levou à visita do então Secretário Nacional de Direitos Humanos e do Secretário Nacional de Segurança Pública ao Borel, respectivamente Nilmário Miranda e Luiz Eduardo Soares no dia 22 de maio de 2003. A visita ocorreu no âmbito do primeiro governo Lula, do Partido dos Trabalhadores (PT), entre 2003 e 2005. Neste período o governo federal já apontava para diversas ações no campo da Segurança Pública como a criação de um ministério apenas para o tema, a criação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) de forma que as ações nos estados seguissem diretrizes nacionais, havendo estímulo à participação de segmentos da sociedade civil em conferências sobre o tema.

Em função das mobilizações e do alcance que produziram, determinou-se a realização de uma perícia pela Polícia Federal para resolver o caso. O resultado desmentia a versão dos policiais envolvidos de que houve um confronto, e atestou que as vítimas foram mortas em uma emboscada. A pergunta feita nas manifestações tornou-se o nome do momento. O “Posso me Identificar?” foi se tornando um espaço de aproximação entre familiares de vítimas da Chacina do Borel, mas também militantes de diferentes organizações.

Em 2004 se constituiu a Rede de Comunidades e Movimentos contra violência. A Rede define-se como um “movimento social independente” que reúne “sobreviventes e familiares de vítimas de violência policial, militantes populares e de direitos humanos” que lutam contra sua violação e a violência de Estado²⁶. A qualificação de “independente” aponta para um princípio de autonomia do movimento frente a partidos políticos e organizações não governamentais, embora siga mantendo interlocução com estas instâncias e recebendo ao longo dos anos diferentes formas de apoio. Farias (2007) analisou todo o processo de formação da Rede

²⁶ Segundo as páginas virtuais do movimento: <http://www.redecontraviolencia.org>; [facebook.com/redecontraviolenciarj](https://www.facebook.com/redecontraviolenciarj).

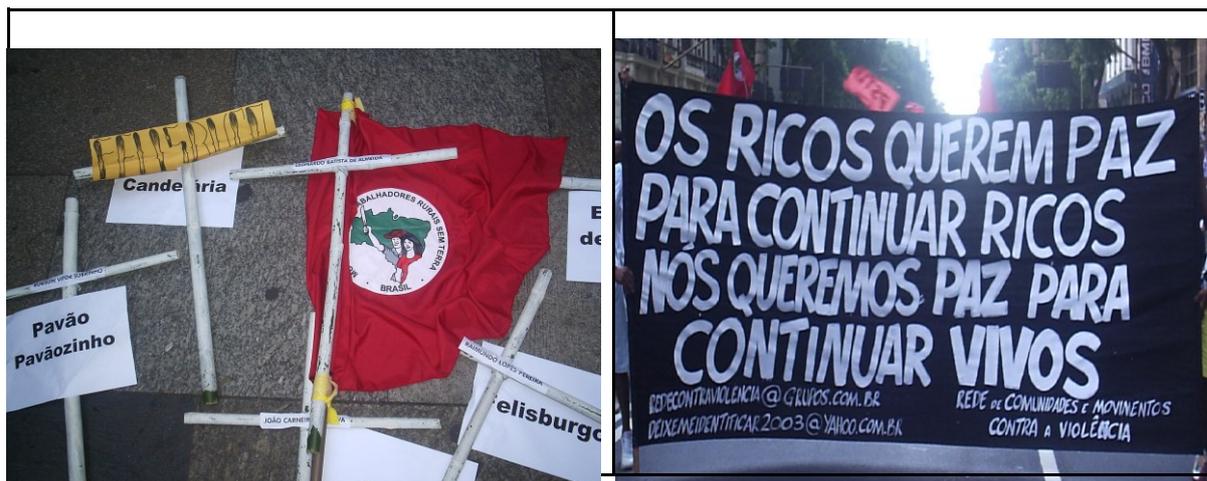
destacando a ampliação da denúncia através de diferentes estratégias de visibilidade. A autora destaca como são elaborados novos "idiomas de ação" usados para exigir justiça, denunciar a violação dos direitos humanos e reivindicar acesso à cidade. Além disso, para descriminalizar e legitimar a luta de moradores de favelas contra a violência policial. Foram sendo elaboradas novas linguagens de protesto que envolviam a relação com outros grupos.

Um ano depois de sua formação, a Rede organizou uma manifestação ampla em uma das principais avenidas do Centro da cidade. Esse evento é emblemático porque trouxe a violência como elemento da natureza do Estado, tanto no campo quanto na cidade. A manifestação contou com a presença de outros movimentos, incluindo o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Teto (MST). A aproximação entre a Rede e o MST expressava um repertório comum, naquele contexto, de denúncia contra a violenta atuação do Estado no Brasil tanto no campo, quanto na cidade. A manifestação ocorreu em abril não por acaso, já que tanto a Chacina do Borel, ocorrida em 2003, quanto o massacre de Eldorado dos Carajás, em 1996, aconteceram neste mesmo mês.

Conforme descreve Farias (2007) as faixas usadas durante o evento traziam frases como “Pobres do Campo e da cidade se unem pela reforma agrária e contra violência do Estado e das Elites”, e, também uma das faixas usadas pela Rede em suas manifestações nos dois primeiros anos de atuação: “Os ricos querem paz para continuar ricos, nós queremos mais para continuarmos vivos”. Foram usados cruces, cartazes e fotografias que lembravam vítimas, tinta vermelha simbolizando o sangue das vítimas, e a bandeira do MST junto a cruces e nomes de locais onde ocorreram chacinas e assassinatos.

Esses elementos fazem parte de um repertório que busca produzir indignação, reivindicar a humanidade dos moradores de favelas trazendo recursos visuais que remetem à crueldade das ações da polícia, como a tinta vermelha representando o sangue das vítimas. “Desenhava-se no chão uma espécie de mapa da violência no Brasil” (FARIAS, 2007, p. 99). A frase ““A polícia mata o pobre, a justiça vem e encobre”” traduz para a linguagem de protesto formas de se exercer o poder (aqui especificamente o poder de matar) em níveis variados” (FARIAS, 2007, p.101). Desta forma, os militantes destacavam não apenas o papel letal da polícia, mas também a seletividade do sistema judiciário na punição pelos assassinos.

Figura 4 - Fotografias de recursos usados durante a manifestação de 2005



Fonte: Juliana Farias.

A partir desta segunda geração, as campanhas tornaram-se uma importante forma de denúncia pública. Destaco a “Campanha Caveirão Diga não” de 2006. O objetivo da iniciativa era a proibição do uso do carro blindado da Polícia Militar apelidado de Caveirão²⁷. No contexto da Campanha, inúmeras denúncias também traziam à tona o uso de músicas e alto falantes nos blindados onde, durante as operações, eram disparadas frases ameaçadoras, entre elas: “Vim buscar a sua alma”²⁸. A frase exemplifica claramente o objetivo final da ação: matar. A Campanha não foi capaz de garantir a suspensão do uso do blindado nas favelas, mas produziu um debate público importante, repercutindo no contexto das eleições estaduais (MAGALHÃES, 2007).

O Caveirão segue sendo usado pela Polícia Militar do Rio de Janeiro e já ganhou diferentes versões, inclusive, uma na cor branca, no contexto da “pacificação”²⁹. Pouco mais de uma década depois da primeira campanha, o governo do estado sofisticou ainda mais seus recursos de combate, desta vez no âmbito da Polícia Civil, que no Brasil tem por objetivo atuar

²⁷ O blindado tem características de um veículo militar com torre de tiro na parte superior que gira até 360 graus e revestimento capaz de resistir a armas de alta potência e explosivos. Em suas laterais, há buracos enfileirados para garantir que os policiais possam atirar repetidas vezes estando dentro do veículo. Segundo o discurso oficial do governo do Estado, o blindado é uma forma de proteger os policiais das investidas de bandidos nas favelas.

²⁸ Para maiores informações sobre o Caveirão e a Campanha ver os relatórios produzidos pela Anistia Internacional no período: Brasil: “Eles entram atirando”: Policiamento de comunidades socialmente excluídas. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/documents/amr19/025/2005/pt/> e Brasil: “Vim buscar a sua alma”: O Caveirão e o policiamento no Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/documents/amr19/007/2006/pt/>.

²⁹ Ver matéria “Caveirão Branco: a novidade das UPP’s no Rio: Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/caveirao-branco-a-novidades-das-upps-no-rio/>

como polícia investigativa, no entanto, vem atuando em diversas operações promovendo mortes e terror em todo o estado através do seu grupo de elite, a Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE). Os helicópteros são usados como plataformas de disparos durante operações e ficou conhecido como “Caveirão voador”³⁰.

Em 2017, uma década depois da primeira campanha, organizações de direitos humanos junto a movimentos de familiares reeditaram a campanha como forma de denunciar a prática sistemática da polícia em usar os caveirões durante as operações policiais. Os materiais visuais se utilizam da cor vermelha para chamarem a atenção para a brutalidade. Na segunda edição da campanha, ainda é possível identificar a cor vermelha em formato de sangue no chão.

Figura 5 - Materiais de divulgação das campanhas edições 2007 e 2017



Fonte: Núcleo Piratininga de Comunicação e Justiça Global, respectivamente³¹.

Assim como as campanhas e as manifestações de rua seguiam, também se ampliou a relação dos movimentos de mães com instâncias estatais de garantia de acesso à justiça. Na luta para terem seus casos resolvidos, as mães aproximaram-se de diferentes espaços institucionais, tendo de lidar com as contradições que essas relações impõem. O estigma de ser moradora de favela e supostamente mãe de bandido faz parte das representações construídas socialmente em torno das mães de jovens pobres assassinados. Por isso, denunciar uma violência exige lidar

³⁰ Para um panorama geral do uso do “Caveirão voador” em 2018 ver matéria: “Rio teve operações com caveirão voador a cada quatro dias em 2018”. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/rio-teve-operacoes-com-caveirao-voador-cada-quatro-dias-em-2018-23790068.html>.

³¹ Material disponibilizado nos seguintes endereços eletrônicos: <https://nucleopiratininga.org.br/campanha-mundial-contra-o-uso-caveirao-nas-favelas-cariocas/> e <https://www.global.org.br/blog/lancamento-da-campanha-caveirao-nao-favelas-pela-vida-e-contra-as-operacoes/>.

com preconceitos e constrangimentos junto aos equipamentos e funcionários do sistema de justiça, enfrentar o descaso, a sensação de insegurança, ameaças diretas ou indiretas de envolvidos no caso, gastar dinheiro com o transporte, deixar o espaço privado da casa e romper com suas rotinas.

Um importante espaço nesse caminho das mães da segunda geração foi o Núcleo de Direitos Humanos (NUDEDH) da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. Este núcleo foi se tornando um importante espaço de pressão e construção de denúncia para responsabilização dos acusados pelas mortes. Diversos casos, incluindo a Chacina da Borel, foram sendo representados judicialmente pelos defensores do NUDEDH. Assim, o núcleo foi se tornando um espaço estratégico e de confiança para as mães em busca de justiça, já que serem representadas judicialmente por um advogado particular está fora de suas possibilidades materiais.

Com o passar dos anos o NUDEDH foi se tornando um espaço de diálogo e interlocução em diferentes casos. Para se ter uma ideia, em janeiro de 2016 havia 286 casos acompanhados pelo núcleo envolvendo vítimas de violação de direitos humanos. Destes, 126 envolviam agentes estatais (ROCHA, 2021). Em muitos destes casos, os defensores públicos atuam como assistentes de acusação representando as vítimas e não os réus, como seria de costume em casos em que o réu não tem condições financeiras de ter acesso à assistência jurídica.

O diálogo e a relação com as mães e familiares das vítimas é um elemento fundamental para construção de uma narrativa que vá na contramão daquela que usualmente é usada pelos representantes dos acusados para criminalizar a vítima e justificar o crime. Em geral, busca-se trazer à tona antecedentes criminais, elementos do comportamento pessoal, inserção ou não no mercado formal de trabalho, uso de drogas ou mesmo a própria circulação pela favela como um elemento de caracterização de um possível suspeito. Por isso, a relação de proximidade entre defensores e familiares é tão importante para a construção de uma narrativa sobre o caso que seja capaz de garantir a responsabilização dos culpados.

Conforme aponta Rocha (2021) a fala das mães e familiares pode produzir uma sensibilização dos operadores de justiça no momento dos julgamentos, na medida em que esta mesma fala vai sendo conduzida para a formação de argumentos jurídicos por parte do defensor, produzindo assim um processo de racionalização de judicialização de suas emoções. “Uma vez que a história é contada, o exame dos elementos-chave da história deve se basear nos princípios,

proposições e argumentos legais” (ROCHA, 2021, p. 198)³². A força de sua fala emocionada e indignada pode ser um elemento de fortalecimento de argumentações a favor das vítimas.

A relação que esta geração conseguiu construir com o NUDEDH segue relevante para a geração seguinte, e tem sido reconhecida pelos defensores do próprio núcleo como fundamentais para sua consolidação no interior da Defensoria Pública. Em 2019, o NUDEDH completou 15 anos de existência e, durante o evento comemorativo, as mães e familiares foram constantemente exaltadas pelos defensores como as principais responsáveis por pressionar a Defensoria em relação aos crimes envolvendo policiais e outros agentes de Estado³³

Ao longo dos anos a Rede se aproximou também de mães de jovens assassinados no sistema socioeducativo. Além da luta contra violência policial nas favelas, a violência institucional nestes espaços também seguiu sendo um elemento de denúncia das mães. Deise Carvalho e Mônica Cunha são duas mães que trazem esse tema em suas lutas. O filho de Deise, Andreu, foi assassinado em 2009 enquanto cumpria medida socioeducativa. O filho de Mônica foi morto depois de sair da instituição. Mônica Cunha e Ruth Sales foram fundadoras do “Movimento Moleque”, que organiza mães com filhos no sistema desde 2003. No panfleto que apresenta o movimento, elas afirmam: “defendemos os direitos dos nossos filhos ao cumprimento de medidas socioeducativas e a continuidade da vida deles”. As mães do socioeducativo integraram ao longo desses anos essas redes de organizações, amplificando as denúncias, mas tendo como foco os espaços institucionais.

Como vimos, as mães desta geração, assim como a geração anterior, trazem a denúncia, mas contrapõem de forma contundente a atuação bélica das forças de Segurança. A campanha contra o Caveirão foi apenas mais um exemplo disso. O território de favelas é colocado no centro, como o principal alvo da política de segurança, e ao mesmo tempo a tecnificação do extermínio em função dos investimentos nos aparatos de segurança. Essa geração denuncia veementemente a criminalização dos territórios e seus moradores.

³² Um importante registro destes momentos de julgamento estão no filme “Autos de Resistência” com direção de Lula Carvalho e Natasha Neri.

³³ Ver matéria da própria defensoria sobre o evento: <https://defensoria.rj.def.br/noticia/detalhes/8795-O-Nucleo-de-Direitos-Humanos-da-DPRJ-completa-15-anos>.

1.3 Breve contextualização da passagem entre segunda e terceira geração

Em 2007, o Rio de Janeiro entrava no circuito dos megaeventos. A capital receberia os jogos Pan americanos e todo um aparato de segurança com participação das forças armadas e incursões policiais através de megaoperações. Lembro bem de estar no CDH de Nova Iguaçu para mais uma das reuniões, quando o padre avisou que o dia poderia ser esvaziado, já que alguns dos participantes do Fórum estavam apoiando um ato no Rio de Janeiro contra o uso do Caveirão nas favelas. A campanha ganhava repercussão, principalmente, por conta de uma chacina no Complexo do Alemão. Esta mesma força armada estaria envolvida um ano depois no caso da execução de três jovens no morro da Providência, na região central do Rio de Janeiro. Os diversos casos de execução, em 2007 e início de 2008, geraram denúncias e mobilizações de diversas organizações e movimentos envolvidos na campanha “Pela vida contra o extermínio”. Quando a favela Santa Marta se torna o primeiro laboratório do projeto de “pacificação” em 2008, o Rio de Janeiro ouvia publicamente as denúncias da Comissão de Direitos Humanos da ALERJ sobre a atuação das chamadas milícias na zona oeste, e chocava-se com o caso dos jornalistas torturados na favela do Jardim Batan, em Realengo, zona oeste do Rio de Janeiro.

Entre 2009 e 2010 as UPP’s ampliaram-se para outras favelas, enquanto era organizada a ocupação do exército no conjunto de favelas do Alemão, apoiada pelo governo federal. A bandeira do Brasil hasteada no alto do morro expressava que o “Estado” estava exercendo domínio sobre aquele território. Cabe ressaltar que um conjunto muito maior de favelas e territórios de periferias da região metropolitana não receberam UPP’s, mantendo os circuitos de crime e comércio varejista de drogas marcado pela disputa entre diferentes grupos. Em outros casos, embora não houvesse disputas, havia um conjunto de relações que mantinham a “tranquilidade” dos territórios, fosse pela reatualização da conhecida “lei do silêncio” imposto por traficantes em favelas conforme aponta a análise de Rocha (2013), ou pela atuação dos chamados “grupos de extermínio” e milícias que atuam impondo uma dada “tranquilidade” aos moradores. Nos dois casos é possível identificar como medo e silêncio se articularam nas experiências dos moradores de periferias e favelas em todo o estado, enquanto alardeava-se a instalação das UPP’s.

Nestas favelas foi lançado o programa UPP Social que tinha por objetivo contribuir para a ampliação dos serviços públicos nas favelas, e fortalecer os canais de “escuta” do “Estado” em relação aos moradores. O programa organizou diversos fóruns de discussão nas favelas, mas

enfraqueceu a aposta na “escuta forte” para seguir em uma outra direção. Os levantamentos oficiais indicavam uma redução da taxa de homicídios em favelas “pacificadas”, e um “bom desempenho” das UPP’s, profundamente questionado por movimentos de favelas que já indicavam os diferentes abusos e ações arbitrárias de policiais.

Este processo foi ganhando repercussão a partir das manifestações de rua em 2013, quando a truculência policial estava sendo denunciada por diferentes movimentos e ativistas. A violência contra os manifestantes era tematizada como parte da rotina dos moradores de favelas. Com ideias como “a polícia que reprime na avenida é a mesma que mata na favela”, ativistas de favelas ecoaram suas vozes nas ruas, destacando que a bala usada pela polícia em seus territórios não era de borracha. Esta mesma polícia colecionava imagens de abusos contra diferentes trabalhadores, sobretudo professores, que tiveram destacada atuação nas manifestações de 2013 no Rio de Janeiro.

Na efervescência das ruas perguntava-se “Cadê o Amarildo?”, morador da Rocinha desaparecido depois de uma abordagem feita por policiais da UPP. O desaparecimento forçado de Amarildo tornava-se um símbolo de luta contra a truculência policial. Os pedidos pelo fim da polícia militar do Rio de Janeiro e os debates sobre desmilitarização da polícia seguiam fortalecidos, enquanto diferentes discursos sobre a “violência” nas manifestações também ecoavam como parte de um processo de criminalização de manifestantes profundamente marcado pelo indiciamento de Rafael Braga, jovem negro, que permaneceu como símbolo do “racismo institucional” para alguns movimentos e ativistas que vinham se mobilizando nas ruas em 2013. Este mesmo repertório do racismo vai ganhando contornos cada vez mais dramáticos em 2014, quando Cláudia Ferreira da Silva, moradora do morro da Congonhas, em Madureira, zona norte da cidade, foi morta e arrastada por uma viatura policial.

O caso de Cláudia mobiliza bloqueio de ruas por moradores da Congonhas, campanhas e manifestos de movimentos sociais e ativistas organizados que acionavam um dispositivo de identificação através da campanha de visibilidade “Somos todas Cláudia”. Mais uma vez o racismo é colocado em pauta enquanto cerne das práticas dos operadores de segurança pública em pleno contexto da Copa do Mundo de 2014. A associação entre violência policial e megaeventos vai ganhando mais visibilidade no repertório de diferentes movimentos que também denunciavam diversas outras violações de direitos que vinham ocorrendo em favelas e periferias, especialmente, no que se refere às remoções e o direito à moradia.

É neste contexto que as UPP’s começam a apresentar publicamente suas contradições e ambiguidades a partir de casos dramáticos como o assassinato de Jonathan de Oliveira, em

Manguinhos, cometido por policiais da unidade. O caso ganhou repercussão internacional em função da mobilização de familiares de vítimas e apoio de ONG's que atuam no campo dos direitos humanos. Expressava-se no Rio de Janeiro um repertório que vinha ganhando as mídias sociais nos Estados Unidos através da *hasteg* “*Black Live's Matter*” (“Vidas negras importam”). As mobilizações virtuais e os protestos nas ruas de periferias norte americanas ganharam repercussão em função de diferentes casos de execução de jovens negros por policiais, configurando o “*Black Live's Matter*”, como um movimento de cunho racial.

Nas mídias sociais e na TV multiplicavam-se diferentes repertórios sobre racismo, muito mobilizadas por casos de agressão racial que tiveram visibilidade pública neste período. Neste mesmo ano na favela do Pavão Pavãozinho, zona sul do Rio de Janeiro, mais um jovem foi assassinado em território de UPP. Desta vez o dançarino de um programa de TV, conhecido como DG, foi morto por disparo feito por um policial militar. Já Eduardo Felipe Santos Victor foi morto no morro da Providência, e sua execução foi filmada por um/a morador/a que registrou o momento em que policiais alteram a cena do assassinato, colocando uma arma nas mãos do jovem.

O aumento das mortes e a visibilidade de alguns casos mantiveram-se no ano seguinte. Em 2015, Alan de Souza Lima foi morto enquanto seu celular gravava a operação policial de que foi vítima. O caso teve relativa repercussão, já que desmentiu publicamente o recorrente e naturalizado discurso oficial de confronto com a polícia. Estes casos não faziam parte de um processo particular do estado Rio de Janeiro, mas confirmava uma tendência no aumento de mortes de jovens em todo o país. Em 2015, o número de homicídios de jovens cresceu muito no Brasil, levando à instituição da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do assassinato de jovens, no Senado Federal. A comissão contou com o depoimento de familiares de vítimas de vários estados como Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador, e realizou diversas audiências públicas sobre o tema. O relatório foca na atuação truculenta e militarizada das polícias, e ressalta a narrativa de familiares e movimentos organizados que denunciavam um “genocídio” contra a população negra e periférica.

Este processo se expressou barbaramente no Rio de Janeiro com os assassinatos de Roberto de Souza, Carlos Eduardo da Silva, Cleiton Corrêa, Wilton Esteves e Wesley Castro, em Costa Barros, atingidos por policiais militares em Costa Barros, zona norte do Rio de Janeiro. A “chacina de Costa Barros” ganhou visibilidade em função do “não envolvimento” dos jovens com práticas de crime, e pelo número absurdo de disparos em direção ao carro em que estavam: 111 tiros. Para além de todos os processos de mobilização por familiares e

diferentes grupos organizados, os assassinatos e as chacinas seguem sendo naturalizados socialmente conforme demonstra o quadro abaixo.

1.4. A terceira geração de movimentos: crítica à “pacificação”

A terceira geração forma-se no contexto de decadência da pacificação, especialmente a partir de 2013, quando casos de assassinatos promovidos por policiais de UPP’s começam a ser denunciadas pelas mães das vítimas. Já no contexto das UPP’s, o tema do desaparecimento forçado e do homicídio foram galvanizados pelas “Jornadas de junho” com o “caso Amarildo” (ARAÚJO, 2014). O pedreiro Amarildo Souza Lima desapareceu em julho de 2013 após abordagem feita por policiais da UPP Rocinha. As investigações levaram à conclusão de que Amarildo foi torturado e morto pelos policiais. Assim como as vítimas de Acari, o corpo de Amarildo nunca foi encontrado.

A partir de 2014 surgem novos movimentos de mães no Rio de Janeiro, consolida-se uma rede nacional, e as mães aproximam-se de grupos e pessoas vinculados ao ativismo negro. Pode-se dizer que é um período de grandes mobilizações de denúncia contra a violência policial no asfalto e na favela, vindas das repercussões das manifestações de 2013, e, também, do aprofundamento do debate racial vinculado ao tema do assassinato de jovens. No caso específico do Rio de Janeiro, a realização de grandes eventos como Copa do Mundo e Olimpíadas geraram uma série de violação de direitos. Neste período também surgia a denúncia de mães que tiveram filhos assassinados por policiais das UPP’s.

Em 2013, Paulo Roberto Pinho, filho de Fátima Pinho, foi assassinado por policiais da UPP na favela de Manguinhos, zona norte do Rio de Janeiro. Em 2014, Jonathan Oliveira, filho de Ana Paula Oliveira, também foi morto por policiais da mesma UPP. Em reação às mortes formou-se o movimento “Mães de Manguinhos”, criado em 2014. As Mães de Manguinhos se definem como “um movimento formado por Mães da Favela de Manguinhos RJ, que tem filhos encarcerados ou que perderam seus filhos pelo braço armado do Estado, a polícia Racista e Fascista Brasileira”. Inicialmente mobilizadas contra a morte de jovens, o movimento também passou a incorporar mães que têm filhos no sistema prisional.

Nesta terceira geração o tema da violência da polícia no asfalto e na favela esteve em voga por conta das denúncias feitas durante o período, em função da truculência das polícias nas manifestações de rua em 2013. A Rede de Comunidades e Movimentos contra violência

frequentemente usou uma faixa que dizia “A polícia que reprime na avenida é a mesma que mata na favela”. Além disso, o próprio tema dos homicídios contra jovens no Brasil estava sendo colocado por grupos de jovens, ganhando ações do próprio governo federal, como veremos adiante. O tema do assassinato de jovens negros e a urgência de frear os números expressava um momento de urgência diante dos números.

Figura 6 - Faixa elaborada pela Rede e Movimento Mães de Manguinhos



Fonte: Daniela Fichino.

Em 2014 mães de vítimas participaram da II Marcha Nacional contra o "genocídio" da população negra no Rio de Janeiro. A marcha estava sendo construída desde 2013 com reuniões que chegaram a acontecer na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), envolvendo a presença de diferentes grupos e pessoas indignadas com a violência policial. Essa organização ocorria no contexto de efervescência das manifestações de rua naquele ano. A aproximação entre diferentes grupos também ocorreu a partir da realização do evento chamado Encontro Popular de Segurança Pública e Direitos Humanos (ENPOP), que buscava justamente debater as situações de violação de direitos no contexto dos megaeventos no Rio de Janeiro. O texto de apresentação do encontro afirmou: "2013 é um convite à reflexão sobre o tema da Segurança Pública: 20 anos das chacinas da Candelária e Vigário Geral, 10 anos de Chacina do Borel, 5 anos de UPP."³⁴

³⁴ Ver divulgação do evento na página: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/encontro-popular-de-seguranca-publica-e-direitos-humanos/>.

Uma das mesas de debate contou com a participação de Débora Silva, integrante do Movimento Mães de Maio, criado em 2006 depois dos "crimes de maio" em São Paulo. O movimento também integra uma rede nacional de mães de vítimas, assim como os movimentos do Rio de Janeiro. A participação de Débora expressa como o tema racial estava sendo associado à violência: "Das Senzalas às Favelas: criminalização da juventude negra e guerra às drogas". Essas aproximações foram importantes para a construção da Marcha, que seria realizada no ano seguinte.

Se olharmos para a fotografia de uma manifestação de rua envolvendo as mães em 2004, dez anos antes da marcha, veremos como o repertório está mudando. Na imagem vemos um cartaz que diz "Nossa dor não tem cor e nem partido". A fotografia é expressiva porque demonstra como, neste período, a cor das vítimas não se apresentava como um marcador central. Passados 10 anos, algumas destas mesmas mães estavam na II Marcha Nacional contra o "genocídio" da população negra no Rio de Janeiro.

Figura 7 - Caminhada Borel pela Paz 16 de abril de 2004 no Largo do Machado, Rio de Janeiro.



Fonte: Juliana Farias.

As articulações para a marcha ocorreram entre movimentos e organizações de todo o país a partir da mobilização da Campanha "Reaja ou será morto". Desde 2005 a campanha atua denunciando as violências praticadas contra pessoas negras como "genocídio". Militantes de favelas atuantes nas favelas de Mangueiras e complexo do Alemão, organizavam-se para que a Marcha pudesse transitar pelas favelas apontando não apenas a violência policial, mas outras

formas de discriminação como expressão do "genocídio". Conforme aponta Ota (2019) foram entoadas diversas frases e gritos que traziam a identidade racial como elemento da manifestação, associando, por exemplo, os territórios de favelas como espaços de luta assim como os quilombos foram para negros escravizados durante o período colonial no Brasil. As mulheres eram tidas como “linha de frente” e entre elas, as mães de vítimas. Diferentemente de 2004, em 2014 o pertencimento racial das vítimas tornou-se um dos elementos de denúncia.

A ampliação das relações permitiu que as mães começassem a se organizar através de uma rede nacional. O primeiro encontro reunindo mães de diferentes estados foi em 2016. Neste primeiro momento, houve expressiva presença de movimentos do Rio de Janeiro e São Paulo. Naquele ano o movimento Mães de Maio celebrava uma conquista, o lançamento de uma pedra fundamental como memorial dos crimes de maio, nomeando como vítimas de um “genocídio democrático”. Ao longo do tempo, essas mães do Rio e São Paulo foram construindo relações com familiares de outros estados e, até mesmo de outros países, com o apoio e mediação de algumas organizações da sociedade civil³⁵. É significativa a carta final deste primeiro encontro, pois as mães se colocam publicamente como pessoas pobres, racializadas, cujos marcadores, ainda que marcados pela violência, também apontam para a sua força enquanto lutadoras incansáveis de tantas batalhas: “guerreiras”. A seguir um trecho da carta do I Encontro Nacional de Mães e familiares de vítimas:

Nós somos Mães.

Nós somos Mães Negras, Mães Indígenas, Mães Trabalhadoras, Mães Pobres, Mães de Favelas, Mães Periféricas: Nós somos Mães Guerreiras!

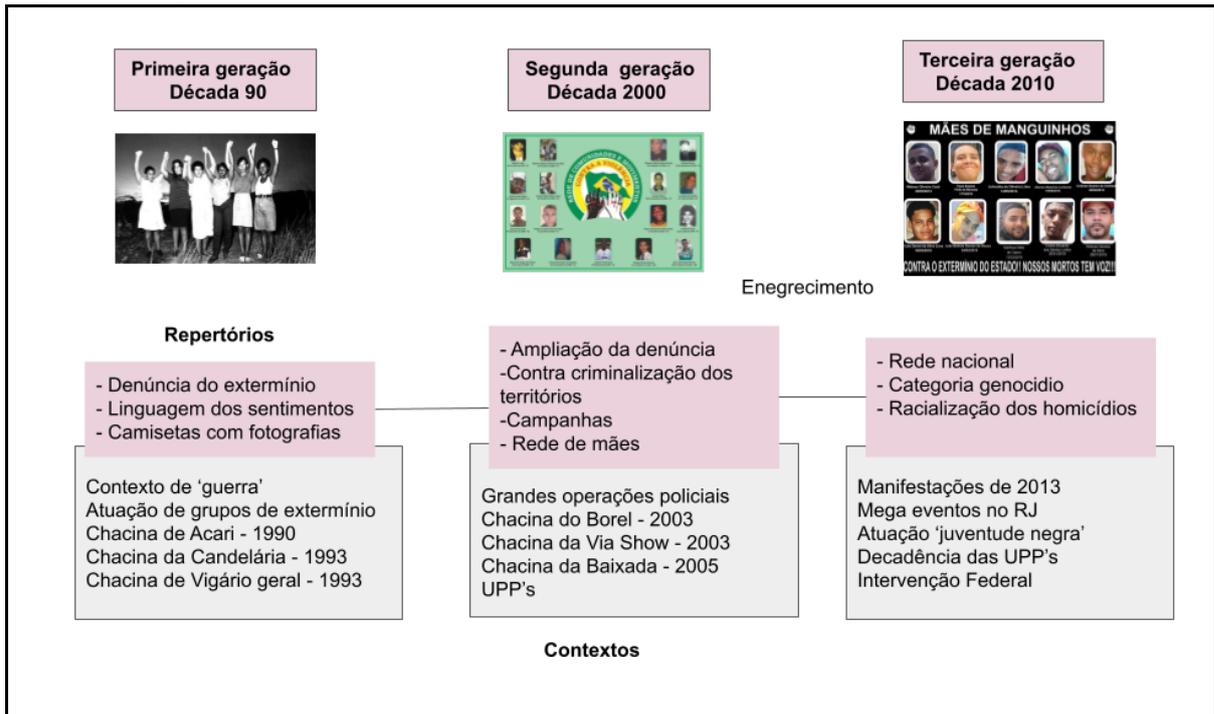
Nós somos Mães Sem-Teto, Mães Sem-Terra, Mães Donas de Casas e de Barracos, Empregadas ou Desempregadas, Mães de Secundaristas em Luta, Mães de Poetas e Mães Poetisas, Mães de Presidiários e Mães no Cárcere: Nós somos Mães Quilombolas!

Nós somos Mães de São Paulo, do Rio de Janeiro, da Bahia, de Minas, Guarani Kayowá do Mato Grosso do Sul; Mães Mogianas, de Osasco, de Manguinhos e das Baixadas, de todos os cantos: Nós somos Mães de Maio, de Junho, Julho e de todos os meses do ano!

Nós somos Mães Africanas, Mães das Favelas Brasileiras, Mães dos Estudantes Desaparecidos de Ayotzinapa (México), Black Mothers das #BlackLivesMatter dos EUA, Mães das Vítimas do Estado Colombiano, Madres e Abuelas da Ditadura Argentina, Mães da Faixa de Gaza (Palestina), Mães dos Rappers Presos em Angola, Mães da Paz e da Guerra de Libertação do Povo Curdo, Mães Latinas, Mães Asiáticas, Mães Norte-Nordestinas, Mães Retirantes, Mães Refugiadas: Nós somos Mães Sem-Fronteiras!

³⁵ Algumas mães participaram de encontros na Europa conforme aponta matéria do Estado de São Paulo: <https://www.estadao.com.br/brasil/estadao-rio/maes-de-mortos-pela-pm-vao-a-europa-denunciar-violencia-policia-no-rio/>.

Figura 8 - Repertórios e contextos



Fonte: produzido pela autora.

2. O ENEGRECIMENTO DO REPERTÓRIO

Neste capítulo procuro demonstrar como o contexto dos últimos anos no Brasil, caracterizado por iniciativas de governo em políticas de igualdade racial, mas também pela mobilização de grupos organizados contra a violência nas periferias, sobretudo jovens, contribuiu para que o movimento de mães de vítimas criasse essa estratégia de ampliação de sua denúncia, qual seja, o repertório enegrecido. Esse repertório consiste em um conjunto de formas de ação, práticas e discursos utilizados pelos movimentos de mães a partir do acionamento da questão racial como elemento estruturante do problema da violência policial. Ou seja, esse repertório coloca o racismo como elemento fundamental na produção das mortes violentas pela polícia. Seguindo algumas considerações de Charles Tilly, entendo que os repertórios emergem da própria luta e respondem a contextos capazes de criar oportunidades para que os grupos ajam coletivamente. Eles dizem respeito a um conjunto de estratégias que podem ser produzidas a partir de determinadas condições.

Para compreender como foram se formando as condições para que o repertório enegrecido dos movimentos de mães e familiares pudessem emergir, é necessário destacar brevemente o contexto nacional de implementação de políticas de igualdade racial. É preciso destacar ainda as iniciativas de segmentos da sociedade civil, que encontraram a partir do primeiro governo Lula (2003-2007), um espaço de denúncia pública e interlocução para fazer proposições diante dos altos números de mortes de jovens no país. Na minha perspectiva criou-se um ambiente para a tematização da relação entre racismo e violência policial, que embora não seja uma novidade para a militância negra no Brasil, desponta com força a partir da segunda metade dos anos 2000.

Pode-se afirmar que a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) em 2003 é um dos marcos deste contexto, pois se apresenta como uma resposta pública às reivindicações dos movimentos negros brasileiros. Surge com o objetivo de criar políticas específicas para promover a igualdade racial, frente ao reconhecimento pelo Estado do papel do racismo no acesso desigual de negros ao conjunto dos diferentes direitos. A partir deste entendimento surgem diversas iniciativas políticas voltadas, especificamente, à população negra.

A criação da SEPPIR foi fruto de um longo processo percorrido pela militância negra no Brasil, especialmente a partir da década de 2000, quando militantes brasileiros participaram da Conferência Internacional contra Todas as Formas de Discriminação, realizada em 2001 pela

Organização das Nações Unidas, em Durban, África do Sul. Desde a década de 1960, a ONU já vinha tratando oficialmente sobre o tema discriminação contra diferentes grupos raciais tendo como marco a Convenção Contra a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (*Committee on the elimination of racial discrimination*) (CERD), realizada em Nova York.

Vamos lembrar que a ONU foi criada em 1945 após a segunda grande guerra quando diversos países assinaram acordos de paz após as destruições provocadas pelo conflito. Ainda na década de 1940 surgem as primeiras elaborações acerca da categoria “genocídio” no campo do direito internacional. A trajetória da categoria será apresentada no capítulo 3. Neste período também surgiram diversas lutas contra a dominação colonial em países africanos fazendo com que a ONU atuasse mais fortemente nas questões coloniais. A ONU estabeleceu afrodescendentes, mulheres, crianças e migrantes como “grupos vulneráveis”.

A Declaração das Nações Unidas Contra toda Forma de Discriminação de 1963, “condena o colonialismo” e traz a urgência para os países membros desenvolverem ações contra a discriminação racial. Dez anos depois, estabeleceu-se a Primeira Década Internacional dos Afrodescendentes com um programa de ação e objetivos gerais que funcionam como diretrizes para os países membros. O ponto culminante dos trabalhos dessa iniciativa foi a primeira Conferência Mundial de Combate ao Racismo e a Discriminação Racial, realizada em Genebra no ano de 1978. Já na década de 1980 ocorreu a segunda Conferência.

No âmbito dos trabalhos da terceira década (1993-2003) ocorreu a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância realizada em Durban, África do Sul, em 2001. A participação da delegação brasileira foi significativa para a luta do movimento negro e para que o Estado brasileiro reconhecesse oficialmente a existência do racismo.

Em 2000 foi constituído um comitê impulsionador Pró-Conferência formado por organizações negras e sindicais, que denunciaram o Estado brasileiro na ONU por descumprimento dos acordos estabelecidos pela CERD, especialmente, pela falta de políticas públicas de promoção da igualdade racial e combate ao racismo. Além disso, formou-se um Fórum Nacional de Entidades Negras para participação na conferência e articulações internacionais como a Organização de Mulheres Negras Brasileiras Pró Durban. A militância negra participante organizou um documento apontando os efeitos do racismo no Brasil.

Segundo Carneiro (2002) a Conferência foi marcada por tensões, sobretudo entre os países ocidentais que temiam ser responsabilizados e receberem possíveis sanções por práticas colonialistas. Um dos pontos de polêmica foi o reconhecimento do tráfico transatlântico de

escravos como crime contra a humanidade ou “crime de lesa humanidade”, já que o reconhecimento internacional desse crime deveria provocar medidas de reparação.

Países da União Europeia, Estados Unidos e Canadá chegaram a demonstrar interesse em deixar a Conferência que, mesmo com as tensões, aprovou uma declaração e o plano de ação. O governo brasileiro comprometeu-se com a criação de mecanismos de combate à discriminação racial. O acúmulo do debate realizado pela delegação brasileira na Conferência de Durban foi particularmente significativo para composição da SEPPIR em 2003, já que diversos personagens presentes em Durban ocuparam cargos públicos, especialmente militantes do Movimento Negro Unificado (MNU), institucionalizado no final da década de 1970.

Desde sua fundação, o MNU denunciou as diversas violações de direitos contra a população negra, inclusive a violência policial. O próprio ato de fundação do movimento ocorreu em São Paulo após mobilizações contra o assassinato de um homem negro dentro de uma delegacia. Para Ramos (2021), a violência policial foi compreendida pelo MNU como elemento da violência racial expressa na ação brutal e letal da polícia. Segundo o autor, até a década de 1990, o MNU apenas reagia aos diversos casos, até promover sua primeira campanha voltada especificamente para o tema: “Reaja à violência racial”. A noção de violência racial englobava as várias experiências de violações de direitos da população negra como o encarceramento em massa, o desemprego, entre outros.

No início da década de 2000 o MNU lançou a campanha “Mano, não mate e não morra”. O nome da campanha remetia à música do grupo de rap Racionais MC’s que, através de suas letras, expressam o cotidiano violento das periferias de São Paulo. O objetivo da campanha era conscientizar jovens negros sobre sua condição racial e social, contribuindo para que enfrentassem a violência racial. A campanha atuou para recuperar a autoestima dos jovens, promover a saúde, oportunidades de emprego e, ainda, produziu boletins com diferentes conteúdos. Nestas publicações destacam vítimas da violência policial, convocações para marchas, protestos, artigos de opinião, conteúdos sobre economia, política, poesia e eventos (ALVES, 2022).

Ao longo dessa trajetória do movimento, a categoria “genocídio” negro circulou, sendo elaborada por Abdias Nascimento no final da década de 1970 para denominar as diversas formas de se produzir a eliminação de negros no país. Silva (2017) afirma que a ideia teria ficado adormecida por algumas décadas, ainda que a pauta da violência policial fosse estruturante do movimento negro nas décadas de 1970 e 1980. O autor afirma que foi em meados dos anos 2000 que a palavra “genocídio” foi retomada, principalmente por lideranças e

organizações que se apresentaram como representantes e porta-vozes da juventude negra nas mobilizações contra o assassinato de jovens no Brasil. Em 2005, o Programa de Desenvolvimento para as Nações Unidas (PNUD) divulgou o “Relatório de Desenvolvimento Humano: racismo, pobreza e violência”, apontando que 30 mil pessoas eram assassinadas por ano no Brasil, a maioria pobre, negra e jovem, com idade entre 15 e 24 anos.

Este novo personagem político, a juventude negra, desponta como personagens políticos que trazem de forma mais enfática uma compreensão racializada da violência, que embora já viesse sendo feita pelo MNU, agora passa a ganhar novos contornos a partir das denúncias feitas com base em suas experiências nas periferias (casos de assassinatos, situações discriminatórias nas abordagens policiais, entre outras). Pode-se dizer que esse processo foi estimulado pelo contexto do governo Lula que criou espaços para que jovens organizados pudessem participar em políticas públicas.

A existência da SEPPIR, como uma secretaria com status de ministério, era uma expressão do compromisso do governo com as pautas raciais. Em 2005 foi criado o Conselho Nacional de Juventude e a Secretaria Nacional de Juventude. O conselho estimulou a organização dos encontros nacionais de juventude, que se tornaram espaços de discussão e vocalização de denúncias de grupos de jovens de todo o país. A partir de então o tema dos homicídios de jovens foi tornando-se cada vez mais presente nesses espaços institucionais.

O encontro nacional de juventudes de 2007 foi especialmente significativo, pois teve como foco o “genocídio da juventude negra”, entendido como um “extermínio programado”. Este processo mais institucionalizado encontrava ressonância em ações de rua como protestos e marchas convocadas por grupos de juventude. É neste momento que a segunda geração de mães estava denunciando as operações policiais e a lógica de guerra que se colocava como solução para combater criminosos. Essa lógica se materializou tanto com as Unidades de Polícia Pacificadora como com a intervenção federal militar que ocorreria nos anos seguintes. Entre 2008 e 2018, foram utilizados instrumentos para permitir a presença do exército nas ruas e decretos que implementaram ações de pacificação, que incluíram diferentes segmentos das forças armadas.

Para Magalhães (2020) essas iniciativas podem ser vistas como experimentações biopolíticas, que mobilizam variados mecanismos de controle atualizando diferentes formas de governo sobre populações pobres urbanas. Elas podem assumir diferentes contornos nas cidades, mas no campo da Segurança Pública do Rio de Janeiro, o autor destaca o projeto de pacificação e a intervenção federal como duas experimentações centrais neste período. Neste

contexto foi sendo produzido um ordenamento social que se deu para além do uso de armas e aparatos de guerra, mas também através regulamentos e mecanismos considerados de “exceção” (LEITE, ROCHA, FARIAS e CARVALHO, 2018). Cabe chamar atenção que, dada a própria lógica de exceção dessas formas de fazer segurança pública, as ações foram pouco transparentes e, permitiam diferentes formas de condução por parte dos comandos da Segurança Pública.

As Unidades de Polícia Pacificadora (UPP's) foram instaladas a partir de 2008 durante o governo de Sérgio Cabral Filho (PMDB). Oficialmente tinham como objetivo reduzir o número de confrontos armados em favelas através de um “policiamento de proximidade”. A “pacificação” através dessa “nova polícia” prometia a redução dos conflitos armados, recorrentes em diversas favelas, através da presença constante dos soldados nos territórios e, além disso, prometia garantir o respeito aos direitos humanos de seus moradores.

O processo de implementação nas favelas passava por uma operação de ocupação das forças militares, mas também pela criação de um conjunto de dispositivos que supostamente garantiriam a participação dos moradores no projeto, a ampliação de serviços públicos e a inscrição da favela no circuito dos serviços privados de luz, abastecimento de água, saneamento, internet, entre outros. A formalização da prestação desses serviços, implementação e melhoria de serviços públicos e o suposto protagonismo político de seus moradores foram colocados pelas autoridades como uma expressão da “chegada do Estado às favelas”. Conforme apontam as primeiras análises dessa política, as UPP's já demonstravam suas contradições enquanto eram ovacionadas como a grande solução para o problema da violência urbana no Rio de Janeiro.

A primeira UPP foi implementada na favela Santa Marta, localizada em Botafogo, zona sul do Rio de Janeiro, em 2008, e as demais foram sendo instaladas a partir de 2010. As UPP's já demonstravam suas ambiguidades desde sua implementação, pois traziam uma síntese da “lógica da guerra” e da “lógica dos direitos humanos” (ROCHA, 2018). Ou seja, ao mesmo tempo em que os governos traziam a ideia de chegada do Estado e respeito aos moradores, também traziam a ideia de combate aos bandidos. Segundo pesquisas com moradores de favelas pacificadas (CEVIS, 2012; CANO, 2012), havia entre a população a percepção de que a vida na favela tinha melhorado com as UPP's, sobretudo pela redução de tiroteios e mortes. Mas também permaneceram situações abusivas por parte da ação da polícia, além da interferência dos comandos policiais nas festas e eventos locais, conforme demonstram pesquisas realizadas em diferentes favelas e territórios periféricos.

Muitas contradições se expressam nas experiências das UPP's nas diferentes favelas, cada uma com sua especificidade local, mas uma questão que me parece central é o que argumenta Leite (2014). Segundo a autora, embora o Estado trabalhasse para suprimir o domínio armado dos traficantes, este mesmo Estado supunha que a sociabilidade das favelas estivesse emaranhada às redes do ilegal e o ilício. Ou seja, mantinha-se a histórica criminalização desses espaços. Assim, a guerra contra os bandidos, se expressa na verdade contra os moradores. As UPP's materializam o Estado em guerra com os favelados atualizando a “metáfora da guerra”, tema em voga nos anos de 1990. Nessa direção argumentativa, as práticas policiais abusivas não seriam um desvio de conduta, mas uma forma de reação policial contra quem não obedece às regras. Portanto, compreende-se que quem não está do lado do Estado, está do lado do tráfico. A guerra se tornou o modo de governo das favelas no Rio de Janeiro (MAGALHÃES, 2020) sempre trazido com discurso de busca da paz.

Podemos dizer que, ao menos publicamente, as UPP's foram avaliadas positivamente até pelo menos 2018, quando foi estabelecida por decreto presidencial a intervenção federal. Antes disso, os militares já haviam ocupado dois grandes conjuntos de favelas. Em duas ocasiões as forças armadas ocuparam o Complexo do Alemão, na zona norte do Rio de Janeiro: em 2010 e em 2012. Já no conjunto das favelas da Maré, também na zona norte, as ocupações ocorreram entre 2014 e 2015. As ocupações tinham como objetivo o combate aos traficantes locais e a instalação de futuras UPP's³⁶. Conforme aponta Rocha (2018), os limites e contradições das UPP's já estariam evidentes desde 2010, com o fracasso na implementação de uma UPP na região do Complexo do Alemão, zona norte da cidade do Rio de Janeiro.

Importante ressaltar que as UPP's fizeram parte do projeto de cidade olímpica, e as remoções foram reatualizadas como solução para o progresso da cidade, no contexto de realização dos megaeventos esportivos no Brasil: a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas esportivas de 2016. Conforme demonstra Magalhães (2019), os investimentos em grandes empreendimentos econômicos durante esse período produziram alterações socioterritoriais com impactos diretos sobre a circulação e permanência dos moradores de favelas na cidade, pois redefiniram por onde podiam percorrer e habitar. O autor destaca alguns dos territórios ameaçados e removidos, tal qual o processo de organização de seus moradores contra esse tipo de intervenção estatal. Durante este período, até mesmo rumores e fofocas foram dispositivos

³⁶ É paradigmático que as duas operações ganharam nomes de cunho religioso, sendo chamadas respectivamente de “Operação Arcanjo” e “Operação São Francisco”, porque demonstra como as formas de legitimar este tipo de ação em busca da “paz” mobiliza elementos simbólicos que constroem a justificativa moral para combater o inimigo. O elemento religioso cristão aqui ocupa um lugar estratégico na produção desses discursos de combate (MACHADO, ESPERANÇA e GONÇALVES, 2018).

usados para produzir terror em moradores e garantir a ordem (GUTTERREZ, 2016). O projeto de cidade olímpica segura foi importado por ideólogos estrangeiros comprometidos com uma lógica global de mercantilização de cidades através de planos estratégicos, conforme demonstra Vainer (2002).

Rocha (2018) argumenta que as UPP's deixaram como legado a disseminação da militarização como dispositivo de disciplinamento, controle e tutela, tanto de moradores de favelas e periferias quanto de trabalhadores pobres urbanos. Para Barros (2016), as UPP's juntamente com outras ações governamentais nas favelas, produziram neste período um processo generalizado de militarização da vida.

Em 2018, dez anos depois da instalação da primeira UPP, o então presidente Michel Temer (PMDB), estabeleceu por decreto a Intervenção Federal Militar no Rio de Janeiro. A presença de militares nas ruas passa a ser garantida legalmente através do mecanismo chamado Garantia de Lei e Ordem (GLO). Este dispositivo confere aos militares o poder de polícia em situações de “crise”, aquelas em que as polícias não conseguem garantir a ordem. A GLO pode então ser usada nas mais diversas situações e é criada, oficialmente, para ocorrer por tempo e território determinado. No contexto das UPP's as GLO's garantiram a ocupação dos complexos da Maré e Alemão entre 2010 e 2015.

A intervenção militar durou dez meses e gastou 1,2 bilhões de reais, gerando como resultados catastróficos a permanência do alto número de mortes violentas, o aumento da violência por parte de seus agentes e a continuidade das chacinas, tiroteios (RAMOS, 2019). Passando pela experiência de pacificação e intervenção federal, a segunda e terceira gerações de movimentos vivenciaram esses processos da forma mais dolorosa, perdendo seus familiares no contexto dessas experiências, mas ainda assim não pararam. Elas foram convocadas para participarem de diferentes eventos, organizaram ações e mobilizaram diferentes estratégias diante do recrudescimento da violência policial como o enegrecimento do seu repertório de luta.

Para demonstrar como esse processo vem ocorrendo, apresento algumas situações, que são momentos de interlocução dos movimentos de mães com instâncias oficiais, e com organizações parceiras. Essas situações foram selecionadas, pois são momentos convocados pelo próprio Estado ou por organizações da sociedade civil para que os movimentos de mães falem de suas experiências. São espaços de discussão pública sobre violência policial.

As situações são apresentadas em ordem cronológica a partir do recorte temporal que compreende a terceira geração de movimentos, período em que, a partir das minhas observações, o repertório enegrecido começa a se consolidar. Cada situação será analisada

levando em consideração as categorias utilizadas pelas militantes em suas falas públicas para nomearem a violência sofrida pelas vítimas e, num segundo plano, algumas reações de agentes públicos envolvidos diante dessa nova estratégia de denúncia. Algumas situações cenas foram observadas em campo, outras são descritas a partir da pesquisa documental, privilegiando momentos em que estiveram em espaços oficiais convocados pelo próprio Estado.

Considero um bom caminho para compor alguns elementos desse repertório enegrecido destacar as categorias usadas pelas mães durante as situações. Nelas, mobilizam categorias já trazidas por diferentes grupos de ativismo negro como as noções de “genocídio”, e termos que reforçam a identificação étnico-racial, como “pretos”, “negras e negros”. O repertório enegrecido do movimento de mães inaugura uma estratégia de denúncia que atribui nome, rosto e trajetórias de vida aos números da violência letal no Brasil, buscando a humanização das vítimas, frequentemente, criminalizadas como bandidos.

2.1 CPI dos autos de resistência³⁷ - situação 1

No dia 10 de dezembro de 2015, Dia Internacional dos Direitos Humanos, diversas mães e familiares estiveram presentes na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) tinha como objetivo discutir os autos de resistência. A CPI foi proposta pelo então deputado estadual Marcelo Freixo, presidente da comissão de direitos humanos da ALERJ. Durante os vários encontros da CPI, pesquisadores, militantes e representantes das mais diversas organizações e instituições, inclusive as polícias, são convidadas. Ao final dos encontros, é produzido um relatório que aponta as principais discussões realizadas, denúncias e propostas. Naquele momento, o caso de uma chacina ocorrida em Costa Barros, zona norte do Rio de Janeiro, ganhou repercussão pública diante da brutalidade da ação policial que alvejou o carro de cinco jovens com 111 tiros.

Este evento é expressivo para o que procuro demonstrar, pois envolve a participação de familiares de diferentes gerações dos movimentos trazendo em suas falas elementos do repertório enegrecido. Não estive presente na audiência, mas busquei acesso à sessão na mídia oficial da Assembleia — a TV Alerj. Portanto, nesta situação me limito a destacar alguns

³⁷ Essa situação foi descrita a partir da análise da filmagem oficial do encontro realizada pela TV Alerj. Além disso, consultei a ata do encontro após solicitar à Comissão de Direitos Humanos da ALERJ. O vídeo pode ser acessado através do link: <https://medium.com/cpi-de-autos-de-resist%C3%Aancia/cpi-dos-autos-de-resist%C3%Aancia-recebe-familiares-de-v%C3%ADtimas-e526f613168>. Para um Para um resumo das sessões da CPI ver: <https://medium.com/cpi-de-autos-de-resist%C3%Aancia>.

elementos da narrativa de três mães cujos filhos foram assassinados em diferentes circunstâncias. Dalva Correa, Ana Paula Oliveira e Mônica Cunha. Como de costume, as mães estavam vestidas com camisetas estampadas com fotos das vítimas. Dalva, é mãe de Thiago, assassinado na Chacina do Borel em 2003. Lembremos que foi a partir desta chacina que surgiu a Rede de Comunidades e Movimentos Contra Violência, grupo pioneiro da segunda geração de movimentos.

Dalva falou na CPI e contextualizou brevemente o ano da chacina como um período de “sinal verde para matar” nas favelas. Dalva exibiu a foto de Thiago com a filha no colo, aos 19 anos, em sua última festa de aniversário e contou um pouco de quem era seu filho, ressaltando o vínculo de trabalho com carteira assinada desde os 16 anos. Dalva também narrou brevemente as circunstâncias da morte de Thiago que, ao voltar do trabalho, decidiu cortar o cabelo e parou para conversar com dois amigos. Durante a conversa, os jovens ouviram disparos, correram e foram atingidos por tiros de policiais localizados numa laje.

Em depoimento, um dos policiais envolvidos afirmou que não havia confronto na favela no momento das mortes, e depois o agente público não foi mais visto. Os demais envolvidos alegaram tratar-se de auto de resistência. Indignada, Dalva desabafou sobre o desfecho do caso. O agente que disparou contra Thiago foi condenado a 52 anos de prisão, cumpriu dois e foi absolvido em um segundo julgamento, retornando às suas funções na polícia militar do Rio de Janeiro.

Além de trazer brevemente os elementos do caso, Dalva destacou a lógica violenta da política de segurança no Rio de Janeiro. Além disso, chamou a atenção para a continuidade das chacinas, mencionando uma segunda chacina ocorrida com vítimas da favela de Acari, desta vez já nos anos 2000. No entanto, não deixou de mencionar também os desdobramentos da luta do movimento de familiares que, naquele contexto nacional, conseguiu pressionar para o avanço nas investigações a partir da Comissão de Direitos Humanos da Alerj.

Conseguimos fazer com que os direitos humanos da Alerj mandassem o dossiê para Brasília, que o Lula mandou investigar, porque a governadora, a Garotinho, a esposa do garotinho na época. Ela colocou o Garotinho como secretário de segurança e nesse intervalo, depois da Chacina do Borel, teve a Chacina em Acari. Para vocês verem como era. O Garotinho comemorou as cem mortes. Os policiais praticavam crimes nas favelas e eram comemorados como eficiência policial pelas autoridades do Estado! (Dalva Correa).

Dalva também mencionou uma breve conversa que teve com o então secretário de segurança pública, José Mariano Beltrame. Ela não falou em qual contexto a conversa

aconteceu. Segundo o então secretário, Thiago poderia estar vivo se, em 2003, existisse uma UPP na favela do Borel, onde foi executado. O comentário do secretário ganhou a reação de Dalva que o questionou por que então seguiram ocorrendo assassinatos de jovens em favelas pacificadas. Dalva chamava a atenção para uma política de morte que se atualiza ao longo dos diferentes governos estaduais, mas ela também relacionou a atuação de policiais nessas ações às práticas violentas cometidas por capitães do mato no período colonial. Desta forma, Dalva traz a dimensão racial para o centro da discussão sobre as mortes promovidas pela polícia. Se no período escravista os capitães do mato eram, em sua maioria, homens negros e mestiços responsáveis pelo disciplinamento e a punição de pessoas negras escravizadas, contemporaneamente esse papel caberia à polícia em relação a pessoas negras.

Eles vieram para substituir o capitão do mato, para caçar escravos. Então, pobre, negro e favelado é segunda categoria, não tem direito de viver (Dalva Correa).

A fala de Dalva faz parte de um repertório enegrecido, que tem sido cada vez mais comum entre o movimento de mães de vítimas e que, na CPI, foi reforçado pela fala de Ana Paula Oliveira, integrante do movimento Mães de Manguinhos. A partir de sua experiência de dor, Ana Paula foi veemente ao denunciar o que seria a “farsa” da pacificação, e a forma diferenciada como o poder judiciário e o governo estadual trata os moradores de favelas.

Eu costumo dizer que não só o policial que assassinou o meu filho, que apertou o gatilho tem que ser responsabilizado. Isso é uma coisa que eu já venho gritando há bastante tempo. O secretário de segurança pública, governador do Estado, todo o judiciário, tem as mãos sujas com o sangue do meu filho e com o sangue de todos os outros jovens e crianças que estão sendo exterminados.

Eu não aceito que meu filho tenha morrido em prol de uma política de segurança pública mentirosa, excludente, **racista**. Eu não aceito! Eu não aceito! A gente vê que UPP e outra coisa, é tudo a mesma coisa. É tudo a mesma farsa (Ana Paula Oliveira - transcrição de entrevista - grifo meu).

Ana Paula lembra do movimento da primeira geração, as Mães de Acari e a impunidade depois de tantos anos sem respostas. Por fim, adjetiva o Estado como “assassino” e “genocida”.

Eu não quero que aconteça comigo o que aconteceu com uma das Mães de Acari que morreram sem ver a justiça ser feita porque é o mínimo que **esse Estado assassino, genocida** nos deve. (Ana Paula Oliveira - transcrição de entrevista - grifo meu).

Reforçando a fala de Ana Paula, Mônica Cunha, do movimento Moleque, também trouxe a questão racial quando destacou o perfil das famílias que são atingidas pela violência

de Estado. Mônica chamou atenção para o fato de que todas as participantes presentes eram negras e que, portanto, a cor e o pertencimento não são meros detalhes quando o tema é assassinato de jovens. Rafael Mota, o jovem representante da família de Ilton Esteves Domingos Júnior, vítima da Chacina de Costa Barros, seguiu o fluxo do repertório das mães: o racismo contra pretos e favelados, a luta por justiça e a necessidade de reparação.

E vocês estão vendo que tem uma coisa muito igual, é a cor de todas as mães que estavam aqui. Todas elas negras, como eu sou uma mulher negra. A cor de todos os filhos aqui é negra, **então isso é um "genocídio"**.

Então nós queremos justiça porque não temos nenhuma segurança de sair e voltar, porque nós não sabemos né... conseguir voltar para casa porque é uma insegurança total, por isso eu acho que precisa ter uma reparação...**e é um racismo bem claro** porque se você é pobre, **preto** e mora numa favela, você está a mercê desses policiais cruéis, desses monstros assassinos que matam todos os dias pobres, **pretos e favelados**. Eu acho que isso tem que ter um basta (Mônica Cunha).

2.1.1 Análise

Como vimos na situação apresentada, as ideias de “genocídio”, “Estado genocida” e mesmo a reivindicação do pertencimento racial aparece nitidamente na produção das denúncias das mães. Se as chacinas e a noção de extermínio são nomeadoras dos assassinatos de jovens no Brasil pelas primeiras gerações, a partir do contexto da terceira geração a raça vai sendo acoplada ao entendimento destas práticas, encontrando na noção de "genocídio" e no pertencimento racial a partir da cor, elementos para fortalecer a denúncia³⁸. Isso não significa uma substituição do termo “extermínio”, pois o movimento de mães segue utilizando a categoria, mas passam agregar a questão racial como mais um elemento que atesta o tratamento diferenciado dado pelo Estado a pessoas pobres e negras. Se até então o lugar da favela enquanto território criminalizado estava no centro da denúncia, a raça vai sendo agregada como categoria política para a luta por justiça. Portanto, o uso da categoria "genocídio" pelos movimentos de mães, não substitui a noção de extermínio e nem disputa com ela, mas se compõem

³⁸ Cabe ressaltar que, no Brasil, a identificação étnico-racial é reconhecida oficialmente a partir da autodeclaração e tem nas características fenotípicas (cor da pele, textura dos cabelos, formato do nariz) a principal forma de demarcar a diferença entre os grupos raciais. Ainda que não haja uma construção subjetiva sobre o pertencimento racial, aparentar tais características já coloca uma pessoa na condição de quem pode ser visto socialmente como “negro”.

situacionalmente em diferentes espaços onde falam as mães. Ambas as categorias apontam para a ideia de que o Estado, em diferentes formas, tem a intenção de eliminar pessoas negras.

O enegrecimento dos repertórios de luta por justiça associa a violência de agentes do Estado como parte da questão racial no Brasil, como fruto das relações desiguais entre negros e brancos, caracterizada pelo racismo presente nas relações interpessoais, mas sobretudo nas instituições — do poder executivo até a polícia. Esta destaca-se pela função de atuar intencionalmente no assassinato de jovens negros, pobres e moradores de periferias. É esta lógica de continuidade tratada por Dalva, uma lógica de morte da política de segurança que se mantém em diferentes governos. Dalva trouxe uma dimensão histórica da visão corrente de que essas mortes promovidas são expressões da eficiência policial, pois estariam eliminando bandidos. Desta forma, Dalva aciona um elemento de limpeza simbólica do filho afirmando seu lugar no mundo como trabalhador e não como “bandido”.

Dalva demonstrava a continuidade da violência de Estado mesmo quando se mudam os gestores da segurança pública. Foi assim nos anos 1990 e estava sendo desde os anos 2000. Até mesmo as UPP's, a promessa de mudança da lógica da morte para a "paz" não impediu as execuções, embora tenha reduzido alguns números de homicídios por algum tempo. A reação de Dalva à fala do secretário expressa a indignação comum das mães diante do discurso salvacionista sobre as UPP's, como uma experiência de policiamento mais pacífica. Notamos a compreensão de Dalva sobre o papel da polícia desde o período colonial como instituição responsável pelo controle de pobres e negros.

Ana Paula, já da terceira geração, é explícita ao qualificar a política de segurança pública como mentirosa, excludente e racista. Amplia a responsabilização dos assassinatos para o agente que aperta o gatilho, mas também do sistema de justiça e o governo estadual. Ela denuncia o racismo como elemento presente nas práticas oficiais nas diferentes esferas e nomeia o Estado como assassino e genocida. Os dois pesos e duas medidas da justiça falam da seletividade penal. Ela reivindica justiça, mas sabe que essa justiça é discriminatória. Assim como Dalva, que destaca a impunidade diante de casos de jovens que são assassinados pela polícia. Ana Paula ainda cita as Mães de Acari — da primeira geração de movimentos — como exemplo de mulheres que morreram sem respostas. A impunidade aparece como geradora de uma indignação intergeracional entre as mães de vítimas.

A indignação expressa por Ana Paula, aponta para o racismo como uma das bases das ações violentas da polícia contra jovens e a omissão, morosidade e seletividade do sistema

judiciário. Ao retomar as mães da primeira geração denuncia a naturalização de crimes cometidos por policiais, como parte de um “Estado genocida”.

A fala de Ana Paula encontra-se com a narrativa de Mônica, que conecta o racismo institucional ao perfil de quem morre e quem luta. Monica explicita a cor das mães, o pertencimento racial como elemento chave da produção desse sofrimento e usa a categoria "genocídio". Além da condição de mãe, aciona o seu pertencimento racial, e joga luz sobre a cor das mães para nomear a experiência de sua dor e o progressivo assassinato de jovens no Brasil como “genocídio”.

Na esfera do poder executivo em nível federal também tem se percebido movimentos nessa direção como, por exemplo, a instauração de audiências públicas e CPI's em nível nacional para investigar o assassinato de jovens. Destaca-se também no ano de 2015, a realização da CPI convocada pelo senado federal. Ao longo de sete meses foram realizadas 29 reuniões em diferentes lugares do Brasil, envolvendo familiares, militantes de movimentos negros, pesquisadores e defensores de direitos humanos³⁹. A CPI divulgou dados oficiais que indicavam um progressivo aumento no número de homicídios de jovens no Brasil e a perspectiva de setores da sociedade civil sobre o tema, entre eles, as mães de vítimas. Foram convocadas dezenove mulheres de diferentes estados.

O relatório final foi apresentado em 2016, e é composto por 155 páginas organizadas em sete capítulos, além de recomendações e proposições legislativas. A introdução do relatório apresenta o objetivo da CPI: investigar causas e responsáveis pela violência letal contra jovens, buscando a criação de mecanismos para prevenir e combatê-la. O Conselho Nacional de Juventude assim como outros movimentos sociais são apontados como os demandantes, ressaltando que esta reivindicação já estava sendo feita desde 2013.

Ainda na introdução, o relatório fala sobre a necessidade de discutir a apuração dos homicídios cometidos pela polícia e a forma como são investigados. Além disso, menciona a necessidade de reconhecimento do "racismo estrutural" pelo Estado brasileiro. A utilização da categoria aponta para um reconhecimento do racismo como base da organização social no Brasil. Diante dessa estrutura, expressa em números e estatísticas, foram os depoimentos das mães que trouxeram "elementos de convicção" para as audiências da CPI. São elas que trazem relatos de vida sobre um fenômeno dramático constatado a partir de diversas estatísticas. Logo

³⁹ A CPI foi proposta pela senadora Lídice da Mata do Partido Socialista Brasileiro (PSB) da Bahia e a relatoria realizada pelo senador Lindbergh Farias do Partido dos Trabalhadores (PT) do Rio de Janeiro.

na introdução, a CPI traz um breve resumo dos casos apresentados pelas mães, organizado a partir de títulos com os nomes das vítimas. O relatório aponta:

A partir de denúncias que essas mulheres trouxeram à CPI, constatou-se a inevitabilidade de se assumir que o Estado Brasileiro vem sistematicamente dizimando sua população jovem, em sua maioria negra e de origem pobre, como demonstraremos ao longo deste relatório (BRASIL, 2015, p. 35).

O termo "dizimando" remete à lógica sistêmica das mortes. Ao longo do relatório verificamos que a palavra "genocídio" aparece 30 vezes incluindo o sumário e o título do primeiro capítulo, o que é bastante significativo. O próprio relatório aponta que o reconhecimento da categoria ocorre a partir da luta do movimento negro e da reflexão feita por pesquisadores.

Esta CPI, em consonância com os anseios do Movimento Negro, bem como com as conclusões de estudiosos e especialistas do tema, assume aqui a expressão "genocídio" DA POPULAÇÃO NEGRA como a que melhor se adequa à descrição da atual realidade em nosso país com relação ao assassinato dos jovens negros (BRASIL, 2015, p.33-34)

Quadro 1- Menções da categoria "genocídio" no documento

1	No sumário
2	Como um movimento sistemático e cruel em curso (p.7)
3	No título do capítulo 1 (p.21)
4	"genocídio" como classificação para os índices de mortalidade de jovens negros. Há uma menção que este é o entendimento do movimento negro escutado pela CPI (p.32)
5	"genocídio" como fenômeno relacionado à existência do racismo. Menciona-se a fala de uma militante do movimento negro (p.33).
6	"genocídio" como limpeza étnica em oposição à categoria extermínio na fala da mesma militante do movimento negro ouvida não basta a gente dizer que é extermínio (p.33)
7	"genocídio" como categoria para nomear tanto a morte de jovens quanto massacres de outros grupos étnicos. Um outro exemplo...
8	"genocídio" como categoria reconhecida pela comunidade internacional para nomear o caso de massacre de muçulmanos em detrimento do reconhecimento quando trata-se de jovens
9	negros, na fala de militante do movimento negro ouvida. (p.33)

10	"genocídio" como a expressão que melhor se adequa a situação do assassinato de jovens no Brasil em reconhecimento à reivindicação dos movimentos negros. (p.34)
11	"genocídio" como fenômeno difícil de identificar causas e soluções, mas sinônimo de extermínio. A prática do extermínio é inegável. (p.36)
12	"genocídio" como fenômeno ignorado por um Estado que não provê políticas públicas de inclusão social e combate eficiente à criminalidade. (p.45)
13	"genocídio" como prática do braço armado do Estado possibilitado pelo racismo institucional, levado a cabo pelo governo e suas instituições. (p.65)
14	"genocídio" como prática sistemática do Estado assim como o racismo institucional (p.66)
15	"genocídio" como definição do sociólogo Luiz Eduardo Soares como o problema mais dramático no Brasil na área de segurança em seu livro O drama da invisibilidade citado em nota de rodapé do relatório. (p.66)
16	"genocídio" como definição do sociólogo Luiz Eduardo Soares no mesmo livro fenômeno de natureza autofágica afirmando que são sobretudo jovens pobres que matam jovem pobres, um processo fratricida (p.77).
17	"genocídio" tendo como responsável o braço armado do Estado. (p.84)
18	"genocídio" como fenômeno que a população jovem e negra está sofrendo e que os profissionais da segurança também são vitimados (p.114).
19	"genocídio" como produto da falência dos sistemas preventivo e investigativo assim como a violência generalizada também é uma consequência (p.115).
20	"genocídio" sendo comprovado a partir de dados disponíveis pelos estados que realizam o recorte racial nas estatísticas criminais considerando que diversos estados não o fazem (p.116-117)
21	"genocídio" relacionado a dados estatísticos do estado do Rio de Janeiro. O recorte racial das vítimas também revela o "genocídio". (p.117)
22	"genocídio" relacionado a dados estatísticos de outros estados onde o recorte racial está disponível. Os números que detemos comprovam a realidade assustadora do "genocídio" do jovem negro. (p.119)
23	"genocídio" como produto da ação de órgãos de repressão ou omissão pela falta de políticas públicas eficientes para redução de mortes. Estado leniente ao "genocídio" (p.119)
24	"genocídio" como prática do Estado brasileiro em relação à parcela jovem e negra da população, assim como racismo o institucional (p.120)
25	"genocídio" como fenômeno provocado pelo Estado. O Estado brasileiro, direta ou indiretamente, provoca o "genocídio". (p.145)

26	"genocídio" como fenômeno associado ao racismo institucional. Este processo de "genocídio" está umbilicalmente marcado pelo racismo institucional (p.146)
27	"genocídio" como fenômeno cujas causas não foram “descobertas” pela CPI. É necessário reconhecer que esta Comissão não logrou êxito em assinalar conclusivamente as causas do "genocídio" dos jovens negros no Brasil (p.147)
28	"genocídio" como fenômeno ignorado por Estado omissivo e ineficiente. O mesmo Estado que não provê políticas públicas de inclusão social e de combate eficiente à criminalidade é aquele que ignora o "genocídio" dos jovens negros. (p.149)
29	"genocídio" como objeto de enfrentamento da CPI através da reflexão sobre o papel do Estado. “Esta CPI buscou repensar a ação do Estado, do aparato policial e jurídico, como forma de enfrentar o "genocídio" da população jovem e negra” (p.154).
30	"genocídio" como fenômeno a ser enfrentado repensando a ação dos aparatos de Estado. Esta CPI buscou repensar a ação do Estado, do aparato policial e jurídico, como forma de enfrentar o "genocídio". (p.154)

É possível notar o uso da noção de “genocídio” para além do assassinato de jovens, mas também como ausência de políticas públicas e tratamento diferenciado por parte das instituições. O braço armado do Estado e o encolhimento de sua função provedora de direitos, apontam para um Estado, ora responsável direto pelas mortes, ora omissivo frente às necessidades da população negra. O documento afirma a urgência de ações concretas contra a quantidade de jovens mortos no Brasil. Neste sentido, identifica um “problema social”, como parte de uma conjuntura mais ampla na qual o Estado Brasileiro deveria focar, considerando o racismo presente de forma estrutural nas políticas públicas. O racismo é apontado como legado do sistema escravista no Brasil e as desigualdades sociais em termos de renda e oportunidades baseadas na diferenciação racial. Aponta para alguns dados que indicam os diferentes níveis de “padrão de vida” entre brancos e pretos.

O racismo está incrustado nas relações sociais em geral, atuando como uma espécie de filtro social, abrindo oportunidades para uns, fechando portas para outros, a desenhar uma sociedade extremamente desigual e injusta, cujas bases dessa iniquidade estão assentadas na clivagem racial.” (BRASIL, 2015, p.26).

Há um reconhecimento de que é recorrente no Brasil a noção de que o racismo não existe, mas que o Movimento Negro Unificado vem apontando para a ideologia da democracia racial como responsável por esse equívoco. O documento inclusive retoma as origens da ideia de que o Brasil é um “paraíso das raças”. O racismo é definido como uma ideologia que produz discriminação e preconceito racial, a primeira como expressão concreta do racismo, enquanto

a segunda como a diferença de tratamento. O documento da CPI chega a mencionar as primeiras legislações que apontavam a discriminação racial como crime. Já o preconceito é definido como “algo velado”, presente na dimensão dos valores, mas que orienta a prática das pessoas e instituições. Inclusive o documento afirma que o “preconceito em sua dimensão maior” é reconhecido como racismo institucional. A categoria “racismo” é mencionada 58 vezes no documento da CPI, sendo 22 vezes como “racismo institucional”.

As políticas públicas de Saúde, Educação e o Sistema de Justiça apareceram como espaços de tratamento discriminatório e acesso desigual por pessoas negras. O acesso desigual e o tratamento discriminatório seriam uma das formas de bloquear os direitos de pessoas negras. Em relação à Política de Saúde, o documento destaca as desigualdades de tratamento de mulheres negras em relação às brancas no tempo de atendimento e procedimentos de anestesia durante o parto. Já sobre a Política de Educação, o tratamento desigual dos professores com alunos negros e o conteúdo do material didático aparecem como expressão do racismo institucional.

No chamado campo do judiciário, o relatório destaca a existência de penas mais rigorosas para réus negros e, também, a desqualificação do crime de racismo por juízes. Finalmente, afirma explicitamente a relação entre racismo institucional e homicídios de jovens negros, apontando a violência policial contra a juventude negra como a face mais perversa do racismo institucional.

Quadro 2 - Alguns usos da categoria “racismo institucional” e “genocídio”

Tendo sua existência mais demarcada no plano macro, o racismo institucional é o principal responsável pela reprodução ampliada da desigualdade no Brasil.
Estudos realizados nos últimos anos demonstram a perversa existência do racismo institucional, com destaque para as áreas de educação e saúde . O próprio Governo tem expressado o reconhecimento de que a presença do racismo institucional é responsável pela diferença de tratamento e de acesso a serviços públicos para negros e brancos no Brasil (p.29).
Como produto do que foi apurado pela CPI e na perspectiva do reconhecimento de uma prática sistemática, por parte do Estado, de "genocídio" e de Racismo Institucional (p.66).
A Comissão apurou que o principal alvo da brutalidade policial é o jovem negro e pobre que, em regra, é considerado como um suspeito em potencial. Esse preconceito é justamente decorrente do racismo institucional o qual mencionamos no início deste relatório (p.85).
ACPI viu-se necessariamente compelida a aprofundar a investigação no assassinato de jovens negros, assumindo a denúncia da prática de racismo institucional e "genocídio" por parte do Estado brasileiro em relação a essa parcela da população (p.120).

Grifo meu.

2.2. O encontro nacional de Salvador - situação 2

Em maio de 2018 ocorreu o Encontro Nacional de Vítimas de Violência do Estado em Salvador. Embora fosse o terceiro encontro nacional, desta vez seria o evento com maior envergadura, apoio financeiro, número de participantes e militantes de dentro e fora do país.

Ao chegarem no aeroporto de Salvador, as mães do Rio de Janeiro foram recepcionadas por Apoena Ferreira e Djean Ribeiro — dois jovens negros vinculados a movimentos sociais locais. Eles estavam no apoio do evento e foram conduzindo as participantes para três locais diferentes de alojamento. Eu fui para um deles. Logo que chegamos foi criado um grupo virtual chamado “Rede Nacional de Mães” que se mantém até hoje reunindo mães de vários estados. O grupo tem sido um espaço de trocas e diálogo.

As atividades do primeiro dia foram realizadas dentro da Faculdade de Economia da UFBA. Assim que chegaram ao auditório organizaram faixas e camisetas. Do lado de fora havia mesas com trabalhos manuais feitos por mães do Rio de Janeiro, camisetas dos movimentos e alguns livros. Entre eles, o livro mais recente do Movimento Mães de Maio, e “O diferencial da favela: poesias e contos da quebrada”, de um coletivo de jovens locais chamado Sarau da Onça. O evento começou por volta das dez da manhã e a primeira mesa foi marcada pelo

compartilhamento dos casos e reações emocionadas. O debate que se seguiu destacou a importância da “união entre as mães”. Antes da mesa de abertura, uma cantora local foi convidada para abrir o evento. Durante as canções, as mães se emocionaram bastante. Na sequência, o coletivo de Sarau da Onça declamou algumas de suas poesias que tematizam a violência e o racismo.

Rosilene Alves, mãe de Maria Eduarda, executada numa escola no Rio de Janeiro, fez uma fala sobre o assassinato brutal da filha, destacando os desdobramentos perversos para toda a família e para o seu território de moradia. Apoiada por Neuma (Rio de Janeiro) e Débora, (São Paulo), Rosilene, enquanto falava, expunha o casaco usado por Maria Eduarda no momento em que foi assassinada. Também expôs uma outra camiseta com uma fotografia sua juntamente com Marielle Franco, militante de direitos humanos, vereadora do Rio de Janeiro assassinada: “que a gente venha se abraçar, que a gente venha se unir e que a gente não venha a parar. Eu não vou parar mais!” disse ela.

A mesa de abertura contou com a participação de Rute Fiúza (Salvador), Débora Silva (Santos), Gláucia Santos (Rio de Janeiro), Edna Carla (Ceará) e integrante do movimento Mães do Curió, Kaka Silveirah (Belo Horizonte), Nagida Gomes do Movimento Mães do Xingu (Pará) e por Luiza, familiar de um jovem executado (Salvador). A mesa destacou os dois primeiros encontros já realizados e a lei da semana dos familiares de vítimas do Estado implementada no Rio e em São Paulo. Débora Silva ressaltou a importância da luta para que a lei abranja todos os estados brasileiros, e colocou a importância de fortalecer as mobilizações no Nordeste, especialmente a partir do Ceará. Esta primeira mesa também foi marcada por emoção após homenagem a Vera Lúcia, militante do Movimento Mães de Maio falecida nos últimos meses.

Edna destacou a busca pelo fortalecimento do movimento Mães do Curió através da articulação com mães de outros estados. Ela chamou atenção para a lógica violenta das grandes cidades quando afirmou que seu filho foi executado em uma região turística da capital cearense. Para Edna, “ele sequer teve tempo de errar”, destacando que não houve nem mesmo possibilidade de cumprimento de medida socioeducativa. A fala de Edna desencadeou uma discussão importante na mesa logo na sequência, quando Kaká mostrou desconforto em relação a sua militância individual em Belo Horizonte. Ela afirmou que em muitas audiências públicas os familiares nestes eventos só discutem questões relativas ao sistema prisional e direito dos presos.

Algumas mães presentes demonstraram discordância, já que várias delas têm filhos presos ou cumprindo medida socioeducativa. Gláucia seguiu relatando a criminalização de seu filho, ao ser acusado de assaltar um posto de gasolina, e, destacou a importância da luta das outras mães. Falou de sua própria experiência, pois teria se tornado “mãe sem fronteira” depois que encontrou mães militantes que foram apoiá-la em um dia decisivo para o seu caso. Outra questão trazida por Gláucia foi a intervenção federal no Rio: “essa intervenção é para nos parar”. Chamou atenção para a importância da união entre as mães: “juntas somos fortes”.

Nagida ressaltou que a violência de Estado também ocorre quando as mortes não são investigadas e que era o caso do seu filho. Muito emocionada, Nadiga destacou que vem “correndo atrás” para ter justiça, tornando-se alvo de ameaças. Luiza, mãe de Salvador, chamou a atenção para a situação de racismo e criminalização vivenciada por jovens negros, e compartilhou o caso de execução sumária de seu irmão.

Uma segunda mesa de discussões foi realizada ainda pela manhã. A discussão tratou dos impactos psíquicos causados pelo Estado ao produzir violência. Djean Ribeiro, psicólogo e militante, membro do Conselho Regional de Psicologia, dividiu a mesa com Jeane Tavares, psicóloga negra atuante em Salvador. A assistente social Tânia de Paula também participou da mesa. Jeane Tavares apresentou slides com algumas questões sobre o sofrimento após a morte violenta de algum membro da família. Muitas mães pareciam demonstrar acordo com o ciclo de adoecimento exposto através de slides.

O debate principal pautou o que seria a morte contínua das mães, já que não conseguiram encerrar seu processo de luto. Tânia, assistente social, chamou atenção para o dever do Estado de acolher e atuar sobre as intersecções de violência na vida das mulheres negras e pobres. Além disso, ressaltou o caráter mercadológico da morte na medida em que a sociedade capitalista lucra com esse processo. Um momento bastante aplaudido foi quando Tânia falou sobre a importância das “micro redes”. Para ela, este é um modelo alternativo de solidariedade que deve ser valorizado e fortalecido como forma de reação e enfrentamento à violência do Estado. A mesa foi encerrada e as mães seguiram para o almoço. O momento da alimentação foi marcado por muitas conversas e trocas entre elas.

A mesa da tarde contou com a participação de Dalva Oliveira (Rio de Janeiro), Rute Fiúza, Débora Silva, Enedina Alves (IBCCRIM) e os vereadores Milton Coelho do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e Aladilce Souza do Partido Comunista do Brasil (PC do B). Dalva chamou atenção para o papel do judiciário afirmando que “o policial só atira”. Ela destacou a desumanidade dos julgamentos, pois “as vítimas é que se tornam réus”, já que são

criminalizados. Chamou a atenção para a violação de diversos direitos e a importância de tratamento psicossocial para as mães e familiares de vítimas: “a polícia é treinada para matar. Nossos filhos são mortos com tiros no peito e na cabeça”. Dalva também ressaltou que as famílias dos afetados não têm o direito de viver o luto, pois já se sentem ameaçadas quando começam a acompanhar os casos. Nesse sentido, aponta para o dever do Estado em reparar as famílias.

Dalva destacou a mobilização criada para a implementação da semana de familiares de vítimas e a importância de essa lei ser implementada em nível nacional. Além disso, lembrou a questão do desaparecimento forçado, citando o caso de Rute Fiúza, e as ameaças sofridas por ela. “nós não somos vítimas, somos sobreviventes... não tem justiça, não tem reparação”. Dalva concluiu a fala já anunciando que o próximo encontro de familiares será em Fortaleza, Ceará. Rute Fiúza ressaltou a ausência de representantes do Estado convidados, e destacou a presença dos dois vereadores na mesa dizendo que era muito importante fazer “provocação” para que a lei da semana dos familiares fosse implementada em Salvador. Também falou da alta incidência de casos de desaparecimentos na Bahia. Rute se emocionou afirmando que “o Estado não deu o privilégio de enterrar seu filho”. A fala de Rute mobilizou a mesa para ficar de pé juntamente com as participantes. Auditório e mesa foram mencionando os nomes de várias vítimas seguidos da palavra de ordem “presente!”. Todas as vítimas do Estado brasileiro presentes!

Débora chamou atenção para o apoio de Marielle Franco para a tentativa de municipalização da lei no Rio de Janeiro ao falar de sua participação em evento na candelária, entretanto, chamou a atenção para os interesses político-partidários envolvidos. A vereadora presente colocou o mandato à disposição e ressaltou os princípios fundantes do Estado na Constituição Federal: “trinta anos depois, o balanço é uma sala cheia de mães vítimas do Estado”. Ela também evidenciou o papel da câmara municipal e o contexto nacional da “bancada da bala”.

Valdemar, presidente do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA) da Bahia falou logo depois. Ele enfatizou a realidade da violência em Salvador e destacou o protagonismo do CEDECA na realização de uma das primeiras pesquisas sobre homicídios de crianças em 1992. “Não se investiga porque são meninos pobres, negros, moradores da periferia”. Edinéia do IBCCRIM São Paulo falou do “genocídio” e como “as dores das mães não sensibilizam os representantes do judiciário. A dor é individual, mas também coletiva”. Nesse sentido focou sua fala na atenção ao caráter coletivo da luta. Colocou-se à disposição para apoiar os movimentos.

Os jovens do Sarau da Onça apresentaram mais algumas poesias e enquanto declamavam chegaram Shapearl Wells, mãe norte americana, de Chicago, e Antônia, mãe colombiana. As mães estavam acompanhadas pela professora Yanilda María Gonzáles, professora da Universidade de Chicago. Depois que se sentaram, o vereador Hamilton recebeu a palavra. O vereador chamou atenção para a importância da trajetória e militância de Marielle Franco como “referência para quem faz política institucional”. Ressaltou a “coragem” das mães, o “extermínio” e o “genocídio”, evidenciando o aumento de homicídios a partir dos anos 1980, e destacando a relação entre homicídios e encarceramento. Segundo ele, o fenômeno de resposta a este processo seria o movimento de mães.

Chegando depois e também convocada para uma fala à mesa, Soraya Misleh, militante palestina destacou a situação dramática dos palestinos. Soraya relacionou a produção de armas com a violência nas favelas, citou o exemplo do uso de armamentos “testados” sobre a população palestina, e também usados em operações nas favelas. Além disso, destacou os processos de “colonização, *apartheid*, racismo, limpeza étnica e de criação do Estado racista de Israel”.

Antônia, Mãe colombiana, falou sobre a organização comunitária da qual faz parte, a Casa Cultural El Chontaduro, cujo trabalho é voltado para mulheres. Ela destacou a alta incidência de violência contra mulher, violência doméstica e a questão do uso abusivo de drogas por jovens. Antônia destacou a morte violenta de jovens e de mulheres apontando para tipos de violência sofrida por elas. Além disso, também compartilhou um pouco do trabalho da organização, que inclui atividades com crianças e uma escola sociopolítica para mulheres.

Shapearl, mãe de Chicago, narrou as circunstâncias do assassinato do seu filho, em março de 2016, em frente a uma delegacia de polícia. Ela narrou as diversas violências sofridas pelo filho durante a abordagem policial abusiva, afirmando que esses casos são frequentes nos Estados Unidos, mas “nada acontece”. Muitos casos, assim como no Brasil, não são investigados e as mães acabam tendo que cumprir o papel de investigadoras.

No terceiro dia de encontro, os movimentos de mães organizaram uma manifestação pública. As mães começaram a se organizar no pátio da Faculdade de Economia. Em frente, estava a praça da Liberdade, local marcado para concentração. O dia estava bastante chuvoso e havia uma expectativa grande sobre a possibilidade de o ato seguir ou não. As faixas foram expostas nas grades da universidade e em grades da praça. Muitas pessoas observavam e paravam para conversar com as mães. Entre palavras de ordem e palavras de protesto elas denunciavam a violência do Estado e o racismo. O ato público contou com a participação de

alguns jovens negros que atuam em coletivos culturais. Em dado momento houve uma tensão quando policiais se aproximaram filmando os participantes. As mães reagiram e os policiais saíram do local. Depois desse momento de tensão, seguimos caminhando por uma das faixas da rua, muito movimentada, entre camelôs e lojas comerciais. As mães se revezaram ao microfone e destacaram o tamanho do movimento, dizendo que era um movimento internacional de luta contra violência de Estado.

Após a caminhada nos concentramos em frente ao Tribunal de Justiça. As mães expuseram as faixas e aproveitaram para trocarem mais informações umas com as outras enquanto descansavam da caminhada. Após o ato seguimos em pequenos grupos para o almoço. Já quando estávamos finalizando, Marinete Silva, mãe de Marielle Franco, chegou. Entre lágrimas, abraços, sorrisos e fotos, agradeceram sua presença.

No quarto dia do evento, as mães ocuparam o auditório da Defensoria Pública. A mesa contou com Patrícia Oliveira, Eliene (Rio de Janeiro), Eronilde (Salvador), militante de movimento por moradia, que teve o companheiro assassinado pela polícia. Eliene destacou a situação precária dos presos afirmando que “é a família que sustenta seu preso”. Para ela, o jovem que passa pela prisão “sai com um alvo na testa”. Eliene destacou as diferenças de tratamento entre jovens pobres e de classe média, que raramente são presos. Enfatizou também as diferenças de violações sofridas como o descaso, doenças, mortes afirmando que “matam nossos filhos aos poucos”. Para ela, o Estado deseja encarcerar ou exterminar os jovens pobres. Eliene também falou de sua dor, dizendo que as mães sofrem sempre, seja pelos filhos presos, seja pelos filhos mortos: “posso mensurar a dor de um filho torturado todo dia e que morre a cada segundo do dia”.

Patrícia Oliveira seguiu a discussão feita por Eliene destacando o número de 52 mil presos no Rio de Janeiro, além de 3 mil jovens no sistema socioeducativo, e falou um pouco de seu acompanhamento através do Mecanismo Estadual de Combate à Tortura. Patrícia insistiu para que as mobilizações se estendam para outros estados, inclusive com a realização de encontros. Patrícia convocou as participantes para construírem propostas de fortalecimento da luta através dos grupos de trabalho que ocorreriam logo em seguida. Algumas familiares falaram ao microfone, entre elas, Rosângela, do Rio de Janeiro, que ressaltou a tortura de adolescentes no sistema socioeducativo e o quanto as famílias ficam expostas e adoecidas: “a gente fica doente mentalmente”.

Uma das mães cearenses presente sentiu-se mal e desmaiou. Ela foi atendida por um grupo terapêutico que atuava no local no dia do evento. O grupo composto por mulheres, em

sua maioria negras, propôs a realização de uma atividade em roda e com música. A roda ocorreu na área aberta do local. Muitas mães participaram e demonstraram alegria pelo momento coletivo de interação com o corpo e entre elas. Logo depois, o almoço foi servido no próprio local. O momento do almoço sempre foi um momento de trocas e muita conversa entre as participantes. Em seguida as participantes retornaram ao auditório e foram divididas em grupos. Os grupos de trabalho foram organizados a partir de três temas: “memória e justiça”, “verdade” e “reparação”. A discussão foi bastante intensa. Cada grupo apresentou os principais pontos do que discutiu. O evento foi encaminhando para seu encerramento. As organizadoras locais foram parabenizadas, e Patrícia Oliveira foi homenageada. Em seu discurso de agradecimento, Patrícia chamou atenção para a relevância e o pioneirismo do Movimento Mães de Acari.

A presença e o apoio da Ouvidora Geral da Defensoria Pública, Vilma Reis, foram bastante saudados. Vilma chamou atenção para o momento histórico e a importância de seguir fortalecendo a rede de familiares em todo o Brasil. À noite, no mesmo dia, algumas familiares participaram de um evento cultural chamado “Elas cantam Bob”. A rede de familiares foi citada pela apresentadora do evento. Eleonor, representante da Rede de familiares da Baixada Fluminense, foi convidada para o palco e falou rapidamente sobre a luta das mães. O público aplaudiu bastante.

No dia 20 de maio, domingo, as mães almoçaram na sede de uma organização localizada no Pelourinho, espaço muito conhecido como expressão da resistência negra. O dia foi livre. As mães aproveitaram para circular e conhecer um pouco mais da cidade. Para muitas, era a primeira viagem fora do seu estado. Depois do passeio, o grupo se juntou para uma foto oficial de encerramento e partiram para seus respectivos alojamentos para preparem seu retorno para casa.

Figura 9 - Faixas usadas no III Encontro Internacional de Mães e Familiares de vítimas do terrorismo de Estado, em Salvador, 2018.



Fonte: Suellen Guariento.

2.2.1. Análise - A ampliação nacional do movimento

O grupo virtual criado para organização do encontro, tornou-se um importante espaço de troca da rede nacional de mães e familiares. O grupo criado no *WhatsApp* se configura como espaço de acolhimento para novas participantes e, também, ambiente para divulgação e organização de ações feitas pelas mães de todo o país. Nas interações também aparecem mensagens motivacionais, trocas e repasses de informações, e apontamentos de algumas divergências.

Nas interações presenciais, o compartilhamento de narrativas de sofrimento é bastante comum, mas quando compartilhadas no microfone, ou até mesmo nos espaços de sociabilidade ao longo da programação do encontro, parecem ganhar envergadura. É uma nova situação, que ocorre uma vez a cada ano, e é o espaço privilegiado da figura das mães. São elas as protagonistas de toda a programação. A contação do caso parece assumir diferentes tons de dramaticidade, capazes de produzir olhares solidários, escuta e a sensação de liberdade para expressarem-se em um espaço seguro, sem julgamentos e estigmatização. As falas tornam-se estratégias de comunicação para si e para os outros e, embora falar cause dor, essas narrativas se constituem enquanto atos políticos (LACERDA, 2014). Creio que no encontro nacional a fala estava sendo amplificada, circulando em uma nova escala: nacionalmente. Desta forma, compreendo o encontro nacional como mais um contexto para compartilhar o sofrimento entre pares que, nesta ocasião, compõem um "coletivo nacional". A identificação como grupo se

apresenta explicitamente nas falas, inclusive na demanda por um sentido de união, destacando-se a ideia de que juntas são mais fortes.

A presença de Marinete, mãe de Marielle Franco, ainda que parcialmente, participando de um dos momentos, e integrando uma das mesas do encontro, expressa algumas aproximações que vêm sendo feitas entre a figura de Marielle e a violência contra corpos negros e periféricos. É como se Marinete fosse a representação de mais uma mãe violentada pelo Estado, entretanto, uma personagem que expressa outro nível ainda mais brutal de violência, já que o lugar institucional ocupado pela filha deveria protegê-la de ser assassinada.

A memória das vítimas é uma das pautas de lutas, mas já se estende para a memória daquelas mães que se foram ao longo das gerações. A homenagem a Vera Lúcia, integrante do movimento Mães de Maio, durante o evento, expressa a relevância que o movimento atribuiu a produzir memória para as mães que morreram sem verem a justiça sendo feita.

Uma importante conquista dos movimentos de São Paulo e do Rio de Janeiro se apresenta como um objetivo para as mães dos demais estados. A lei estadual em homenagem às vítimas de violência se apresenta como um horizonte necessário em todos os estados do país.

A pluralidade das experiências de violência também é um aspecto a ser destacado, pois encontram-se mães de filhos assassinados, desaparecidos e privados de liberdade, seja nas prisões ou em instituições socioeducativas. Essas diferenças podem produzir tensões, pois a dor de uma pode ser vista como diferente, maior ou menor do que de outra. Há uma compreensão de que a dor é individual, mas também é coletiva.

O tema da criminalização das vítimas é recorrente, e no movimento está consolidada a narrativa de garantia de direitos ainda, que o jovem possa ter algum envolvimento com o crime. No entanto, as mães se colocam como aquelas que precisam ter o trabalho constante de se contrapor a um sistema judiciário que sistematicamente criminaliza as vítimas.

Os impactos sobre a saúde física e mental das familiares também aparecem como uma pauta relevante do movimento, já que a saúde das mães fica comprometida, e a saúde mental abalada em função da dor. O tema da reparação também aparece nessa dimensão. O Estado é apontado como responsável por oferecer uma rede de cuidados para as mães: o dever do Estado de reparação.

Podemos dizer que as inúmeras formas de violência, entre elas o racismo e a falta de acesso à justiça, produziram as mortes destas mulheres tão ativas em seus coletivos organizados. Esta afirmação só é possível quando consideramos a narrativa das familiares, frequentemente marcadas pelas memórias de luta, e pela compreensão de que o sofrimento

produzido pela falta de justiça gera mais dor, sofrimento e mesmo a morte. Para as mulheres envolvidas no EEJ foram “mais duas que morreram de dor”.

Quadro 3 - Trecho de nota da Redes sobre mortes de mães

<p>Vamos denunciar cada ato violento do Estado e cada uma dessas mortes - as mortes dos filhos e a morte das mães! A violência se espalha, mas nossa dor se multiplica. SOMOS MUITAS.</p> <p>NÃO VAMOS NOS CALAR DIANTE DESSE "GENOCÍDIO" PERPETUADO POR ESSE ESTADO RACISTA QUE VIOLA DIREITOS HUMANOS NAS FAVELAS E PERIFERIAS DO BRASIL EM TODO PAÍS.</p>

Fonte: Redes.

O tema do desaparecimento forçado também aparece como uma expressão perversa da violência estatal ao impedir que as famílias tenham acesso a um atestado de óbito e despedirem-se de seus familiares com dignidade. O direito a enterrar os filhos aparece como uma forma de atribuírem humanidade e dignidade para as vítimas.

A presença de mães estrangeiras expressa o avanço dessas redes de mobilização entre mães, apontando para uma internacionalização do movimento. A luta por justiça se alarga agregando todas aquelas que em diferentes contextos nacionais choram. A impunidade em relação ao acesso à justiça e o sofrimento aparecem como experiência comum que une todas as mães.

A manifestação coletiva em praça pública segue sendo uma das principais estratégias. As faixas grandes e camisetas com fotos seguem sendo uma marca do movimento. Caminhar discursando ao microfone e chamando atenção de quem passa é uma forma de dar visibilidade, ganhar apoio e fazer o movimento conhecido. As mães demonstram a importância de falarem de sua capacidade de agência. Elas procuram demonstrar para a sociedade que "seus mortos têm voz". São elas as protagonistas das vozes de seus filhos, as responsáveis por ecoar em voz alta a lógica violenta do Estado. Começar ou encerrar um ato público em frente ao prédio do Tribunal de Justiça também demonstra a tentativa de provocar o sistema judiciário.

Particularmente nesse encontro foi relevante utilizar o auditório da defensoria pública, contar com a participação da ouvidora como uma representante "aliada" ativista negra, vinda da periferia, mulher que ocupa espaço institucional da defensoria. O evento foi encerrado homenageando uma irmã de vítima da primeira geração, Patrícia Oliveira, que exaltou a luta histórica das mães de Acari.

A experiência de viajar em grupo, conhecerem novas regiões do país, passearem, conversarem, chorarem, mas também sorrirem juntas, é significativo. É um espaço de encontro, afeto e para além de discordâncias ou diferenças, o encontro é um espaço de fortalecimento individual e coletivo. Todo o ambiente do encontro nacional remetia ao enegrecimento — o próprio espaço, o estado da Bahia —, assim como a foto oficial no Pelourinho produz representações de imagens para as mães e sobre elas.

2.3. Mães em audiência contra o "genocídio"- situação 3

No dia 13 de setembro de 2017 aconteceu na Alerj a audiência pública “O ‘genocídio’ da juventude negra e periférica do estado do Rio de Janeiro”. Essa audiência foi solicitada por movimentos de favelas junto ao mandato de uma deputada do Partido dos Trabalhadores (PT), Zeidan, e contou com a participação de mães e familiares de vítimas. Também foram convocadas autoridades públicas, entre elas, representantes das polícias civil e militar do Rio de Janeiro, representantes da Defensoria e Ministério Público. O material de divulgação foi composto por um adesivo e um panfleto. No adesivo, havia a imagem de uma mulher negra chorando, seguida das frases "Basta de Mortes! Contra o ‘genocídio’ da população negra”. Em audiências como essa e demais eventos públicos que envolvem parlamentares do legislativo e executivo, tem sido uma prerrogativa a participação de mães e familiares — vistas como quem “sente na pele” as dores da violência. Assim como a CPI do Senado de 2015, onde diferentes militantes foram ouvidos, nesta audiência os movimentos de familiares também se destacam pela experiência dolorosa da morte.

No panfleto, uma imagem com a frase “Merecemos viver sem medo de morrer”, e logo em seguida as perguntas “Por que ‘genocídio’?” e “Por que juventude?”. Elas são respondidas com dados do Mapa da Violência, que apontou que entre 2002 e 2012, o número de jovens negros assassinados aumentou. No verso do material aparecem as perguntas “Por que negra?”, “Por que periférica?”, destacando o perfil racial das vítimas e os territórios pobres como aqueles

onde mais ocorrem os assassinatos. E por fim, o questionamento “Como mudar essa triste realidade?”. A resposta traz um aspecto emblemático, a afirmação de que a violência se concentra nas áreas onde o Estado tem pouco ou nenhuma atuação e espaços de controle de grupos armados que cooptam a juventude como público negligenciado por esse próprio Estado. A juventude aparece como “carente” de direitos, e a solução seria o fortalecimento de políticas urbanas que integrem a favela à cidade formal. Por fim, o texto termina com a frase: “O problema da violência é sobretudo um problema de política urbana”.

Os parlamentares participantes eram integrantes das comissões de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, Comissão de Segurança Pública e Assuntos de Polícia, Combate às Discriminações e Preconceitos de Raça, Cor, Etnia, Religião e Procedência Nacional e Comissão de Política Urbana, Habitação e Assuntos Fundiários. Pelas comissões, já é possível perceber que a categoria “genocídio” estava sendo considerada transversalmente em diferentes temas, e que o tema mobilizou diferentes parlamentares.

No auditório, assentos ocupados por maioria negra, diferentemente da mesa de parlamentares. Consegui assento próximo a um militante do Movimento Negro Unificado (MNU). Já tinha visto o mesmo homem em uma reunião na sede da Rede de Comunidades e Movimentos Contra Violência e em um ato público. A presença dele me parecia significativa de um encontro entre diferentes movimentos em torno da pauta do “genocídio” — o movimento negro histórico, o MNU, os movimentos de favelas compostos sobretudo por grupos vinculados a federações de associações de moradores e o movimento de mães e familiares.

Pelo movimento de familiares destaco duas participações expressivas que demonstram a forma como o movimento de familiares vem enegrecendo o repertório. Ana Paula Oliveira, integrante do Movimento Mães de Manguinhos, e Jorge Roberto da Penha, pai de uma das vítimas da Chacina de Costa Barros.

As falas oficiais dos parlamentares que abriram o encontro, destacaram a morte de jovens periféricos, mas também de policiais, enquanto constitutivas de uma mesma lógica da política de segurança do Rio de Janeiro. Tanto a CPI dos autos de resistência ocorrido em 2015, quanto a CPI do assassinato de policiais, foram mencionadas como iniciativas importantes no diálogo sobre os temas.

Enquanto representação da sociedade civil, o primeiro a falar foi representante do Movimento Popular de Favelas. Ele chamou atenção para a importância das mães e familiares e para o “genocídio” como categoria para nomear não apenas as mortes, mas também o que seria uma “política racista” do Estado ao não garantir os direitos da população.

Reafirmamos nesse sentido assim, estarmos na chamada do evento a palavra “"genocídio"”. Porque infelizmente não temos outra definição para o que ocorre com boa parte da juventude do nosso estado. Não apenas são vítimas da violência direta das armas de fogo e do encarceramento, como também são pagantes de uma política racista que se perpetua no nosso país ao permitir a pobreza, a falta de serviços públicos, o desemprego, o descaso com a educação que é primordial, a saúde, a falta de lazer e da cultura. (Representante do movimento popular de favelas).

Após algumas falas dos parlamentares destacando a importância daquele momento, foi dada a palavra para Jorge, pai de Roberto da Penha, jovem assassinado em 2015 na Chacina de Costa Barros. Jorge fez um depoimento emocionado destacando seu filho como trabalhador, e a felicidade que estava no dia da morte ao comemorar seu primeiro emprego com os amigos. Jorge contou detalhes do dia da chacina e, enquanto falava, a comoção tomou conta da plateia e dos deputados. Além de narrar o dia sombrio, também chamou atenção para o adoecimento e a morte de familiares como consequência do assassinato de seus filhos.

É muito triste. Muito obrigado por estar aqui, falando para não cair no esquecimento, mas é muito triste estar aqui. A dona Joselita, mãe do meu filho, sete meses depois faleceu, caiu em depressão e não aguentou. [...] Vai fazer dois anos agora em novembro. Hoje é setembro. Já estava de carteira assinada com 16 anos, carteira assinada, primeiro ano do ensino médio. Eu sempre fui um pai presente, é doloroso para um pai (Jorge Roberto da Penha).

Logo após sua fala, Ana Paula Oliveira, Mães de Manguinhos, pegou o microfone e com tom enfático denunciou a prioridade do governo do Estado no alto investimento público para grandes operações policiais. Além disso, Ana Paula retomou a importância do reconhecimento da violência do Estado para que haja reparação aos familiares das vítimas.

Ana Paula também leu aspectos da carta dos movimentos de familiares, exigindo aos parlamentares a criação de um “Fundo Estadual de Reparação para Vítimas de Violência do Estado”. A discussão sobre esse fundo acompanha o movimento de mães desde a proposta de criação do projeto de lei que homenageia vítimas de violência no Estado. Essa foi uma importante pauta do II Encontro Nacional de Mães e Familiares de Vítimas de terrorismo do Estado, ocorrido no Rio de Janeiro em maio de 2017. As mães se reuniram com alguns parlamentares para solicitar apoio na implementação de projetos de lei.

Peço desculpas, vou quebrar o protocolo, mas dizem os governantes que o Rio de Janeiro está em crise. Nós, familiares de vítimas, não acreditamos nessa crise. Sabemos que não há crise porque nós exigimos reparação e exigimos todo apoio aos familiares de vítimas deste estado assassino. Por que não acreditamos nessa crise? Sabemos que tem dinheiro para botar o Exército dentro das favelas. Se for pesquisar, sabemos quanto eles gastam para botar o Exército dentro das favelas, caveirões blindados e

helicópteros blindados e botar armamento. Então, nós exigimos reparação e total apoio aos familiares. (Ana Paula, Mães de Manguinhos)

O depoimento de Jorge suscitou uma atitude inusitada de um representante do alto escalão, representante da Polícia Militar. Ele saiu da mesa e perguntou se Jorge permitia abraçá-lo. Com timidez e demonstrando desconforto, Jorge recebeu o abraço. O desconforto parece ter sido compartilhado entre os presentes, incluindo eu, afinal, o depoimento de Jorge destacou justamente a brutalidade da polícia e a memória de seu filho. Depois disso, criou-se uma expectativa sobre o que diria o representante da polícia. Em uma audiência que tratava do assassinato de jovens, quem estava presente esperava um posicionamento oficial da corporação diante das denúncias.

O representante da polícia tentou criar empatia com a maioria da plateia dizendo que tinha a mesma origem dos presentes, pois também vinha de família pobre, residente de território periférico. O homem branco fardado com sua excelente oratória foi buscando aproximações com Jorge a partir da condição de pai. Além disso, colocou em equivalência a experiência da dor de familiares de jovens assassinados pela polícia e familiares de policiais.

Para mim, é muito importante porque a minha origem é a mesma de vocês. Não tem diferença de um homem que está aqui fardado. Quando eu dei um abraço aqui nesse homem deputado, quando eu dei um abraço aqui nesse homem, sabe por que eu tive que abraçá-lo, me compadecer com ele? Porque eu também sou pai. E ninguém aqui consegue dizer assim, eu sei qual é a sua dor, porque só quem passa pelo que ele e tantos outros nesse auditório aqui viveram esse momento, sabem a dor que estão sentindo. Só quem passa por isso.

O que é ter tanto amor, tanto carinho, tanta dedicação e viver um momento tão difícil em suas vidas. Percebi em meio a todas as falas aqui ditas nessa tarde, o calor das emoções. Como eu percebo o calor das emoções das famílias dos policiais que estão sendo também vitimizados.

(Trechos da ata oficial da audiência – Fala do representante da PM)

O representante da PM pediu que a plateia que não relativizasse a morte violenta de policiais usando expressões como “se colocar no lugar do outro” e “empatia”. O militar chegou a questionar até que ponto as operações policiais estariam “valendo a pena”, chamando a atenção para o saldo de mortes e violência, que chamou de “derramamento de sangue”. O coronel disse que enquanto força policial, é preciso “reavaliar, ouvir, perceber, sensibilizar-se” para que a missão oficial da polícia de “servir e proteger” seja efetivamente cumprida. Embora tenha chamado atenção para a missão oficial da corporação, o coronel foi conduzindo sua fala para o campo da responsabilidade individual do agente policial no cumprimento de sua missão.

E, finalmente, trouxe novamente a sua origem, desta vez regional, nordestina, para relacioná-la com uma noção moral de “caráter”, consequência da socialização familiar “popular”, destacando novamente a paternidade na figura de seu pai. Então foi nessa direção que destacou a importância de as diferenças serem “deixadas de lado” para que a luta pela vida seja um compromisso de todos.

É preciso a gente deixar diferenças, a gente olhar no olho, a gente dar as mãos, a gente se respeitar, até por que a gente pode divergir em muitas coisas, mas uma coisa a gente converge, isso é pacífico entre nós, sabem o que é? Nós temos que lutar pela vida, o servir, o proteger sim, sempre. Nunca desistir disso, porque o dia em que desistirmos as coisas estarão muito piores.

A fala do coronel causou burburinho na plateia, inclusive, ele chegou a pedir “um pouco de respeito” diante do que estava sendo dito. O militar disse que todos os policiais envolvidos em “eventos de letalidade” estariam sendo acompanhados por um programa interno da polícia até que tivessem condições de retornar às ruas. Ele também mencionou o quanto a corporação estaria “preocupada com esse derramamento de sangue que está havendo”, questionando novamente a quem interessaria a “guerra”. E, por isso, chamou atenção para que os presentes não percebessem a polícia a partir de “generalizações” em relação ao comportamento dos policiais. Por fim, o coronel destacou sua emoção diante dos relatos da audiência e pediu “perdão” caso sua fala não tivesse agradado alguém. Despediu-se agradecendo e colocando-se à disposição em primeira pessoa.

O primeiro representante do MP destacou a dificuldade em falar na posição de representante de um órgão público vinculado a um Estado que não reconheceu “a dívida histórica que tem como o povo negro”. Embora tenha reconhecido a “lentidão” das ações, chamou a atenção para a importância da pressão feita pelos movimentos para que o MP atue mais efetivamente nos casos.

O Ministério Público não é diferente do resto da sociedade e não é composto por pessoas diferentes do resto da sociedade, uma sociedade que ainda hoje carrega, enfim, as falhas do escravismo, que vê o negro e a negra como elementos indesejáveis e perigosos e que só são tolerados enquanto são úteis e dóceis, então, a gente precisa da demanda de vocês, vocês têm que demandar e exigir, como cidadãos, que o Ministério Público cumpra em relação a vocês, a maioria do povo brasileiro, na verdade, a sua função de defensor do estado democrático de direito e dos direitos fundamentais alienados.

O representante do MP afirmou que no ano de 2016 diversas denúncias contra policiais foram oferecidas. Embora em número ainda pequeno, segundo ele, em todo ano, 33 denúncias envolvendo 64 policiais, destacou que já era um avanço em curso. O representante também

falou da construção de um Grupo de Trabalho do MP do Rio de Janeiro, reunindo diferentes grupos como movimentos, pesquisadores e outros setores do MP. No Ministério Público existem diferentes órgãos, um deles também estava representado na audiência. Trata-se da Assessoria de Direitos Humanos e Minorias do Ministério Público, representada por uma promotora. A promotora fez uma fala mais concisa destacando as atribuições desse setor e os trabalhos já realizados.

É um trabalho, muitas vezes, dessa necessidade que a gente verifica de um trabalho interno de estruturação, de adoção de medidas de fluxos, entendendo, como foi colocada aqui, hoje, a gente está tratando do "genocídio", da população jovem negra, mas verificando que a gente está dizendo aqui, tratando do racismo que a gente enfrenta de uma forma sistemática, que permeia todas as áreas de atuação, seja na infância, seja no idoso, seja em relação à população de rua. (Trecho da ata - Promotora)

Após a fala da promotora, também se manifestou publicamente uma representante da Secretaria de Educação, que também usou o termo "genocídio", destacando sua experiência como professora de História em uma região periférica. A gestora e professora destacou o que a importância do papel da escola para jovens e adolescentes também usando o termo "genocídio": "o 'genocídio' da população negra"; "os dados revelam que a maioria dos casos de 'genocídio' acontecem entre adolescentes e jovens que deveriam estar em sala de aula e não estão".

Por fim, o encaminhamento sugerido por um dos parlamentares condutores da audiência foi a de que mantivesse o diálogo sobre o tema. Propôs uma comissão representativa que fosse composta pelos movimentos, parlamentares, incluindo representantes do comando da polícia e Secretaria de Segurança. Marielle Franco, então vereadora, chegou atrasada à audiência, mas foi convidada para um breve fala após o convite para sentar-se à mesa com as demais autoridades de governo.

2.3.1 Análise

O discurso da juventude em perigo, vulnerável ao tráfico de drogas e necessidade políticas públicas para esse público apareceu fortemente na audiência, inclusive no material de convocação. Trata-se de um discurso comum em espaços que discutem criminalidade e está presente nos materiais de convocação para audiência e narrativa dos parlamentares. Conforme aponta Rocha (2013), diversos autores apontam a exclusão e a negação da cidadania, sobretudo de jovens pobres, como elemento para aprofundamento da criminalidade. Os jovens seriam as principais vítimas, mas também os principais agentes da violência. Como exemplo desta

compreensão, a autora cita Soares (1996). Neste trabalho, publicado na década de 1990, o autor afirma que os jovens estariam buscando reconhecimento social na vida do crime, uma forma de serem visíveis em uma sociedade que os exclui. Sendo assim, a solução para a violência passaria também por políticas públicas voltadas para a integração da juventude pobre, garantindo direitos de cidadania, o que proporcionaria um reconhecimento que não fosse pela via do crime. Como vimos, esta compreensão mobilizou a convocação da audiência, e gerou inclusive um fórum de políticas urbanas para discutir justamente ações nesse sentido.

A noção de juventude “excluída” se entrelaça na categoria “juventude negra”, já que o perfil racial dos jovens se apresenta como um elemento central para sua vitimização. Os dados servem como elementos argumentativos que evidenciam o caráter racista desta exclusão ao se manifestar no assassinato de jovens por conflitos armados. Na narrativa dos parlamentares, não há uma centralidade no papel da polícia como principal agente dessas mortes, mas sim toda uma cadeia de violência envolvendo polícia, traficantes e produzida pela falta de direitos. Neste sentido, a categoria “genocídio” se apresenta para nomear um processo amplo de exclusão que culmina nos assassinatos, mas não necessariamente aponta para uma intenção das forças estatais e, sobretudo, a política, em produzir essas mortes.

Cabe chamar a atenção para o fato de que a categoria “genocídio” é mobilizada por quem convoca a audiência, uma deputada do PT, portanto vinculada a grupos de esquerda, e incorporada como elemento do discurso dos movimentos que participam. Este é um elemento importante para localizar que o uso político deste termo se apresenta na narrativa de grupos que identificam a centralidade do papel do Estado na garantia de direitos, mas também no reconhecimento de seu papel como violador. Quando refletimos sobre a participação de Jorge e Paula, percebemos como o Estado é apontado como violador a partir da polícia, mas também sua responsabilidade de reparar a violência produzida por seus agentes policiais.

A participação de Jorge expressa um vínculo pouco comum entre os movimentos de familiares: o vínculo pai e filho. Conforme apontam Barreira (2001) e Leite (2004) o ativismo por justiça é predominantemente composto por mulheres, como expressão das relações de gênero que localizam o vínculo mãe e filho como laço primordial, conformando uma modalidade de ação política predominantemente feminina. A participação de Jorge também nos fala sobre a necessidade dos grupos de familiares de narrar a brutalidade das mortes. A comoção da plateia é uma expressão desse trabalho de narrar a brutalidade.

Por fim, Jorge aponta para o adoecimento dos familiares como mais uma violência que se acomete pela dor do luto, e traz o exemplo da mãe de seu filho, Joselita que já sofria de

problemas cardíacos e piorou de saúde com quadros de depressão e imensa tristeza meses depois do assassinato de seu filho.

Já Ana Paula produz uma narrativa de denúncia focada na prioridade estatal em investir em aparatos bélicos de segurança. Além disso, destaca a reivindicação do movimento de mães por reparação. A leitura da carta dos familiares, escrita após o segundo encontro nacional, aponta para a luta por um Fundo Estadual de Reparação e ações no campo da memória, como a constituição de uma Semana Estadual de Vítimas de Violência de Estado.

Se por um lado os familiares tensionaram o papel do Estado na produção da violência, por outro, o representante da polícia militar se distanciou do lugar institucional que representava, ao se colocar como pessoa e não como representante público da corporação. A perspectiva da “colaboração” aparece na sua fala como expressão do que seria um projeto comum entre todos os presentes: o fim da violência. Podemos pensar essa estratégia como um mecanismo de apagamento dos conflitos que historicamente organizam a relação entre polícia e moradores de favelas. O representante mobiliza uma noção de colaboração entre sociedade civil e polícia muito frequente durante o período das UPP’s.

Conforme apontam Rocha, Carvalho e Davies (2018), durante o período de implementação das UPP’s, houve uma desqualificação das críticas de moradores que participavam de fóruns comunitários, e por vezes descarte de suas colocações como inadequadas e, por isso, diversos atores tenderam a ajustar suas falas para serem ouvidos. Além disso, nas situações analisadas pelos autores, a seleção do interlocutor legítimo fazia parte das possibilidades de ser ou não ouvido. No caso da crítica feita por Ana Paula ao governo do Estado durante a audiência, não há qualquer questionamento de sua legitimidade enquanto mãe, e nem mesmo de Jorge como pai de vítima. Embora não produzam uma crítica direta à polícia, os policiais são apontados como aqueles que operacionalizam a lógica bélica da Política de Segurança. Entretanto, esse lugar de operador da violência não é reconhecido pelo representante da polícia, que se coloca como mais um cidadão comum, de origem pobre, solidário à dor dos familiares, mas sem qualquer posicionamento institucional e público em relação ao papel desempenhado pela polícia na execução de jovens pobres.

A participação do coronel na audiência também pode indicar situações oficiais, como audiências públicas, onde instâncias do Estado, neste caso a polícia, reconhecem a contínua escalada dos números de pessoas assassinadas. O representante policial não usa o termo “genocídio”, mas chega a mencionar a expressão “derramamento de sangue”. Em alguma medida, pode-se pensar que a participação da polícia em uma audiência pública com o tema

“genocídio” no título, é expressiva de algum reconhecimento sobre a brutalidade de suas ações, muito embora, em nenhum momento o coronel tenha relacionado assassinatos pela polícia e perfil racial das vítimas. Pela minha experiência acompanhando espaços onde a polícia fala oficialmente na interlocução com movimentos de favelas e familiares, o racismo não é uma questão colocada publicamente por autoridades policiais.

Creio na relevância de também chamar a atenção para a associação entre mortes de policiais militares e morte de civis como um mecanismo de humanização dos policiais, colocando os agentes também na condição de vítimas. Me parece que a ideia de fundo pressupõe uma dupla desumanização dos jovens pobres e negros, pois ao reconhecer o policial como quem morre cumprindo a função de “servir e proteger”, em alguma medida, aciona-se uma hierarquização da vida. Parece mobilizar um componente moral onde a vida do policial é mais valiosa do que a vida do jovem pobre, visto com desconfiança e potencialmente um sujeito perigoso ou suspeito. A contiguidade territorial que historicamente criminaliza moradores de favelas passa pela idade, cor e raça na qualificação da polícia sobre quem poderá ser assassinado no Brasil.

Por fim, considero importante destacar nessa análise, o papel do Ministério Público enquanto instância responsável pelo controle da atividade policial. O Ministério Público tem um papel fundamental na luta das mães, já que é uma instância que pode oferecer denúncias contra policiais matadores e, também, contribuir para que haja maior transparência na condução dos casos de pessoas assassinadas pela polícia. Há alguns anos o movimento de mães e familiares vem pressionando o Ministério Público para o cumprimento de suas funções.

Em 2017, movimentos de mães se mobilizaram em uma manifestação em frente à sua sede no Rio de Janeiro. O ato chamado de "Acorda MP" reuniu diferentes mães e familiares e contou com o apoio da Anistia Internacional. O objetivo do ato foi chamar a atenção para a responsabilização do MP por investigar casos de assassinatos produzidos por policiais, mas também a demora na apuração e acompanhamento daqueles que já foram denunciados. Segundo relatório realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em parceria com o Laboratório de Análises da Violência (LAV), da Uerj, em 2016, os MP's do Rio de Janeiro e São Paulo solicitaram arquivamento de 9 em cada 10 casos de mortes provocadas por policiais.

Militantes da Rede de Comunidades e Movimentos contra a violência ocuparam a frente do prédio do MP com seus corpos, faixas e falas. À performance diante do prédio, somou-se uma carta endereçada ao órgão e assinada por várias organizações. No final da carta foram listados casos sobre os quais se exigia respostas e atuação do MP. Mães e familiares foram

recebidas pelas autoridades competentes e a ação, coberta pela grande mídia, resultou em avanços na investigação e julgamento de vários dos casos. No relato abaixo, Márcia falou sobre o avanço da luta e a importância do apoio da Anistia e de outras organizações e apoiadores nos últimos anos, bem como sobre essa guinada mais recente do movimento:

O peso que Anistia tem para nós é que nós saímos do anonimato, não somos apenas negras, faveladas, mães de bandido que até então para as autoridades e para a sociedade assim que ficaram rotulados nossos filhos. Então outros órgãos foram nos vendo de perto, nos conhecendo, vendo nossas falas, a gente olho no olho falando com eles. Houve uma credibilidade da Anistia em nos ouvir, fazer a denúncia e nos apoiar. Isso foi muito positivo porque nós sentimos "poxa, perdi meu filho, estou sofrendo, mas não estou só". Nós mães nos ajudamos e sabemos a dor uma da outra e vocês [apoiadores] que não perderam têm nos apoiando. Isso nos fortaleceu para que a gente pudesse gritar. Até hoje nós temos passado isso para outras mães, até mesmo em São Paulo a Débora se espelhou não só em meu caso mas em outros e isso tem se multiplicado por outros estados, uma se espelhando na outra. Temos feito essa rede mas não sozinhas, sozinhas nós não conseguiríamos.

Figura 10 - Faixas usadas no III Encontro Internacional de Mães e Familiares de vítimas do terrorismo de Estado em Salvador, 2018.



Fonte: Suellen Guariento.

2.4. A experiência do projeto "Educação, Empoderamento e Justiça" - Situação 4

A Anistia Internacional já estava se mobilizando para o tema do homicídio de jovens negros. Em 2014, lançou a campanha "Jovem Negro vivo", que tinha por objetivo dar visibilidade para os altos números de homicídios de jovens, destacando o elemento racial como marcador para a vitimização por armas de fogo no Brasil. Em 2015, a Anistia Internacional idealizou o projeto Educação, Empoderamento e Justiça (EEJ), que pretendia apoiar

movimentos de familiares de vítimas do Rio de Janeiro e de São Paulo. “Colaborar para que mulheres residentes em favelas e outras áreas marginalizadas no Rio de Janeiro e São Paulo conheçam seus direitos, quando abordadas pela polícia, e se organizem e se mobilizem para reivindicar direitos e denunciar violações e violência policial, de forma a garantir que autoridades prestem conta e se responsabilizem, respeitando o direito de segurança pública para todos e todas”.

O projeto previa a realização de oficinas formativas para mulheres afetadas pela violência do Estado, além de oferecer apoio financeiro e institucional para a realização de atividades de militância. O ato "Acorda MP" mencionado acima foi uma das ações apoiadas pelo recurso desse projeto.

O EEJ iniciou em 2015, quando eu era pesquisadora em uma organização não governamental, e contou com a participação de pesquisadores especialistas em segurança pública, mas também mães e familiares como facilitadores: Patrícia Oliveira, integrantes do movimento Moleque e Rede de Comunidades contra violência no Rio de Janeiro e Débora Silva, do Movimento Mães de Maio em São Paulo. As oficinas formativas seriam facilitadas por dupla e, além desses encontros, o projeto pretendia produzir um material impresso, de cunho pedagógico, a partir dessa experiência.

Os módulos formativos ocorreram nos últimos meses do ano e foram divididos a partir dos seguintes temas: “O que são direitos humanos?”; “Como refletir sobre Segurança Pública como um direito humano?”. O objetivo deste primeiro módulo era debater a segurança pública como um direito e também o papel do Estado. Além disso, pretendia ampliar a discussão sobre quais são os direitos a partir da Constituição e a Declaração universal dos Direitos Humanos, o papel das esferas de governo na promoção dessa política, as instituições do sistema de justiça criminal e o debate da chamada “Guerra às drogas”, o encarceramento a partir de dados de diferentes realidades.

O segundo módulo focava no papel da polícia e seus mecanismos de controle. A pergunta norteadora era: O que a polícia pode e não pode fazer e quais são os mecanismos de controle existentes. O objetivo era debater de forma prática qual o papel das diferentes polícias e forças armadas e quais os limites de sua atuação. “Quais são os limites para o uso da força?”; “Quais os limites existentes para a abordagem policial?”; “Quais os mecanismos de controle interno (controladorias, ouvidorias) e externos (Ministério Público)?”; “Qual o papel do Ministério Público na promoção da ação penal e no controle externo da atividade policial?”; “Quando ocorre uma violação de direitos?”; “Como documentar e relatar abusos?”; “O que

deve ser feito quando a polícia é responsável por uma morte ou grave violação?"; "O que são os chamados "autos de resistência"?"; "Qual o papel da defensoria pública, do poder judiciário?". O objetivo era debater a ideia de que "bandido bom é bandido morto", refletindo sobre a criminalização das vítimas, proteção às testemunhas, relação favela/periferia, tráfico de drogas e atuação da polícia.

O terceiro módulo tinha como título "Racismo, machismo e outras formas de opressão e violência". Tinha como objetivo produzir um debate sobre como o racismo, o machismo, a pobreza e outras dinâmicas discriminatórias operam no cotidiano como formas de opressão e violência. Assim, eram debatidos: definição de racismo; discriminação racial; preconceito; sexismo; desigualdade de gênero; violência contra as mulheres; LGBTfobia. Havia o questionamento: "Como efetivar o direito a uma vida sem violência em um contexto de discriminação e desigualdade?", e a ideia de debater o conceito de criminalização da pobreza e racismo institucional.

Já o módulo seguinte tratava das formas de resistência e reação, e tinha como direção a pergunta: "Como reagir, exigir seus direitos e agir coletivamente?". O objetivo era refletir sobre estratégias de como agir coletivamente em cada território para enfrentar os abusos da polícia, e garantir uma política de segurança pública voltada para promover o direito a uma vida sem violência. As perguntas norteadoras eram: "Qual a realidade de cada território?"; "Quais as organizações, coletivos e movimentos existentes?"; "Como esses coletivos se organizam?"; "Que canais e instituições devem ser procurados diante de uma violação de direitos?"; "Como debater essas questões de forma ampla em cada território?"; "Como apoiar famílias e vítimas da violência?"; e ainda discussões sobre redes de apoio, proteção, solidariedade e planos para o futuro.

Participei como facilitadora da oficina que tratava da relação entre Racismo e Segurança Pública e colaborei com o processo de avaliação do curso.

Nos encontros as mães demonstraram vontade de falar. Pareciam considerar o espaço como momento de escuta e acolhimento. Frequentemente as participantes sinalizavam que estavam aprendendo coisas novas, mas também sendo fortalecidas emocionalmente. Estes encontros aproximavam na mesma cena, mães que já se encontravam há mais tempo nos espaços de mobilização, e lideranças e mulheres que recentemente estavam tendo contato com o movimento.

As oficinas foram, no geral, avaliadas como um momento de "articulação", "mobilização" e "conscientização". O projeto se configurava como um espaço para estabelecer

e estreitar laços e relações, uma oportunidade de encontrar pessoas e criar redes de relações entre os movimentos. Em relação aos desdobramentos da luta nos últimos anos, as participantes consideram que houve avanços no movimento, ainda que com dificuldades, mas destacaram a necessidade de seguirem persistindo. A meu ver, as relações entre as mães do Rio de Janeiro e São Paulo foram estreitadas. O movimento Mães de Maio e as Mães da zona leste trocaram experiências e criar estratégias públicas.

Especificamente em relação ao módulo sobre racismo e relações de gênero que conduzi, alguns elementos importantes a serem destacados.

Em uma das entrevistas concedidas para o processo de avaliação do projeto, Dalva Corrêa afirmou:

Queria falar sobre a matéria racismo. Pra gente foi muito importante termos consciência de que o racismo é institucional. Quem é afetado somos nós, são os jovens negros que estão morrendo. O jovem negro é morto e depois da abordagem ele é criminalizado. Ele é criminalizado antes de morrer porque nós somos pobres, negros e moramos em favela, e depois de ter sido morto ele é criminalizado porque ele tem um novo nome: "traficante morto em troca de tiro com a polícia". E a gente saber que esse racismo ele já vem de longe, ele não vem de agora. E é por causa do racismo que nossos jovens estão morrendo. É o preconceito racial. (...) A gente ter a certeza de que o jovem negro é o alvo, que nossas vidas não importam e a gente precisa saber que as vidas nossas importam.

É possível afirmar que o projeto contribuiu para o fortalecimento das participantes, pois foi bastante evidente o sentimento de autoestima e fortalecimento após o curso. As mobilizações já realizadas pelos dois movimentos de mulheres familiares de vítimas foram potencializadas através de diferentes formas de apoio proporcionadas pelo projeto. Sobretudo no Rio de Janeiro, a mobilização em torno da luta pela ampliação do diálogo com o Ministério Público, foi considerada por participantes e coordenação do projeto como uma importante ação do EEJ.

Em São Paulo, duas atividades nos territórios foram consideradas marcos importantes pelas participantes. Pode-se dizer que as atividades tiveram um caráter comunitário e alcançaram diferentes pessoas (mulheres familiares de vítimas, jovens, moradores das regiões). Além disso, mobilizaram um sentimento de capacidade de realização em contextos de muito medo e silenciamento em relação à violência policial. Este sentimento tende a fortalecer o “poder com” (*poder with*), ou seja, a capacidade de criarem sinergias e força coletiva. Entretanto, as participantes em São Paulo mencionam dificuldades para continuidade das ações em função da “falta de organizações para apoiar”. O medo e a existência de grupos de extermínio formados por policiais também foram mencionados como entraves. Além disso, a questão da invisibilidade em relação a situações de violação ocorridas nos territórios foram muito frequentes nas diferentes falas. Existe uma dada demanda por “mais apoio” da Anistia

Internacional, que extrapola o escopo do projeto, sendo, portanto, um desafio para a coordenação lidar com as diversas expectativas e mediar relações.

2.4.1 Análise

O projeto EEJ se configura como mais um dos espaços de encontro capaz de produzir oportunidades para a ampliação do repertório enegrecido das mães. São espaços como esses, mobilizados e apoiados por ONG's, que oferecem condições materiais importantes para que possam produzir seus eventos, organizar debates e reflexões coletivas. O apoio financeiro para atividades, as ajudas de custo para deslocamento e viagens, se configuram como vias importantes para a militância desses grupos, mas também são atravessadas por tensões: “Quem vai receber e como?”; “Quais burocracias necessárias para prestação de contas dos recursos recebidos?”; “Quem participa das atividades?”. São perguntas que atravessam as possibilidades de participação nesses espaços. Para as mães é um tipo de apoio fundamental, mas também pressupõe a relação com mediadores, pessoas vinculadas às ONG'S que administram os dinheiros e processos.

No caso do EEJ, a Anistia Internacional ocupou esse lugar de apoiador, como expressão de uma trajetória de proximidade com grupos de mães, seja na produção de campanhas, e também de publicações, relatórios capazes de dar visibilidade a diferentes casos e sobretudo à luta das mães. Destaca-se também o apoio do Fundo Brasil de Direitos Humanos. O apoio da Anistia e do fundo Brasil revela o quanto esses grupos têm sido vistos como personagens fundamentais na luta pelos direitos humanos. Esses apoios produzem tensões e movimentam “tretas” já existentes entre os movimentos de mães.

Sabe-se que é comum a existência de divergências em movimentos sociais, no entanto, em função do conteúdo da luta dessas mulheres (luta por justiça e pela vida), as percepções sobre o que deve ser feito em termos de ação e distribuição de recursos ganha um contorno mais nítido. Isto pois ao mesmo tempo em que estão envolvidas em ações do projeto, estão também atuando nos casos específicos envolvendo seus filhos e familiares assassinados. Ou seja, há duas dimensões na atuação: a primeira refere-se à atuação coletiva, e a segunda à atuação individual — obviamente, amparada e apoiada por seus grupos — mas que demanda ações muito específicas em relação às instituições de justiça e também organizações da sociedade

civil. Sendo assim, essas mulheres possuem uma multiplicidade de formas de interlocução que envolvem seus “casos individuais” e suas ações coletivas voltadas para o grupo como um todo.

3. O ENEGRECIMENTO DAS PERSONAGENS: MÃES COMO MULHERES NEGRAS

A ideia central deste capítulo é analisar como os movimentos de mães e familiares de vítimas de violência racializam a condição materna quando suas participantes se colocam no espaço público enquanto negras. Como vimos nos capítulos anteriores, esse tipo de movimento se constrói a partir do sofrimento produzido por uma interrupção violenta da maternidade e se estrutura pelas emoções. Quando o elemento racial é acionado como parte desta experiência de dor, pode-se produzir uma ampliação de sua luta.

Ao longo do meu acompanhamento de grupos de mães, muitas delas não se apresentam mais publicamente apenas como moradoras de favelas e mães de vítimas, mas também como mulheres negras na luta por justiça. Além de associarem o assassinato de seus filhos à dinâmica racista da polícia e do sistema de justiça, por vezes, usando o termo “genocídio”, elas também aproximam a experiência de sua maternidade interrompida como propulsoras para sua identificação enquanto mulheres negras.

3.1. Genocídio: uma categoria com múltiplos usos

Dia 17 de novembro de 2017, dia de calor no Centro do Rio de Janeiro. Em frente à igreja da Candelária reuniam-se em uma roda mulheres faveladas, negras e mães. Todas tiveram seus filhos assassinados pela polícia. Entre os presentes, pessoas que de diferentes formas acompanham lutas em defesa dos direitos humanos no Rio de Janeiro. Entre as convidadas, as vereadoras Talíria Petrone, Dani Monteiro e Marielle Franco, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Eu era “conhecida” pela maioria das mães presentes. Cheguei, cumprimentei rapidamente cada pessoa, sentei-me na roda com meu caderno de anotações e observei. O encontro tinha como objetivo lançar uma campanha chamada “Enquanto viver, luto: mulheres negras contra o “genocídio’ da população negra”. A iniciativa estava sendo proposta por uma Organização Não Governamental que tem como público-alvo “mulheres negras”.

Este evento é apenas um exemplo de diferentes espaços onde os movimentos de mães e familiares têm se feito presentes. Cada vez mais o tema dos assassinatos de jovens pobres e negros no Brasil vem sendo pautado como “genocídio” por diferentes grupos, inclusive pelo movimento de mães e familiares.

Para refletirmos mais sobre a incorporação dessa categoria como parte desse repertório enegrecido dos movimentos de mães, cabe retomar como a noção de “genocídio” foi elaborada.

Nos anos de 1940, Rafael Lemki, um polonês de origem judia, elaborou o termo “genocídio” pela primeira vez. Rafael era advogado e estudioso no campo da linguística. Segundo Flauzina (2014) os estudos de Lemkin partiam de uma tradição filosófica que de alguma forma questionava a lógica colonizadora europeia. Ele tinha uma preocupação central em pensar a “moralidade” da colonização europeia desde as invasões nas Américas. A referência filosófica de Rafael Lemkin era de um frade dominicano chamado Bartolomeu de Las Casas, que viveu no século XV, e teria sido conhecido como padre “protetor dos índios”. Em sua obra “Brevíssima relação de destruição das índias: o paraíso destruído” o frade descreve as violências que teria presenciado durante a invasão das Américas pelos espanhóis, deixando evidente a brutalidade presente na relação entre colonizadores e povos nativos.

Em 1933 Lemkin participou de uma Conferência Internacional chamada de “Conferência para Unificação do Direito Penal”. O evento aconteceu em Madri, e foi neste espaço onde apresentou publicamente suas ideias para tornar crime de caráter internacional as práticas de Estado violentas sobre diferentes grupos étnicos. Lemkin apresentou uma perspectiva que combinou extermínio físico e destruição. Essas ideias foram teorizadas no seu livro “*Axis rule in occupied Europe*” (“O domínio do eixo na Europa ocupada”). Não é por acaso o nome do livro. Lemkin estava particularmente interessado em nomear o massacre contra judeus promovido pela Alemanha nazista.

Lemkin estava em busca de algum termo que denotasse ataques a todos os aspectos da nacionalidade – físicos, biológicos, políticos, sociais, culturais, econômicos e religiosos. Desejava conotar não só o extermínio, mas também os outros meios de destruição de Hitler (POWER, 2004, p.66).

Sabemos que o regime nazista de Adolf Hitler foi responsável pela execução em massa de milhares de judeus, construído, sobretudo, a partir de ideologias racistas que preconizavam sua inferioridade racial, especialmente o “racismo científico”. Essas ideias foram capazes de legitimar o assassinato em massa de milhares de judeus durante o governo de extrema-direita alemão. Mbembe (2018) chama atenção para o fato de que, para alguns analistas, as premissas materiais do extermínio nazista podiam ser encontradas no “imperialismo colonial”, e na serialização de mecanismos que levam pessoas à morte. Se seguirmos nessa direção, podemos afirmar que o colonialismo foi criando e aperfeiçoando técnicas para matar em grande escala. O termo “imperialismo colonial” é usado por Mbembe ao referenciar um estudioso franco italiano chamado Enzo Traverso, cuja obra se debruça sobre a violência nazista. Conforme

aponta Mbembe, Traverso chama a atenção para as câmaras de gás e os fornos usados para matar judeus como um tipo de ponto culminante do processo histórico de desumanização e industrialização da morte.

Para Lemkin, o “genocídio” não se limitava à eliminação física de um determinado grupo, mas à destruição das “bases essenciais” de sua vida através de um “plano coordenado” de destruição da sua cultura, crenças e valores. Assim sendo, “genocídio”, em sua formulação original, não necessariamente pressupunha o extermínio e o assassinato. Vargas (2010) afirma que ações que infringiam a liberdade, segurança e dignidade já se configurariam como “genocídio”, e afirma que esse alcance mais amplo da categoria chegou a aparecer na Assembleia Geral da ONU ocorrida em 1946, mas em função das disputas entre as potências, essa concepção foi restringida. Flauzina (2014) também partilha dessa leitura, chamando a atenção para o contexto de disputas políticas que levou à consideração de que a conceituação era ampla demais, e uma potencial ameaça à soberania dos países. Sendo assim, a conceituação aprovada pelo ONU é a que podemos acessar na já citada “Convenção de Prevenção e Combate ao Crime de ‘genocídio’”.

A situação histórica que influenciou a tipificação de “genocídio” como crime ocorreu em 1945, quando do julgamento de quatro juizes alemães acusados de legitimarem o assassinato em massa de judeus. O então conhecido “julgamento de Nuremberg”, marcou a introdução da noção de “genocídio” como crime. O julgamento de Nuremberg tornou “genocídio” um crime formalmente reconhecido, e a categoria foi incorporada na Resolução de 11 de dezembro de 1946, da Assembleia Geral das Nações Unidas, que chamou a atenção para o fato de que “foram cometidos muitos casos de crime de ‘genocídio’ por meio da destruição total ou parcial de grupos raciais, religiosos, políticos e outros”. Dois anos depois, em 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou o instrumento internacional “Convenção para Prevenção e a Repressão do Crime de ‘genocídio’”, criminalizando o “genocídio” da seguinte forma.

A Assembleia Geral, por isso, afirma que o "genocídio" é um crime sob a lei internacional que o mundo civilizado condena, e que os autores, principais ou partícipes – quer particulares, funcionários públicos ou estadistas, e se o crime é cometido por motivos religiosos, raciais, políticos ou de qualquer outra base – são puníveis. (ONU, 1948 apud FLAUZINA, 2014 – grifo meu).

Pode-se dizer que a concepção das Nações Unidas não foi exatamente aquela elaborada por Lemkin. Para o advogado, o “genocídio” não se limitava à eliminação física de determinados grupos. Ao pensar a etimologia da palavra, Lemkin já buscava afirmar esta perspectiva significando: *genos* = raça, tribo; e *cides* = matar, destruir. Para Lemkin destruir

um grupo é destruir suas bases essenciais da vida através de um plano coordenado de diferentes ações dirigidas aos indivíduos pertencentes aquele grupo (cultura, crenças, valores, bloqueio de acessos a serviços básicos). Diferentemente, podemos dizer que a concepção das Nações Unidas esteve mais centrada nas formas de eliminação, degradação e impedimentos impostos aos corpos seja através da eliminação física, ou do deslocamento forçado.

Quadro 4 – “Genocídio” para Lenkim e para a ONU

"Genocídio" para Lenkim	"Genocídio" para a ONU
<p><u>Plano coordenado</u> para destruir fundamentos essenciais da vida de grupos nacionais, com o objetivo de aniquilá-los. Os objetivos de tal plano seria a desintegração das instituições políticas e sociais, da cultura, da língua, dos sentimentos nacionais, da religião e da existência econômica de grupos nacionais, e a destruição da segurança pessoal, liberdade, saúde, dignidade, e até mesmo da vidados indivíduos pertencentes a esses grupos. O "genocídio" é dirigido contra o grupo nacional como uma entidade, e as ações envolvidas são dirigidas contra indivíduos, não em sua capacidade individual, mas como membros do grupo nacional.</p>	<p>Qualquer um dos atos cometidos com a <u>intenção</u> de destruir, total ou parcialmente, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, como:(a) assassinato de membros do grupo;(b) dano grave à integridade física ou mental de membros do grupo;(c) submissão intencional do grupo a condições de existência que lhe ocasionem a destruição física total ou parcial;(d) medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo;(e) transferência forçada de menores do grupo para outro grupo.</p>

Fonte: Flauzina (2014) e ONU (1948) – grifos e adaptação da autora.

Podemos dizer que as duas concepções até se complementam e têm em comum a intencionalidade, pois ambas consideram uma intenção organizada e direcionada através de ações racionalmente planejadas com vistas à destruição de um grupo.

Na década de 1950, a discussão de “genocídio” também foi elaborada a partir da experiência da luta pelos direitos civis de afro-americanos. William Patterson publicou em 1951 uma obra-manifesto chamada originalmente de “*We Charge Geonocide: The Historic Petition to the United Nations for Relief from a Crime of the United States Government Against the Negro People*”. Esse documento subsidiou petições de pelo menos três organizações negras junto à ONU entre 1946 e 1947. Os documentos denunciavam violações de direitos vivenciadas por pessoas negras na sociedade estadunidense. Em uma escala global no campo do direito internacional o debate esteve centrado nos grupos nacionais étnicos e religiosos exterminados de forma massiva. Apenas na década de 1990 foi aprovado o Estatuto de Roma, em 1998, que

criou o Tribunal Penal Internacional, que entrou em vigor em 2002, para atuar quando as instituições internas de um país falharem na garantia de direitos humanos.

No Brasil, a categoria “genocídio” relacionada aos grupos de origem africana foi sendo elaborada na década de 1970 durante o período da ditadura civil militar. Nesta década Abdias Nascimento publicou o ensaio “‘Genocídio’ do negro brasileiro”. A obra é profundamente influenciada por uma perspectiva pan-africanista. Essa perspectiva, da qual falaremos mais adiante, foi sendo gestada ao longo de sua trajetória como militante negro. No período em que a categoria “genocídio” estava sendo pensada por Lemkin na Europa, ainda na década de 1940, Abdias concentrava-se no Brasil na construção da experiência do Teatro Experimental do Negro (TEN). O TEN tinha como premissa fortalecer o protagonismo da pessoa negra na sociedade brasileira através do teatro.

As relações a partir do TEN aproximaram Abdias de um contexto internacional de luta negra. Por treze anos, Abdias viveu nos Estados Unidos e para ele o exílio representaria outra fase da luta, a nível internacional e pan-africanista. Não tratarei aqui da trajetória de militância de Abdias Nascimento, mas acredito que alguns contatos com pensadores de origem africana foram especialmente significativos para suas elaborações⁴⁰. Segundo Semog e Nascimento (2006), Abdias teve contato com os dois na década de 1960, quando era integrante do Movimento Popular pela Libertação de Angola. Juntamente com um angolano chamado Lima Azevedo, foi preso em função de suas articulações com a esquerda brasileira, e o então embaixador do Senegal, Henri Senghor, conseguiu sua libertação por vias diplomáticas. Já Aimé Césaire, poeta da Negritude, esteve no Brasil para um Seminário Internacional sobre cultura africana, em uma parceria entre o governo brasileiro e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Abdias teria denunciado ao poeta a discriminação do governo brasileiro contra os negros, e Césaire teria denunciado a situação em uma situação do seminário, causando grande constrangimento. Antes de sair do país, Abdias havia tido contato com Henri Senghor, do Senegal, e Aimé Césaire, da Martinica, duas referências importantes para o movimento pan-africanista o movimento da Negritude.

A Negritude, filha do pan-africanismo, nasce nas décadas de 1930 no “*quartier latin*”, em Paris, entre os estudantes negros da diáspora, especificamente das Antilhas francesas e da África colonizada. Quando esses estudantes começaram a povoar as universidades francesas, começaram a perceber pouco a pouco, as flagrantes contradições entre as políticas de

⁴⁰ Ver Semog e Nascimento (2006).

assimilação. O mito da civilização ocidental como modelo absoluto, tal como lhes era ensinado nas colônias, começou a se desfazer (MUNANGA, 2016, p.114).

O pan-africanismo foi um movimento político e filosófico que surgiu no início do século XX nos Estados Unidos e na Inglaterra, influenciando o contexto europeu na década de 1930 e países africanos já colonizados através do movimento conhecido como Negritude. O pan-africanismo trouxe como pressuposto a ideia de unidade dos povos de origem africana frente à dominação colonial europeia. Um dos seus principais pensadores foi Du Bois, historiador e filósofo, que viveu nos Estados Unidos durante o início do século XX. Na sua perspectiva:

A luta de um povo para sua independência nacional reforçava a luta dos outros e vice-versa e era reforçada pela luta desses outros. Ou seja, o regime colonial deveria ser combatido em conjunto e não isoladamente. A negritude, posição intelectual e o pan-africanismo, posição política, convergiam ao afirmar respectivamente que todos os africanos tinham uma civilização comum e que todos os africanos deviam lutar juntos (MUNANGA, 2016, p. 111).

O enfrentamento ao mundo colonial pressupunha a afirmação de uma coletividade negra a ser preservada e afirmada no contexto universalizador do projeto de civilização europeu. Podemos dizer que é uma perspectiva racializada de sujeito, cuja afirmação em última instância coloca o Negro como protagonista da possibilidade de construção de outro marco civilizatório.

É o momento necessário de um movimento histórico: o recuso de assimilar-se, de se perder no outro. Mas como este movimento é histórico, ele é ao mesmo tempo dialético, pois a recusa do outro é a afirmação de si. **Essa afirmação de si diante da civilização ocidental** conduziu esses intelectuais negros vivendo na Europa a tomar consciência de uma **civilização africana**, apesar das diferenças entre suas diversas heranças sociais. Assim, o conceito de **negritude** transcende as particularidades étnicas e nacionais. É, segundo as palavras de Senghor, “o patrimônio cultural, os valores e, sobretudo **o espírito da civilização negro-africana**” (MUNANGA, 2016, p.116 – grifo meu).

Em texto no qual ressalta a possibilidade de o negro trazer outra perspectiva de civilização para a sociedade americana, Du Bois (2011) traz a perspectiva de um ideal unificador da raça que não pretende ocupar o lugar dominante do colonizador, mas construir um outro tipo de padrão de relações. Já Senghor (2011) fala em “alma negra ou estilo negro” e ressalta o trabalho, a família e a propriedade do ponto vista de povos africanos originários. Ele traz toda uma discussão sobre como o padrão de relações não está baseada na premissa capitalista europeia de um trabalho despersonalizado, ou de uma família tradicional nuclear, ou de uma propriedade alienada de quem nela produz. Isso porque o trabalho na terra autoriza o acordo entre homem e a criação. É uma perspectiva que traz a valorização de uma coletividade

étnico-racial espalhada por diferentes lugares do mundo ocidental ou não. E obviamente esta dispersão tem a ver com o fenômeno da escravidão.

Embora as ideias pan-africanistas tenham circulado na América, África e Europa com relativa repercussão, foram profundamente criticadas na segunda metade do século XX, por trazer o que seria uma perspectiva essencializada do negro (BARBOSA, 2012). Abdias Nascimento inspira-se em referenciais pan-africanistas. O próprio Franz Fanon está neste campo. Embora tenha ficado conhecido por seu trabalho “Os condenados da Terra”, Fanon já tinha escrito sua obra “Em defesa da revolução africana”, inclusive citado como referência por Abdias Nascimento em seu ensaio “O genocídio do negro brasileiro”, onde chama atenção para a importância da preservação de uma consciência “pan-africana” e “autocentrada” por parte dos negros brasileiros (NASCIMENTO, 2002). Ou seja, produzir uma subjetividade e agir coletivamente como parte de um povo vindo do amplo e diverso continente africano.

O livro de Abdias está dividido em dez capítulos. É um ensaio, um olhar sobre a raça no Brasil a partir de uma oposição à ideia constituída até então, de que o país era uma espécie de junção harmoniosa de raças, uma sociedade multiétnica e baseada na democracia racial. Na apresentação do ensaio, Abdias descreve a tentativa frustrada de apresentar seus argumentos contrários a esta perspectiva através do trabalho “*Racial democracy in Brasil: myth or Reality?*” (“Democracia racial no Brasil: mito ou realidade”) durante o colóquio internacional chamado Festival Mundial das Artes e Culturas Negras e Africanas, realizado em Lagos, na Nigéria, no ano de 1977. É preciso lembrar que neste período o Brasil estava sob a ditadura civil militar, cuja bandeira nacionalista jamais reconheceria a raça como um marcador das relações desiguais entre os diferentes brasileiros.

A representação oficial do Brasil no festival foi Fernando Mourão, cujo trabalho chamava-se “*The cultural presence of África and the dynamics of the sociocultural process in Brazil*” (“A presença cultural da África e a dinâmica do processo sociocultural no Brasil”). O trabalho de Abdias não foi aceito e houve repercussão na imprensa nigeriana sobre o ocorrido. No entanto, em função de relações já estabelecidas pelo autor com representantes de africanos, o Departamento de Línguas e Literaturas africanas da Universidade de Ifé editou o texto, que circulou mimeografado durante o evento. No trecho do relatório de um dos grupos de discussão do evento é possível perceber as disputas, conforme o trecho: “Os membros deste colóquio recomendam que em vista do forte protesto do professor Nascimento uma investigação seja feita sobre as condições do negro no Brasil”.

Certamente já havia inúmeros trabalhos que ressaltavam a discriminação racial contra negros no Brasil, enquanto outros exaltavam o contato harmonioso entre as raças. Mas gostaria de pontuar que Abdias estava pautando o tema em uma escala internacional, cujo eixo estava centrado especialmente na relação com países africanos. Em uma outra escala, em território nacional, nesse período de fins da década de 1970, ativistas negros seguiam na militância em plena ditadura militar.

Retomando a obra de Abdias, o ensaio é amplo e trata de diversas temáticas que dizem respeito ao que apresenta como a experiência do negro brasileiro. Na introdução, critica muito diretamente o que chama de perspectiva lusotropicalista de Gilberto Freyre, baseada na democracia racial que tende a fazer desaparecer o descendente africano e produzir uma etiqueta em relação às relações de raça no Brasil. A teoria lusotropicalista de Freyre, partindo da suposição de que a história registrava uma definitiva incapacidade dos seres humanos em erigir civilizações importantes nos trópicos (os aspas selvagens da África, os índios do Brasil seriam documentos viventes desse fato), afirma que os portugueses obtiveram êxito em criar, não só uma altamente avançada civilização, mas de fato um paraíso racial nas terras por eles colonizadas, tanto na África como na América. Significativamente, um dos livros de autoria de Freyre, intitula-se “O mundo que o português criou”. Sua entusiástica glorificação da civilização tropical portuguesa depende em grande parte da teoria da miscigenação cultural e física entre negros, índios e brancos, cuja prática revelaria uma sabedoria única, espécie de vocação específica do português (NASCIMENTO, 2017, p. 49).

O texto segue na segunda parte trazendo uma crítica sobre uma concepção de que a escravidão no Brasil e na América Latina, sob o domínio católico português, tenha sido mais branda do que em outros países, naquilo que Abdias chama de “mito do senhor benevolente”. Segundo o autor, esta perspectiva está no trabalho de Pierre Verger e Gilberto Freyre. Abdias chama atenção para diferentes casos de movimentos de rebeldia e resistência em relação ao caráter cruel da escravidão.

Na terceira parte do texto, o autor parte para uma discussão sobre o lugar da mulher negra escravizada, chamando a atenção para o lugar do estupro sistemático e da prostituição destinado à mulher negra em uma sociedade de estrutura patriarcal e de origem portuguesa. Abdias cita a hipersexualização da “mulata” e critica duramente teorias que ressaltam o caráter saudável da interação sexual entre homens brancos e mulheres negras escravizadas. Na sessão quatro o autor aborda o processo de transformação do escravizado em trabalhador livre, dizendo que a Lei Áurea, instituída em 1888, significou um assassinato em massa da população negra,

já que teria jogado milhares de escravizados em uma economia baseada no “parasitismo imperialista”. Já na sessão cinco Abdias trata mais especificamente sobre “genocídio” do negro, tendo como eixo a miscigenação. O autor defende que o branqueamento da raça foi uma estratégia com vistas à eliminação do povo negro ou da “mancha negra”. É interessante que Abdias chama de extermínio (2017, p.51) o “explícito objetivo do governo brasileiro” de exterminar a população indígena. Ele cita trecho de uma entrevista publicada em 1976 com o Ministro do Interior, responsável por assuntos relacionados aos indígenas, em que dizia ter de reduzir de 220 mil para 20 mil os índios existentes, através da integração à sociedade nacional.

Na obra “O genocídio do negro brasileiro” Abdias critica profundamente a mistura de raças como uma forma de eliminar aos poucos um povo. Sendo assim, a miscigenação seria um dispositivo genocida: “elevada ao nível de uma política de estado, a miscigenação articulou-se como instrumento de ‘genocídio’, com a intenção de eliminar as populações africanas” (NASCIMENTO, 2002, p. 410). Vemos aqui mais uma vez a ideia de intenção de eliminar um povo ou uma população. Recentemente na Marcha da Consciência Negra em São Paulo uma das maiores do país, essa ideia estava presente.

A eliminação de um povo pressupõe um elemento fundamental, a interrupção do crescimento da sua população. Para isso, controlar a capacidade reprodutiva das mulheres é um aspecto fundamental. O debate sobre a esterilização compulsória de mulheres negras ocorreu com vigor no Brasil. Antes mesmo do advento do feminismo negro brasileiro, as mulheres negras espalhadas em diferentes organizações já vinham pautando seus corpos como parte de uma estratégia do Estado para reduzir ou eliminar a população negra, através de políticas públicas no campo das políticas de planejamento familiar ou mesmo da super exploração da sua força de trabalho, especialmente, no serviço doméstico, e também nas relações interracialis.

Em 1996, na Lei 9.263, que trata do planejamento familiar, foi tipificada no Brasil, a esterilização de mulheres como crime de “genocídio”. Esse tema fez parte das elaborações de movimentos de mulheres negras no Brasil que discutiam nos anos 1980 a saúde reprodutiva das mulheres negras, e denunciavam possíveis intervenções para esterilização compulsória como forma de controlar a natalidade das mulheres. Para Damasco, Maio e Monteiro (2012) esse tema foi uma das forças propulsoras dos movimentos de feministas negras no Brasil. Em 1993 inclusive foi estabelecida uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para discutir o tema. Em 1990 foi lançada a campanha Nacional contra esterilização das mulheres negras com slogan: “Esterilização: do controle da natalidade ao ‘genocídio’ do povo negro”. Esses aspectos são importantes para pensarmos como outros grupos de mulheres já articularam a categoria

“genocídio” à maternidade, mas no lugar de um controle do corpo, negação de um direito a parir. Essas manifestações surgem a partir de discursos oficiais e políticas públicas de planejamento familiar que colocam o corpo das mulheres negras como aquele que produz o mal.

Em 2007, o governador Sérgio Cabral chegou a estabelecer uma relação entre legalização do aborto e redução da violência, apontando que a interrupção da gravidez de mulheres pobres, moradoras de favelas, seria uma forma de diminuir o número de nascimento de possíveis criminosos. Em uma perspectiva bastante racista comparou os dados de natalidade das favelas com bairros de classe média da cidade, associando o número dos primeiros ao país africano Zâmbia e o segundo padrão à Suécia. A afirmação do governador se tornou alvo de indignação e crítica de algumas mães, sendo frequentemente lembrada como uma expressão de como o poder público enxerga a população pobre e negra. Conforme observado por Ota (2019), as mães seguiram confrontando o comentário preconceituoso.

Em outra manifestação política em frente ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, mães de vítimas seguram um cartaz escrito: “Somos mãe e pais de favelas e periferias com muito orgulho + não somos fábricas de marginais (OTA, 2019, p.33).

Figura 11 - Ato realizado pelas mães no Centro do Rio em 19 de maio de 2017 por ocasião do 2º Encontro Nacional.



Fonte: Ailton Martins

Em sua análise da tematização da violência policial por movimentos negros, Ramos (2021) afirma que foi a partir de 2007 que o termo “genocídio” passou a ser usado frequentemente por esses grupos para nomear a violência produzida por agentes estatais, sobretudo, a polícia. Na década de 1970 os grupos de ativismo negro, chamados pelo autor de “protesto negro”, utilizaram-se da categoria “discriminação racial” para tratar da violência direcionada à população negra. Já no final da década de 1980 até 2006, a noção de “violência racial” ocupou o repertório de luta desses grupos. Apenas em 2007 a categoria “genocídio” teria se tornado amplamente utilizada por militantes negros, especialmente mobilizados a partir de grupos de jovens envolvidos na construção do Encontro Nacional de Juventude de 2007. Em outro momento, já mencionei envolvimento da “juventude negra” na vocalização da categoria “genocídio”. Interessa-me, portanto, relacionar o período no qual o autor aponta o espraiamento de seu uso por movimentos negros com o período de incorporação da categoria pelos movimentos de mães.

Para o autor é entre o período de 2007 e 2018 que há um amplo uso da categoria para designar não apenas a violência promovida por agentes estatais, mas também para agregar conflitos experienciados por pessoas negras, abrigando diversas pautas presentes no protesto negro. Embora a categoria tenha sido usada em outros períodos, para o autor, é sobretudo a partir de 2010 que “genocídio” passa a ser amplamente utilizado. Neste período, embora os movimentos tenham mobilizado conquistas importantes como a consolidação da SEPPIR e políticas de igualdade racial, também aumentaram os números de homicídios no Brasil, sobretudo aqueles promovidos pela polícia. No campo da Segurança Pública, não houve avanços, ao contrário, as vidas de pessoas negras estiveram constantemente como alvo das ações bélicas do Estado.

Se retornarmos, ainda que brevemente, o percurso das ações no campo da Segurança Pública no Rio de Janeiro durante o período, veremos que as ações violentas por parte da polícia faziam parte dos programas de governo eleitos com discurso de combate ao crime através do investimento em ações e equipamentos bélicos. Embora a implementação das UPP’s tenha sido uma promessa de uma polícia menos mortal, os anos seguintes às suas primeiras instalações demonstraram suas contradições e o advento de ações cada vez mais violentas, assim como a continuidade das chacinas.

Ramos (2021) afirma que o movimento negro utiliza desde a década de 1980 a noção de “genocídio” negro”, incorporando ao longo do tempo formulações como “genocídio do negro brasileiro”, “genocídio da juventude negra”, “genocídio” da juventude preta, pobre e

periférica” e “genocídio do povo negro”. Em todos os casos as associações mais comuns são com os fenômenos da violência policial, o apagamento cultural e a violência de gênero-reprodutiva. Para o autor, os acúmulos de debates produzidos por grupos de militância negra e a profusão de dados sobre homicídios, como o Mapa da Violência, assim como dados sobre desigualdades vivenciadas por pessoas negras, tornaram a categoria amplamente utilizada. Ramos (2021) chega a afirmar que o assassinato da vereadora Marielle Franco, em 2018, produziu ampla repercussão para a noção de “genocídio do povo negro”. Nesse sentido, “genocídio”, especificamente relacionado à população negra brasileira, seria uma ponte semântica utilizada em atos de rua, coletivos e mobilizações, assumindo variações a partir do sujeito que se relaciona como “negro, jovem, pobre, periférico, mulher” e outros. Com as mobilizações produzidas por jovens a partir de 2007, o tema dos homicídios de jovens teria vindo à tona a partir da compreensão dos assassinatos pela via da categoria “genocídio”, o que teria deslocado a categoria, ou a “ponte semântica”, nas palavras do autor, do cenário do direito internacional para um processo de politização.

Importante salientar que desde suas primeiras formulações no âmbito do Direito Internacional, a categoria “genocídio” se relaciona com a pauta dos direitos humanos. Foi justamente no contexto de opressão a diferentes grupos étnicos a partir das grandes guerras que o tema do direito à vida, dos direitos individuais e inalienáveis se constituem como normativas das Nações Unidas. Casos como o holocausto alemão e o “genocídio” de Ruanda, são exemplos dramáticos da repercussão da legislação internacional. Por outro lado, a politização do termo não é exclusiva de grupos de militância negra. Contemporaneamente outros grupos organizados, como indígenas, palestinos e imigrantes, têm utilizado a categoria “genocídio”.

3.2 Mães de vítimas: o uso de "genocídio" pelas mães

Conforme vimos ao longo da tese, os movimentos de mães e familiares têm a figura da mãe como elemento central da luta. É a condição materna, a partir do que é socialmente reconhecido como laço primordial — mãe e filho — que o movimento composto por mulheres pobres vai produzindo sentido para suas vidas através da politização do seu luto. É também o lugar de mãe que confere legitimidade para quem teve a relação primordial interrompida de forma violenta. Os movimentos de mães e familiares falam muito dessa interrupção da

maternagem pela violência promovida pelo Estado, e pela forma como o sofrimento produzido por essa experiência transforma a “mãe que sofre” em “mãe que luta”.

Santiago (2019) afirma que, ao longo do seu trabalho de campo, percebeu que frequentemente as mães acionaram, em diversas situações, a figura da “*mater dolorosa*”. Aquela que Freitas (2000) e Leite (2004) já apontaram como sendo a mãe sofredora, quem dá a vida pelos filhos, mobilizada pelo sentimento de “amor de mãe”. Na perspectiva do autor há uma naturalização do corpo feminino ligada a uma concepção essencializada da maternidade associada a uma experiência de ligação com o filho no corpo. A mãe sendo aquela que sente as dores do filho, chora, sofre, e justamente por essa experiência de dor, possui uma energia para lutar.

No contexto do movimento de mães do Rio de Janeiro, a noção essencializada de maternidade lhes permite denunciar o excesso de poder do Estado que, ao matar o filho, realiza um corte violento de uma ligação simbólica entre dois corpos, ligação que nunca se desfaz para essas mães. Ao infligir violência contra o corpo do filho, o corpo da mãe também sente a dor e, nesse sentido, as mães se tornam segundas vítimas dessa “guerra”. A própria mobilização da noção essencialista do que é ser mãe é o que lhes garante as condições de possibilidade para ressignificar a maternidade e, através dela, garantir um peso político para sua luta (SANTIGAGO, 2019, p.38).

Em trabalhos mais recentes, partindo do acompanhamento de movimentos no Rio de Janeiro, pesquisadores utilizam diversas formas de adjetivar as mães a partir do que seria a força dessas mulheres. Para Cruz (2020) são “mulheres-mães guardiãs da memória” de seus filhos. Já Ota (2019) utiliza a expressão “mães guerreiras”, e Araújo (2019) faz uso de “mães da resistência”. Farias et al. (2021) reafirma essa força destacando a capacidade que os movimentos têm de fazer política a partir das condições precárias impostas a essas mulheres pobres, e em sua maioria, negras.

Assim como Farias (2007) identificou a produção de tecnologias de protesto pelo movimento de mães e familiares, baseadas nos repertórios de outros movimentos do período, compreendo que o repertório produzido por movimentos negros a partir do uso político da categoria “genocídio” também vem sendo apropriada situacionalmente pelos movimentos de mães. No contexto dos últimos anos, em que a categoria vem sendo usada para denunciar as inúmeras violências, mas sobretudo a violência policial, os movimentos de mães encontram mais um recurso de adensamento de seu repertório. Nesse sentido, utilizar o termo “genocídio” em diferentes situações, assim como associar a violência sofrida ao racismo, produz vocabulários e linguagens que podem ampliar sua luta política. Acredito que os usos do termo mobilizam algumas dimensões.

Primeiro, o laço consanguíneo considerado socialmente como primordial, mãe e filho, é constituído a partir de duas vidas que valem menos do que as demais. A vida do filho como um criminoso e a vida da mãe, como mulher que gesta o mal. Trata-se de mulheres que “não deveriam ter tantos filhos porque são pobres” e/ou “pessoas que não foram capazes de criar seus filhos corretamente”. Sendo assim, a interrupção da experiência materna pela violência é naturalizada socialmente e por instâncias estatais como consequência de um contexto mais amplo de violência. Para as mães essa interrupção pode ser associada a um projeto estatal, cuja intenção é eliminar seus filhos. Nesse sentido, podem engrossar seu repertório utilizando de uma categoria que pressupõe justamente a noção de eliminar um povo, qual seja, “genocídio”. O assassinato de seus familiares cabe dentro da categoria como parte de um projeto genocida que intenciona interromper o curso de algumas vidas, seja através de discursos e propostas para a diminuição ou interrupção de nascimentos, seja através da ação direta do homicídio promovido pela polícia. Segundo, enquanto trabalham para fazer com que os homicídios se tornem casos, também associam as mortes a um “genocídio”. Nessa direção, transformam os crimes não apenas em casos, utilizando-se de uma gramática racializada como estratégia política para produzir comoção, ganhar aliados, promover novos espaços de participação e denúncia. Além disso, o uso do termo “genocídio” também pode produzir mais uma forma de lidar com o sofrimento, já que coletiviza ainda mais a perda como parte da eliminação de um povo. Tal mecanismo parece funcionar como mais um importante elemento dos processos de falar e narrar as situações de sofrimento (LACERDA, 2014). Terceiro, a eliminação física como “genocídio”. A morte violenta e o extermínio como “genocídio”. O extermínio compreendido como mecanismo utilizado em grande escala, naturalizado e comum na realidade das periferias brasileiras. As categorias extermínio e “genocídio” se misturam, mas, para as mães, parece não haver “genocídio” sem extermínio. Elas seriam a “prova viva” do “genocídio”, as testemunhas da desimportância de determinadas vidas. A categoria “genocídio” pode combinar a falta do Estado em não garantir direitos, mas também sua intenção de exterminar. Ao não prover o necessário para si e para seus filhos, o Estado torna-se “genocida”, assassino, aquele que mata e deixa morrer. Sendo assim, “genocídio” nomeia a forma como seus corpos e dos seus filhos são vistos e tratados pelo Estado.

Através do uso da categoria “genocídio”, os movimentos de mães colocam em outro patamar a relação entre experiência subjetiva e generalização social. Jimeno (2010), ao analisar a categoria “vítima” no contexto colombiano, aponta o quanto a categoria foi capaz de produzir essa mediação, criando uma versão compartilhada de acontecimentos violentos, capaz de

produzir reconhecimento entre diferentes pessoas através do compartilhamento público de seus sentimentos e emoções. No caso do movimento de mães, creio que a categoria “genocídio” desloque o caso individual para um problema social de grande amplitude, organizado a partir da discriminação racial.

Considero que o termo “genocídio” também serve para, de alguma forma, massificar as mortes, não individualizando as vítimas como sujeitos desviantes, mas como parte de um grupo perseguido, um povo a ser eliminado. Nesse sentido, os dados servem para certo achatamento das trajetórias produzidas pelos números, usados para denunciar o “genocídio”. No entanto, mães organizadas dão rosto, nome e história às vítimas, categorizadas nas estatísticas utilizadas por ativistas como forma de comprovar empiricamente o curso de um “genocídio”.

A categoria “genocídio” parece estar bem difundida, e pode ser compreendida como um termo guarda-chuva onde podem caber diferentes opressões contra pessoas negras. Entretanto, o diferencial do movimento de mães é conseguir acionar dor pessoal e generalização por um sujeito político que, embora não seja acima de qualquer suspeita quando se é pobre e negra, ainda detém o “*plus*” de legitimidade do qual Lacerda nos chama atenção.

O uso da categoria “genocídio” pelas mães também ajuda a dar a dimensão de continuidade da violência. Elas conseguem denunciar o quanto o extermínio é sistemático e que sua luta também tem como horizonte não permitir que outras mães experimentem essa dor, entretanto, sabem que esse é um sofrimento cotidiano vivenciado todos os dias por mulheres pobres em todo país.

Acredito que podemos pensar “genocídio” como uma “palavra ato” que é enunciada em diferentes contextos e, dessa forma, é capaz de performar e reconfigurar sujeitos, cenas, moralidades, relações e horizonte político (VIANNA e LOWENKRON, 2017). Isso significa dizer que no trabalho individual e coletivo do luto para tornar as mortes em assassinatos reconhecidos pelo sistema jurídico, as mães se utilizam de categorias, palavras que as ajudam a produzir leituras sobre o que aconteceu, mas também formas de acusação, compreensão e solidariedade no luto junto com outras mulheres. Penso que elas podem contar com mais uma categoria, “genocídio”, como elemento para articularem essa leitura e produzirem significados para responder porque seus filhos foram assassinados.

A categoria “genocídio” parece conformar-se como mais um dos mecanismos para ampliar a repercussão e credibilidade das lutas por justiça. Torna-se mais um recurso para reivindicar o direito de serem mães, mas também a responsabilidade de seguirem sendo a voz de seus filhos. A categoria “genocídio” permite que as mães encontrem mais um elemento para

compor sua maternidade, que seria sua experiência enquanto pessoa racializada, como “mulher negra” e, como tal, sujeita a inúmeras formas de sofrimento. As mães negras como antagônicas ao “projeto genocida”, e ao mesmo tempo as principais testemunhas dele.

Os Estados internacionais, Nações Unidas definem pela Convenção de prevenção e combate ao crime de “genocídio”, mas para Flauzina (2014) essa definição no âmbito do direito internacional aponta para o caráter eurocêntrico da justiça penal internacional, por não reconhecer a vitimização de comunidades negras ao redor do mundo a partir da categoria, que nasce como resposta ao holocausto alemão. Não se resume à eliminação física, mas ao direito de um grupo humano existir física e culturalmente.

O documento da convenção de 1948 mantém o significado primordial trazido por Lemkin, qual seja, a proteção do direito de um grupo existir. A autora afirma que existem muitas situações de violações de direitos humanos que são nomeadas por ativistas de “genocídio” como forma de chamar a atenção da comunidade internacional. Nesse sentido, na conjuntura global onde diversos grupos são discriminados em função da raça, o esforço desses grupos é tornar o sofrimento relevante e produzir respostas políticas à tragédia, assim como ocorreu com o holocausto.

O uso do "genocídio" como termo geral empregado para descrever violações dos direitos humanos, está, em grande medida, ligado à resposta política dada ao Holocausto, de punição e reparação. O que os intelectuais e ativistas pretendem alcançar com a caracterização de certas formas de violência social e institucional como sendo genocidas é o grau de censura moral e legal concedido ao Holocausto (FLAUZINA, 2014, p.127).

No caso de populações negras, Flauzina defende que as estruturas jurídicas internacionais não reconhecem o sofrimento negro, pois foram construídas a partir de arcabouços baseados na supremacia branca que, historicamente, desde o iluminismo, reconheceu o humano como sujeito branco. Assim, afirma que há uma naturalização do terror do Estado sobre corpos negros.

Na década de 1950 a legislação brasileira incorporou a definição da convenção estabelecendo por lei o crime de “genocídio” — 2.889, em 1956. A única vez que a lei foi aplicada foi na década de 1990 em relação ao crime cometido contra indígenas. O caso ficou conhecido como o Massacre de Haximu. Em 2002, o já mencionado Estatuto de Roma, criado em 1998, entrou em vigor no Brasil. A ideia principal é a de que para uma situação ser caracterizada como “genocídio” é preciso existir um padrão de ações para destruição total ou parcial de um determinado grupo.

Os movimentos negros começaram a usar a categoria, e então o Estado incorporou políticas públicas como o plano Juventude viva, Plano de saúde da população negra. Em audiências públicas e CPIs o termo também tem sido usado por parlamentares em suas falas e nos documentos, conforme já vimos. CPI do assassinato de jovens do Senado e a CPI da violência contra jovens negros — Lei 9.263 – deputado Reginaldo Lopes PT MG. Segundo o site da própria câmara, o texto enfrentou resistência.

Se compararmos as definições não há uma mais válida do que a outra. "Genocídio" tornou-se antes de qualquer coisa, uma categoria política onde cabe todas as formas de violência, violação de direitos e desvantagens. No caso das mães, a eliminação do corpo e da vida. Elas utilizam situacionalmente a partir deste lugar mais localizado na eliminação da vida. Para elas, o Estado é “genocida e racista”.

3.3 Uma situação para pensar

No final de 2020 fui convidada para ser facilitadora de um encontro com diferentes mães. Quem me convidou foi uma das lideranças da Rede. A ideia seria falar sobre “racismo e violência de Estado”. Uma organização de defesa de direitos humanos organizou o evento em modalidade virtual. A atividade era financiada por um fundo de apoio, cujo nome é uma homenagem a uma das mães que fundaram a Rede, carinhosamente chamada de Dona Júlia. O evento reuniu mães que já atuam há bastante tempo, assim como mães que estão chegando no movimento. Minha função seria dar uma “aula” sobre racismo e violência de Estado. Minha experiência com o projeto EEJ ajudou muito, já que o encadeamento da apresentação foi todo organizado por mim. Começamos pensando o que é o racismo, como ele opera na vida de pessoas negras e periféricas. Fiz questão de encerrar as quatro sessões, divididas em dois sábados dos últimos meses do ano, convidando as mães a notarem a importância da luta e dos encontros coletivos. Chamei atenção que a participação naquela reunião já seria uma forma de resistência ao racismo. Estavam todas muito saudadas umas das outras e eu também fui bastante motivada a retomar as reflexões da tese, ainda mais estagnadas em função do contexto da pandemia da Covid 19.

Entre os muitos relatos de experiências de racismo, duas mães a meu ver, lidas socialmente como brancas, chamaram a atenção para a diferença de tratamento que seus filhos recebem da polícia em função da sua cor de pele. As duas têm a experiência de serem mães de

irmãos com tons de pele diferentes. Durante a oficina, ambas trouxeram relatos de tratamento violento aos filhos de tons de pele mais escuro. Uma delas, inclusive, gravou um vídeo desabafando no grupo de *WhatsApp* das familiares dizendo que “não aguentava mais o racismo” direcionado ao filho que cumpre medida no sistema prisional. Emocionada, ela relatou o quanto estava cansada de ver seu filho ser abordado de maneira violenta pela polícia. A outra chegou a dizer que o filho foi assassinado porque era preto, já que o filho branco não passava pelas mesmas situações degradantes. É interessante notar que essa associação das mães ao racismo tem sido cada vez mais frequente. Nomear as experiências de violência como frutos do racismo promovido pelo Estado tem de fato se tornado um constante entre as mães “mais engajadas” ou aquelas que estão há mais tempo nos movimentos.

3.4 Aproximações de Mães de vítimas e a pauta "mulheres negras"

Em 2018 o Brasil passava por uma acirrada disputa eleitoral marcada por uma polarização entre um discurso conservador encampado pelo então candidato Jair Bolsonaro, do PL, e Marcelo Haddad, candidato pelo PT. Os discursos de campanha de Jair Bolsonaro traziam pautas relacionadas aos costumes, exaltavam valores tradicionais como “família”, “pátria”, se colocava no campo conservador trazendo forte apelo religioso e criminalizava setores de esquerda. A candidatura de Bolsonaro expressava um descontentamento de diferentes segmentos sociais, inclusive vinculados às classes populares. A circulação de notícias falsas, as chamadas “*fake news*”, parecem ter cumprido um papel importante na produção de verdades durante a campanha, tendo contribuído para a vitória de Jair Bolsonaro nas urnas.

A vitória de Bolsonaro apontava para mais um período perverso na história do Rio de Janeiro. O candidato apoiado por Bolsonaro, Wilson Witzel, venceu as eleições para o governo estadual com discurso de tolerância zero contra a criminalidade. Sem qualquer pudor, o novo governador tratou de dar carta branca para que as polícias pudessem executar bandidos. Para mães e movimentos organizados de familiares se apresentava um tempo desafiador pela frente, já que 2018 parecia um ano sem esperança.

No dia 14 de março de 2018, Marielle Franco, então vereadora, foi barbaramente executada no bairro do Estácio, zona norte do Rio de Janeiro. O carro de Marielle foi atingido por tiros, deixando também como vítima fatal o seu motorista Anderson Gomes. Marielle foi uma das vereadoras mais votadas na cidade e sua candidatura representava pautas ligadas à

garantia de direitos das mulheres, moradores de favelas, pessoas negras e LGBTQIAP+. O assassinato de Marielle representava um profundo ataque à democracia e aos direitos de quem se propunha a representar. Concordo com Rocha (2018), quando afirma que a execução de Marielle foi um atentado político que talvez seja a mais terrível expressão da suposta guerra existente no país que promete segurança, mas traz mais morte, arbitrariedades e autoritarismo.

Marielle iniciou sua vida pública após ser aluna de um pré-vestibular comunitário na favela da Maré. Atuou em campanhas para eleger Marcelo Freixo como deputado estadual no Rio de Janeiro, e tornou-se parte da equipe de trabalho da Comissão de Direitos Humanos da Alerj, presidida pelo então deputado, pelo PSOL. Enquanto “cria” da Maré, como ela mesmo se identificava, Marielle atuou com bastante proximidade a mães e familiares das vítimas. Tornou-se uma mediadora em situações de violência policial, encaminhando casos para apoio da comissão, e participando de diferentes situações junto a familiares de vítimas.

A candidatura de Marielle e sua campanha mobilizou fortemente sua identidade racial e território de origem. Uma mulher negra, de origem favelada, que trazia esperança para a ampliação da defesa de direitos na câmara de vereadores do Rio. Depois de pouco mais de dois anos de mandato, Marielle foi calada. A figura de Marielle ainda foi alvo de inúmeros discursos de ódio e notícias falsas, no entanto, seu assassinato produziu indignação de diferentes setores, mobilizou diferentes grupos e ganhou repercussão internacional. A envergadura da atuação de Marielle e a visibilidade do caso foram produzindo a figura da vereadora como símbolo de luta, principalmente, de mulheres negras. É como se Marielle fosse uma expressão do enegrecimento da política institucional e do resultado das urnas.

O número de mulheres negras candidatas nas eleições de 2018 aumentou, e em 2022 esse número cresceu levando a várias candidatas a tomarem posse no parlamento. Certamente não se pode estabelecer relações causais entre o caso e o aumento das candidaturas de mulheres negras eleitas, mas podemos dizer que houve uma ampliação de um repertório racial no campo da política partidária. Esse aspecto é relevante porque as narrativas que exaltam a participação de mulheres negras na política institucional alcançaram o movimento de mães e familiares.

Aponto para dois exemplos que considero indicativos desse processo nos movimentos de mães e familiares. O primeiro exemplo é o de Patricia Oliveira, uma personagem conhecida entre familiares e mães organizadas no Rio de Janeiro. Patrícia é uma das fundadoras da Rede de Comunidades e movimentos contra violência. Patrícia pode ser considerada uma liderança forjada na primeira geração de movimentos, pois sua atuação política começa depois que seu

irmão sobreviveu à Chacina da Candelária em 1993⁴¹. A partir de 2010, Patrícia passou a integrar o mecanismo estadual de combate à tortura do Rio de Janeiro que, embora seja um órgão autônomo, está vinculado à Assembleia legislativa do Rio de Janeiro, portanto, trata-se de um espaço institucional. É composto por pessoas que atuam no campo de defesa de direitos humanos, em movimentos e organizações da sociedade civil. O órgão tem como objetivo identificar situações de tortura em espaços de privação de liberdade como prisões e instituições socioeducativas para adolescentes⁴².

A atuação de Patrícia na Rede e no mecanismo, expressa fronteiras entre espaços institucionais e movimentos sociais, cujos trânsitos são permeados de tensões, no entanto, acredito que a presença de uma figura como Patrícia neste espaço explica possibilidades de inserção de mães e familiares em espaços institucionais que ganham outras formas de legitimidade ao receberem mulheres que são respeitadas como aquelas que sentiram na pele a violência de Estado e, enquanto mulheres negras. Ao longo do tempo, ao acompanhar alguns passos de Patrícia em diferentes situações, identifico como sua condição de familiar de vítima vai enegrecendo a partir da associação entre o lugar de “mãe de vítima” e “mulher negra”. Identifico esse processo ocorrendo mais explicitamente quando Patrícia se candidatou para ser ouvidora da defensoria pública do Estado do Rio de Janeiro em 2019.

A ouvidoria é um importante espaço para o diálogo com diferentes instâncias que podem influenciar ações no campo da segurança pública. Durante sua campanha com o slogan “a ouvidora da gente”, o pertencimento étnico-racial de Patrícia foi utilizado como elemento que atribui mais legitimidade para ocupar esse espaço institucional. Esta compreensão parece vir da difusão de repertórios enegrecidos em diferentes campos, inclusive políticos institucionais, conforme estou tratando aqui. A presença de Patrícia na disputa seria uma expressão da luta antirracista de diferentes grupos. A campanha foi permeada por embates e, inclusive, grupos apoiadores questionaram o processo eleitoral e destacavam em diferentes espaços o avanço que seria ter uma ouvidora familiar de vítima, de origem periférica e negra. Patrícia não foi eleita, mas creio que sua candidatura fez ressoar o quanto o repertório enegrecido circula por dentro dos movimentos de familiares, permitindo o seu uso como recurso para acessar outros espaços de atuação institucional.

⁴¹ Patrícia fala do caso e sua entrada na luta política em entrevista para o livro do CESEC.

⁴² Para mais informações sobre ver: <http://mecanismorj.com.br/>, e para algumas considerações de Patrícia sobre a violência no Rio de Janeiro ver entrevista de 2017. Disponível em <https://pacsinstituto.medium.com/militariza%C3%A7%C3%A3o-o-tempo-inteiro-entrevista-com-patr%C3%ADcia-oliveira-6da16d84621b>.

Na figura abaixo vemos a deputada federal Talíria Petrone, eleita também acionando seu pertença racial, apoiando Patrícia e até mesmo Angela Davis, que estava em agenda no Rio de Janeiro em 2019 e foi convocada a segurar cartaz de apoio depois que mulheres apoiadoras da candidatura de Patrícia, participaram de um encontro com ela. A plataforma “Mulheres negras decidem”, que acompanha e apoia a candidatura de mulheres negras da política institucional, também manifestou seu apoio⁴³. A meu ver essas imagens são significativas de como a combinação entre familiar de vítima e mulher negra pode produzir outras possibilidades de inserção política de mães e familiares de vítimas.

Quadro 5 – Imagens das redes sociais das candidatas



Fonte: Redes sociais das candidatas.

⁴³ Para conhecer o "Mulheres Negras Decidem" ver <<https://mulheresnegrasdecidem.org/>>

O segundo exemplo diz respeito à Mônica Cunha, atualmente vereadora pelo município do Rio de Janeiro. Mônica, já mencionada no capítulo 1 como fundadora do movimento Moleque, que se candidatou a vereadora pelo PSOL. No informe de sua pré-candidatura, Monica associa explicitamente o lugar de mãe de vítima e mulher negra: “sei que os tempos para nós mulheres negras, mães de jovens vítimas do Estado se apresentam ainda mais difíceis”. Durante a campanha, Monica chegou a produzir campanhas com o movimento Mães de Manguinhos, e recebeu apoio da ONG Criola, conhecida como uma histórica organização de mulheres negras no Rio de Janeiro. Mônica foi eleita apenas como suplente do vereador Chico Alencar, que em fevereiro abdicou do mandato para tomar posse como deputado federal, tornando a posse de Mônica uma realidade. Hoje Monica integra a primeira comissão especial de combate ao racismo da câmara de vereadores do Rio de Janeiro.

Proponho compreender essa combinação entre “mães de vítimas” e “mulheres negras” como um dos elementos do repertório enegrecido que, assim como é composto pelo uso político da categoria “genocídio”, também qualifica racialmente vítimas e suas familiares. No caso das mães podemos pensar em um trânsito de significados que se sobrepõem continuamente tornando “mães que sofrem”, “a *mater* dolorosa” em “mães que lutam” e, por sua vez, “mulheres negras”. Se pensarmos sobre alguns aspectos que caracterizam essas identidades sociais, podemos apontar para múltiplas formas de agência, mas também para a experiência da dor, do sofrimento e da condição de desvantagem social.

As “mães que sofrem” choram a perda, resguardando sua dor no espaço privado da casa. As “mães que lutam” fazem a passagem da dor pessoal para uma causa coletiva, conectando sentimentos, emoções e a luta por direitos. São aquelas que colocam a necessidade de lutar como imperativo da condição materna, como certa obrigação pelo amor e vínculo com seus filhos. As mulheres negras constituem um grupo social plural, heterogêneo, todavia, podem ser caracterizadas como aquelas que se constituem como sujeitos historicamente subalternizados, submetidos às mais variadas formas de violência desde o período colonial.

Considero rica a formulação de Werneck (2010), quando afirma que “as mulheres negras não existem”, pois na verdade são resultado de uma articulação de heterogeneidades resultante de demandas históricas, políticas, culturais e de enfrentamento das condições impostas pela dominação colonial. Ao afirmar as heterogeneidades, afirma a diversidade de temporalidades, visões de mundo, experiências e formas de representação sobre como mulheres negras se apresentam no mundo e como são vistas ao longo dos séculos. Para a autora, na formação da diáspora africana, as mulheres negras tiveram como cerne a luta contra o

aniquilamento. A perspectiva de luta pela vida, pela afirmação de suas existências, seria uma das características da experiência de ser mulher negra no mundo.

Compreendo que no contexto de lutas das mães de vítimas de violência, a categoria “mulher negra” tem sido mobilizada em diferentes situações construindo contextualmente uma performatividade que articula gênero e raça. Ao se apresentarem como “mães de vítimas” e “mulheres negras”, podem se investir de mais uma “condição subalterna”, proporcionando maiores chances de produzir legitimidade em diferentes espaços de ação política. Ser “mãe de vítima” e ser “mulher negra” compõem uma combinação que dificilmente será questionada como ilegítima e, ao contrário, pode produzir entre os personagens no campo dos direitos humanos ainda mais credibilidade e valorização. Por outro lado, no sistema de justiça criminal esta combinação pode descredibilizar denúncias e desqualificar a própria luta.

Seguindo reflexões de Vianna e Lowenkron (2017), entendo que a categoria “mulher negra” também pode ser compreendida como palavra-ato capaz de reconfigurar cenas e sujeitos. Nesse sentido, as mães de vítimas podem capturar mais um elemento capaz de produzir encontros entre diferentes organizações e grupos de mulheres, estabelecer parcerias com organizações que atuam comprometidas no combate ao racismo, adentrar em novos espaços e instâncias carregando sua cor-raça como mais um elemento para produzir legitimidade.

Nas falas públicas, as mães elaboram enunciados que combinam gênero, maternidade, e raça de forma mais explícita. Isso não significa que os marcadores de classe e território estejam fora de elaboração, afinal são mulheres pobres, moradoras de favelas e periferias, mas não são o eixo sobre o qual se constroem mais um elemento do repertório enegrecido. Concordo com Efrem Filho (2017) quando afirma que narrativas sobre violência vindas de familiares de vítimas que buscam por justiça, acionam e são acionadas por um conjunto de reciprocidades constitutivas entre gênero, raça, classe, território, orientação sexual. Mas no contexto analisado pelo autor, são os conflitos territoriais, as relações de gênero e sexualidade estão no centro dos casos analisados. No caso deste trabalho, as narrativas em torno de raça e gênero constroem esse eixo.

As acusações das mães correlacionando Estado e violência podem ser feitas com a estrita conexão com a gramática de gênero a partir da díade mãe-filho (VIANNA e LOWENKRON, 2017). São as mães que podem se contrapor ao Estado apontando-o como assassino de seus filhos. A maternidade para as mães de vítimas está nessa relação de oposição a um Estado que precisa ser enfrentado como inimigo, aquele algoz que interrompeu a função maternal de manter seus filhos seguros e protegidos. Vianna e Lowenkron (2017) afirmam ainda

que é muito presente, sobretudo entre mulheres negras, a movimentação e reconfiguração de imagens, subjetivações, experiências atravessadas pelo valor do cuidado e o medo, receio pelo que pode ocorrer com seus filhos. Quando uma situação violenta e trágica acontece, me parece que essa perspectiva do cuidado permanece, através da luta para preservar a memória dos filhos, buscar justiça e tornarem-se seus porta-vozes. Por isso, a frase frequentemente usada pelos movimentos de mães e familiares: “Nossos mortos têm voz, nossos filhos têm mães” pode ser vista como expressão de compromisso. Rocha (2017) incorpora a explicação de Deize Carvalho sobre a frase, mãe que teve seu filho assassinado em uma unidade do sistema socioeducativo no Rio de Janeiro, afirmando que a expressão “os nossos mortos têm voz” é uma maneira de afirmar a continuidade da maternidade, mesmo depois da morte cruel de seus filhos. Seguindo em uma leitura racializada da expressão, a autora afirma:

dar voz ao morto significa uma mudança de paradigma, onde, ao invés do silêncio e do recolhimento usual para o luto, as mães vão a público confrontar a sociedade com o sofrimento negro através da denúncia da morte e do uso político de suas dores. É através desse luto ultrajado que elas questionam a precariedade das vidas negras e recusam o desaparecimento gradual da dor causada pela morte, evitando assim a bruma do esquecimento. Pelo contrário, é a dor da ausência que as incitam a lutar pelas mudanças estruturais necessárias na sociedade e demandar justiça (LACERDA, 2020, p.184).

Para a autora, a maternidade para mulheres negras seria inclusive uma forma de enfrentamento ao “genocídio”, constituindo-se como um conjunto de sentimentos e estratégias utilizadas por mulheres negras e mães de vítimas de violência para manterem a sobrevivência de seus filhos e comunidades. A autora propõe o já mencionado conceito no capítulo 1, de “maternidade ultrajada” que, segundo ela, pode ser entendida como a expressão de indignação pela impossibilidade de exercerem a maternidade pela violência e descaso com o sofrimento delas, enquanto “sofrimento negro” Neste sentido “o ultraje impulsiona as mães a pensarem em alternativas para aquilo que leva os seus filhos e a elas mesmo para a morte física e ou social” (LACERDA, 2020, p.51).

Existe uma consistente literatura, sobretudo de feministas norte-americanas, sobre a maternidade negra, que não pretendo acessar aqui, já que a condição de mãe negra nesta tese está sendo compreendida a partir da relação entre “mães que lutam” e “mulheres negras”, enquanto palavras-ato mobilizadas situacionalmente pelos movimentos de mães de vítimas de violência, e não como chave de análise para explicar as múltiplas dimensões que envolvem as diversas experiências de maternagem por mulheres negras. Cabe, no entanto, mencionar um importante conceito deste campo que reconhece o esforço de mulheres negras para cuidarem dos filhos. Trata-se do conceito de “*othermothering*”, que consiste na responsabilidade

compartilhada de carinho e acolhimento às crianças como forma cultural e política de garantir a vida das comunidades negras (ROCHA, 2017).

Retomando a experiência de mães e familiares organizadas no Rio de Janeiro, considero que o repertório enegrecido das mães, se constituiu a partir de uma conexão entre gramática de gênero e gramática racial fazendo com que "mulher negra", "mãe negra" também se tornem palavras-ato capazes de produzir outras performatividades que combinam a "mãe de vítima" e "mulher negra".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tese caminhou por várias passagens temporais, umas mais próximas, outras mais distantes, envolvendo contextos que recupero e outros que participei. Meus trânsitos através de encontros, situações e espaços diferenciados foram moldando percepções e permitindo que encontrasse aspectos de novidade na gramática dos grupos. Essa experiência temporal se insere em uma história de mais longa duração, que envolve desde tecnologias instituídas pelo período colonial, passando pelos períodos de intervenções sistemáticas do Estado para “resolver o problema” das favelas e sua população. Estas práticas estatais sempre foram permeadas por violências a depender das conjunturas.

O período percorrido pela tese envolve mudanças significativas nos formatos e modalidades de agir dos movimentos diante dos desafios impostos. Ao longo do meu trabalho de pesquisa, acompanhei movimentos nascidos na década de 2000, quando as polícias se tornaram cada vez mais tecnificadas, usando modernos dispositivos de guerra como carros blindados, helicópteros e armamentos de longo alcance.

Ao longo dos três capítulos propus um caminho para compreender algumas formas recentes com as quais movimentos de mães e familiares de vítimas vem produzindo suas lutas. Procurei analisar estas formas como um conjunto de discursos e práticas que constroem um repertório enegrecido de atuação, elaborado situacionalmente, mas favorecido pela ampliação do debate público sobre a temática racial no Brasil. Esse repertório não é estático, mas está em constante processo de elaboração, por isso, utilizo a noção de enegrecimento, como forma de indicar um movimento em curso. Esta ideia me inspira a partir da reflexão feita por Carneiro (2002), ao analisar a contribuição de mulheres negras para os movimentos feministas ao aportarem, para além de um “toque de cor”, conteúdos que ressaltam a suas experiências de dor e resistências atravessadas pelo racismo.

Considero que a incorporação do repertório enegrecido tem trazido outros conteúdos para o campo de defesa de direitos humanos no Brasil, como a ampliação do uso da categoria “genocídio” como estratégia de denúncia e luta política. Além disso, a incorporação desse repertório pelos movimentos de mães e familiares parece indicar outras possibilidades de atuação na cena pública. Ainda que a redução do assassinato de jovens negros e pobres pareça um horizonte distante, as observações de campo indicam que os movimentos seguirão produzindo gerações de mães e familiares empenhadas na elaboração de diferentes estratégias de luta.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Angela. *Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito*. Sociologia & antropologia, v. 2, p. 21-41, 2012.
- ALVES, Fillipe. Campanha “Mano não morra, não mate” [2003–2005]. In: *Cadernos Afro memória*. Acervo Milton Barbosa. Vol.1, n.1. Núcleo de pesquisa e formação em raça, gênero e justiça racial. 2022. Disponível em https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2022/10/CadernosAfroMemoria_volume01_alta.pdf Acesso em 14 de fevereiro de 2023.
- ALVIM, Rosilene. *Da violência contra o ‘menor’ ao extermínio de crianças e adolescentes*. Rio de Janeiro: Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Infância e Juventude, IFCS, UFRJ: Centro Brasileiro para infância e adolescência, 1992.
- ALVIM, Rosilene; PAIM, Eugênia. Muitos nomes, muitas vidas. Em busca da memória de Sandro do Nascimento. In: BIRMAN, Patrícia e Márcia Pereira, LEITE (orgs.). *Um Mural para a dor*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.
- ANISTIA INTERNACIONAL. *Você Matou meu filho! Homicídios cometidos pela polícia militar na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Anistia Internacional, 2015.
- ARAÚJO, Fábio Alves. Do Luto à Luta. *A experiência das Mães de Acari. Dissertação de mestrado*. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro.: 2007.
- _____. *Das “técnicas” de fazer desaparecer corpos*. Rio de Janeiro. Lamparina/FAPERJ: 2014.
- ARAÚJO, Verônica Souza de. *Mães da Resistência: Um olhar sobre o papel do racismo no processo de adoecimento de mães militantes que perderam seus filhos para a violência de Estado*. Dissertação de mestrado. Escola Nacional de Saúde Pública: Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro: 2019.
- ALVES, José Cláudio Souza. *Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense*. Associação de Professores e Pesquisadores de História, CAPPH-CLIO, 2003.
- BARBOSA, Maryatan Santana. Pan-africanismo e teoria social: uma herança crítica. In: *África*, São Paulo, vol 31-32, p. 135-155. 2012.
- BARREIRA, Irllys Alencar. Política, memória e espaço público: a via dos sentimentos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)*, vol. 16, no 46, pp. 97-117. 2001.
- BARROS, Rachel. Rio de Janeiro: o caleidoscópio da militarização urbana. In: *Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção*. LEITE, Márcia; ROCHA, Lia; FARIAS, Juliana; CARVALHO, Monique (Orgs). Rio de Janeiro: Mórula, 2018.
- BRASIL. *CPI assassinato de jovens: relatório final*. Senado Federal. Brasília, 2015. Disponível em <https://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/609815>. Acesso em 02 de novembro de 2022.

BURGOS, Marcelo Baumann. Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: Zalar, A.; Alvito, M. *Um século de favela*. Rio de Janeiro, Editora FGV. 2006.

CANO, Ignacio; DUARTE, Thais. *No sapatinho: a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011)*. Rio de Janeiro: Laboratório de Análise da Violência (LAV-UERJ) & Fundação Heinrich Böll, 2012.

CATELA, Ludmila. *Situação-limite e memória: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina*. São Paulo: Hucitec: Anpocs, 2001a.

CARNEIRO, Sueli. A batalha de Durban. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, p. 209-214, 2002. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ref/a/m7m9gHtbZrMc4VxnBTKMXxS/> Acesso em 23 de janeiro de 2023.

CASTRO, Rosana. Pele negra, jalecos brancos: racismo, cor (po) e (est)ética no trabalho de campo antropológico. *Revista de Antropologia*, v. 65, 2022.

CRUZ, Monique; GUARIENTO, Suellen. A centralidade do racismo para compreensão e enfrentamento da violência de Estado no Brasil. Em: FRANÇOSO, Olívia (Org.). *Clínica Política: a experiência do Centro de Estudos em Reparação Psíquica lá em Acari*. Rio de Janeiro: ISER, 2015.

DAMASCO, Maria Santos; MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone. Feminismo Negro no Brasil: Raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993). *Estudos Feministas*, Florianópolis, 20(1): 344, janeiro-abril/2012.

DU BOIS, William E. B. Do nosso esforço espiritual. In: Manuela Ribeiro Sanches (org.) *Malhas que os impérios tecem. Textos anti-coloniais, contextos pós-coloniais*. Lisboa: Editora 70. (Originalmente em *As almas do povo negro*). Pg.49-58. 2011.

EFREM-FILHO, Roberto. *Mata-mata: reciprocidades constitutivas entre classe, gênero, sexualidade e território*. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2017.

FARIAS, Juliana. “Posso me identificar?”: moradores de favelas por justiça, cidadania e direito à cidade. *Revista Proposta*, Rio de Janeiro, ano 29, n. 105, p. 58-65, 2005.

_____. *Estratégias de Visibilidade, Política e Movimentos Sociais: Reflexões sobre a Luta de Moradores de Favelas Cariocas contra Violência Policial*. Dissertação de mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007.

_____. *Governo de Mortes: uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

_____; LAGO, Natália Bouças do; EFREM FILHO, Roberto. Mães e lutas por justiça. Encontros entre produção de conhecimento, ativismos e democracia. *Sexualidad, Salud y Sociedad* (Rio de Janeiro), p. 146-180, 2021.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo. In: *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*, 2011.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. As fronteiras raciais do "genocídio". *Revista de Direito da Universidade de Brasília*, v. 1, n. 1. p. 119-146, jan./jun. 2014.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)* (trad. de Maria Ermantina Galvão). São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FREITAS, Rita de Cássia Santos. *Mães de Acari: preparando a tinta e revirando a praça - Um estudo sobre mães que lutam*. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

GRAHAM, Stephen. *Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar*. São Paulo, Boitempo editorial, 2016.

GUARIENTO, Suellen. *Mobilizações sociais e violência: diferentes discursos e a trajetória de um movimento social*. 2009. Monografia de conclusão de Graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil, 2009.

GUTTERRES, Anelise dos Santos. O rumor e o terror na construção de territórios de vulnerabilidade na zona portuária do Rio de Janeiro. *Mana - Estudos de Antropologia Social* v. 22, p. 179-209, 2016.

JIMENO, Myriam. Emoções e Política: a vítima e a construção de comunidades emocionais. *Mana – Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, 16 (1), p. 99- 121, 2010.

LACERDA, Paula Mendes. O sofrer, o narrar e o agir: dimensões da mobilização social de familiares de vítimas. *Horizontes Antropológicos*, v. 20. Porto Alegre, pp. 45 – 76, 2014.

_____. *Meninos de Altamira: violência, "luta" política e administração pública*. Rio de Janeiro: Garamond. 2015.

LANDIM, Leilah. Violência e organizações civis na periferia do Rio de Janeiro: novas cartografias? In: CUNHA, Neiva Vieira da Cunha; FELTRAN, Gabriel (orgs.). *Sobre periferias: novos conflitos no Brasil contemporâneo*. Rio: Lamparina / FAPERJ, 2013.

_____; GUARIENTO, Suellen. Violência e Ação Coletiva na Baixada Fluminense. Paper apresentado no 34º Encontro Anual da ANPOCS. ST31S1. Mimeo. 2010.

LEITE, Márcia Pereira. *Violência, insegurança e cidadania: reflexões a partir do Rio de Janeiro*. Observatório da Cidadania, Rio de Janeiro p. 66-70, 2005.

LEITE, Márcia Pereira. Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Segurança Pública*. São Paulo, v. 6, n. 2, p. 374-389, ago./set., 2012.

_____. Assim na terra como no céu: entrelaçamentos entre religião e política e mediação de conflitos urbanos no movimento de mães de vítimas de violência. In: *Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, 8., 2004, Coimbra. A questão social no novo milênio. Coimbra: UC, CES, p.1-42, 2004.

_____. As mães em movimento. In: BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia Pereira (Orgs). *Um mural para a dor: movimentos cívico religiosos por justiça e paz*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____; BIRMAN, Patrícia. Rio e São Paulo: categorias emaranhadas e relativização de seus sentidos. In: J. Barros; A. Dal’Bó & C. Rizek (org.), *Os limites da acumulação, movimentos e resistência nos territórios*. 1ª ed., São Carlos, IAU/USP, 2018.

LEMÕES, Tiago. *De vidas infames à máquina de guerra: etnografia de uma luta por direitos*. Porto Alegre: Tese de doutorado em Antropologia Social, UFRGS, 2017.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio; LEITE, Márcia Pereira; FRIDMAN, Luis Carlos. *Matar, morrer, “civilizar”*: O Problema da Segurança Pública. IBASE/Action Aind-Brazil/Fundação Ford, 2005.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio Machado. “Violência urbana”, segurança pública e favelas: o caso do Rio de Janeiro atual. *Caderno CRH*, v. 23, n. 59, p. 283-300, 2010.

MACHADO, Carly.; ESPERANÇA, Vinicius.; GONÇALVES, Vinicius Rodrigues. Milita-rização e religião: alianças e controvérsias entre projetos morais de governo de territórios urbanos “pacificados”. In: Leite, M. et. al. (orgs). *Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção*. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

MAGALHÃES, Alexandre Almeida de. A campanha contra o “caveirão” no Rio de Janeiro. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 7, n. 2, p. 342-349, 2007.

_____. *Remoções de favelas no Rio de Janeiro: entre formas de controle e resistências*. Editora Appris, 2019.

_____. A guerra como modo de governo em favelas do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 36, 2020.

MBEMBE. Achille. *Necropolítica*. n-1 edições, 2ª ed, São Paulo, 2018.

MENEZES, Paloma. Os rumores da “pacificação”: a chegada da UPP e as mudanças nos problemas públicos no Santa Marta e na Cidades de Deus. *Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. V. 7, n. 4, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. A violência na adolescência: um problema de saúde pública. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 6, p. 278-292, 1990.

MISSE, Michel (org). “*Autos de Resistência*”: uma análise dos homicídios cometidos por policiais na cidade. Relatório final de pesquisa. Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://fopir.org.br/wp-content/uploads/2017/04/PesquisaAutoResistencia_Michel-Misse.pdf>. Acesso em 3 de junho de 2023.

MOURA, Tatiana; SANTOS, Rita; SOARES, Bárbara (orgs). *Auto de resistência: relatos de familiares vítimas de violência armada*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2009.

MUNANGA, Kabengele. Pan-africanismo, negritude e teatro experimental do Negro. *Ilha Revista de Antropologia*, v. 18, n. 1, p. 109-122, 2016.

NASCIMENTO, Abdias. *O "genocídio" do negro brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. O Brasil na mira do pan-africanismo, 2002.

NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. 1ª reimpr. da. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

NOBRE, Carlos. *Mães de Acari: uma história de luta contra a impunidade*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. *Mães de Acari: uma história de protagonismo social*. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio: Pallas, 2005.

OTA, Maria Eduarda. *De fábrica de marginal a mães guerreiras: uma etnografia sobre a luta de mães de vítimas da violência do Estado*. Tese de doutoramento. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. Universidade Estadual do Rio de Janeiro. 2019.

PEDRETTI, Lucas; ALBERGARIA, Rafaela; SANTOS, Shana Marques Prado. Reconhecer e reparar: compreendendo as demandas, possibilidades e experiências de respostas à violência de Estado no Rio de Janeiro. In: L. Pedretti; N. A. de A.Zur; R. Albergaria; S. M. P. dos Santos (Org.). *Reparação como política: reflexões sobre as respostas à violência de Estado no Rio de Janeiro*. 1ed. Rio de Janeiro: ISER, p. 20-55, 2018.

POWER, Samantha. *Genocídio: A retórica americana em questão*. Tradução Laura Teixeira Mott. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

RAMOS, Sílvia (coord.). *Intervenção federal: um modelo para não copiar*. Rio de Janeiro: CESeC, fevereiro de 2019. Disponível em:

<https://cesecseguranca.com.br/textodownload/intervencao-federal-um-modelo-para-nao-copiar/> Acesso em 13 de março de 2023.

RAMOS, Paulo Cesar. *Gramática negra contra a violência de Estado: da discriminação racial ao "genocídio" negro (1978-2018)*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2021.

_____. *Contrariando a estatística: Genocídio, Juventude negra e Participação Política*. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2021.

ROCHA, Lia de Mattos. *Uma favela "diferente das outras"? Rotina, silenciamento e ação coletiva na favela do Pereirão*, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Quartet & Faperj. 2013.

_____; CARVALHO, Monique Batista; DAVIES, Frank Andrew. Crítica e controle social nas margens da cidade: etnografia de espaços de participação em favelas "pacificadas" do Rio de Janeiro. *Revista de Antropologia da UFSCar*, v. 10, n. 1, p. 216-237, 2018.

ROCHA, Luciane O. *Judicialização do sofrimento negro*. Maternidade negra e fluxo do Sistema de Justiça Criminal no Rio de Janeiro. Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro), p. 181-205, 2021.

_____. Morte Íntima: A Gramática do Genocídio Antinegro na Baixada Fluminense. In: Ana Luiza Pinheiro Flauzina; João Helion Costa Vargas. (Org.). *Motim: Horizontes do Genocídio antinegro na Diáspora*. 1ed. Brasília: Brado Negro, v. 1, p. 37-66. 2017.

RUI, Taniele; FELTRAN, Gabriel. (2015), *Guerra e Pacificação: palavras-chave do conflito urbano contemporâneo*. Nota do Comitê Migrações e Deslocamentos da Associação Brasileira de Antropologia, Brasília, ABA. Disponível em http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Nota_sobre_Guerra_e_Pacifica%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em 6 de maio de 2023.

SANJURJO, Liliana; FELTRAN, Gabriel. Sobre lutos e lutas: violência de estado, humanidade e morte em dois contextos etnográficos. *Ciência e Cultura*, v. 67, p. 40-45. 2015.

SANJURJO, Liliana Lopes. 2013. *Sangue, Identidade e Verdade: Memórias sobre o Passado Ditatorial na Argentina*. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas.

SANTIAGO, Vinicius. A maternidade como resistência à violência de Estado. *Cadernos Pagu* nº 55. 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8656372/21179>. Acesso em 20 de set. 2019.

SEMOG, Éle; NASCIMENTO, Abdias. *Abdias Nascimento: o griot e as muralhas*. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

SENGHOR, Leopold. O contributo do homem negro. In: Manuela Ribeiro Sanches (org.) *Malhas que os impérios tecem*. Textos anti-coloniais, contextos pós-coloniais. Lisboa: Editora 70. 2011. Pg. 73-92.

SOARES, Barbara Musumeci; MOURA, Tatiana; AFONSO, Carla (org.). *Auto de Resistência: relatos de familiares de vítimas da violência armada*. Rio de Janeiro, 7Letras, 2009.

SOARES, Luiz Eduardo. *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

SILVA, Eliana Sousa. *Testemunhos da Maré*. Rio de Janeiro: Aeroplano: Faperj, 2012.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e Mercadoria :Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In :ARANTES, Otilia Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (org.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

VALLADARES, Lícia. *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

VARGAS, João Costa. A diáspora negra como genocídio: Brasil, Estados Unidos ou uma geografia supranacional da morte e suas alternativas. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as negros/as*. ABPN, 1(2), 31–66. Recuperado de <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/289>. 2010.

VIANNA, Adriana. As mães, seus mortos e nossas vidas. *CULT - Revista Brasileira de Cultura*, São Paulo, ano 21, v. 232, p. 36-39, mar. 2018.

_____; FARIAS, Juliana. *A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional*. Cadernos Pagu, Campinas, n. 37, 2011.

_____; MAGALHÃES, Alexandre. *Habitar a cidade e fazer a vida: questões sobre a existência em situações limite*. In: Bello, Enzo; Keller, Rene José. (Org.). *Curso de Direito à Cidade*. 2ed. Rio de Janeiro, Lumen Juris, p. 1-15, 2019.

_____; LOWENKRON, Laura. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. *Cadernos pagu*, n. 51, p. e175101, 2017.